

Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no Centro de Digitalização (CEDIG) do  
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral Marcelo T ~~...~~

Coordenação Técnica Luis Borges



03/2016

Contatos [lab@ufba.br](mailto:lab@ufba.br), [poshisto@ufba.br](mailto:poshisto@ufba.br)

*Gustavo Aryocara de Oliveira Falcón*

**OS CORONEIS DO CACAU**  
*Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus*  
1890 - 1930

*Dissertação apresentada ao*  
*Mestrado em Ciências Sociais*  
*da Universidade Federal da Bahia*

*Salvador - Bahia*  
1983

AOS MEUS PAIS

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. A ECONOMIA E A POLÍTICA DO PARAÍSO MERCANTIL	16
1.1. Supremacia Comercial	17
1.2. Dominação Oligárquica	24
2. ILHÉUS: UMA REGIÃO DE FRONTEIRA	36
2.1. Antecedentes da Ocupação	37
2.2. Emergência da Monocultura de Exportação	39
2.3. Vertigem do Desenvolvimento	43
3. CLASSES SOCIAIS	49
3.1. Campesinato, Burguesia Comercial e Gênese da Diferenciação Social	52
3.2. Burguesia Agrária, Submissão Camponesa e Despossuídos	58
3.3. Transição Social	64
4. CORONELISMO E DOMINAÇÃO POLÍTICA	73
4.1. Raízes Econômicas e Sociais	74
4.2. Status e Poder	78
4.3. O Significado da Patente	82
5. AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS CORONELISTAS	85
5.1. Periodização do Mandonismo	86
5.2. O Reinado Adamista	89
5.3. A Virada Pessoísta	96
5.4. A Reviravolta de 30	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA	
ANEXO I	
ANEXO II	

## AGRADECIMENTOS

O apoio e a compreensão de diversas pessoas foram decisivos para a realização deste trabalho. Devemos gratidão a inúmeras delas. Ao nosso orientador, Professor Ubiratan Castro de Araújo, deve-se os possíveis méritos encontráveis aqui. É considerável a contribuição dada pelo Mestrado em Ciências Sociais: professores, colegas, funcionários, todos nos auxiliaram de alguma forma, especialmente os participantes da linha de pesquisa "Estado e Movimentos Sociais no Nordeste" e a Coordenadora do Curso, Professora Consuelo Novais Sampaio.

Dinair Vieira Falcón e Dionísia Emília Menezes Ferreira nos ajudaram nas tarefas de organização e sistematização do material. O Professor e amigo José Luiz Pamponet Sampaio nos franqueou gentilmente seu arquivo e biblioteca. Pery Tadeu de Oliveira Falcón e Maria Lúcia de Oliveira Falcón tiveram a paciência de ler e discutir conosco os originais do trabalho. Ao economista Eduardo Henrique Saphira Andrade e ao Professor Geraldo D'Andreia Espinheira agradecemos sinceramente o apoio concedido.

Deferência especial deve ser feita ao Professor e *brazilianist* Eul Soo-Pang com quem discutimos o roteiro da nossa pesquisa e em quem fomos encontrar especializada contribuição sobre fontes documentais. Também somos gratos ao Professor Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e à colega Miriam Guerreiro de Freitas.

Em Ilhéus, nos prestaram relevante ajuda as seguintes pessoas: José Carlos Senra Mascarenhas, Chefe do Gabinete do Prefeito; Fábio Araripe, Secretário de Educação; Maria do Carmo Mendonça, Coordenadora do Arquivo da Prefeitura, Adélcio Alves Santana e Hilário Oliveira; a família Demóstenes Berbet de Castro; o escritor Raimundo de Sá Barreto; o Professor Carlos Roberto Arlêo Barbosa; Antônio Lins Pereira,

presidente da Associação Comercial e os jornalistas Francisco Cardoso, Eugênio Ramos e Valêrio Magalhães, do Diário da Tarde.

Naturalmente, nenhuma das pessoas mencionadas pode ser responsabilizada pelas incorreções contidas neste trabalho.

## INTRODUÇÃO

O coronelismo, entendido como manifestação singular do poder privado no Brasil, é um tema permanentemente revisitado pelos historiadores e cientistas políticos e continua a guardar hoje grande atualidade. Lastrado nas origens patrimonialistas do Estado Nacional gestado nos tempos coloniais, presente na discriminatória democracia censitária do Império, o mandonismo atingiu o seu apogeu durante a República Velha num regime federativo que requeria pretensa base representativa.

Ameaçado pela Revolução de 1930, que intentou concretizar a centralização do poder em mãos do Estado em detrimento dos potentados locais, ele sobreviveu e se projetou para diante travestido de formas peculiares, porém, conservando aqueles elementos característicos de sua manifestação original, quais sejam: chefes políticos municipais que exerciam o clientelismo, a falsificação dos votos e gozavam de enorme prestígio na sua esfera de atuação política.

Modernizado, ressurgido com novas e curiosas roupagens, o sistema coronelista cooptou novos e importantes adeptos. Por vezes, extrapolou a esfera municipal e regional, a que sempre esteve circunscrito, galgando pontos mais elevados, chegando a inspirar e nutrir o exercício político de inúmeros ocupantes do executivo do período pós-64 nos Estados nordestinos, principalmente.

Como sistema de dominação generalizado, entretanto, ele desagregou-se quase que totalmente nos Estados que viveram um processo de crescimento econômico e urbanização. O entendimento do fenômeno constitui hoje passagem obrigatória para aqueles que desejam compreender os mecanismos legais e submersos que norteiam a atual atividade político-partidária do país bem como a sua principal razão de ser: a sucessão eleitoral com vistas ao controle do poder na sociedade

de. Sua compreensão, portanto, extrapola os limites da simples reconstituição e ínteresse histórico para colocar-se como condição para a análise da estrutura de poder do Brasil, que, de certa forma, ainda encontra nas práticas coronelistas instrumento de grande utilidade na perpetuação do domínio das classes dominantes, que, recomposto, reorganizado, notadamente urbano-industrial, ainda assenta-se, em grande parte nas alianças com os tradicionais chefes políticos municipais manipulados pelos executivos estaduais dos Estados francamente agrários.

Do ponto de vista historiográfico, a fase que tem requerido mais atenção dos estudiosos é a do período épico do coronelismo: isto é, a República Velha. Analisado em sua estrutura geral, o processo de dominação coronelista não tem encontrado, entretanto, o devido respaldo em estudos systemáticos de domínio local e regional entre os pesquisadores. Sobretudo nos Estados atrasados, onde se perpetua camuflada ou abertamente. E a própria compreensão científica do fenômeno tem sido muitas vezes comprometida pela generalização que acompanha os trabalhos de enfoque mais abrangente.

Um dos mais importantes estudiosos do assunto, VICTOR NUNES LEAL<sup>1</sup>, observou que a importância de minuciosas análises regionais é indiscutível para a compreensão do processo coronelista dadas as inúmeras peculiaridades locais e a singularidade do mandonismo em suas variadas facetas pelo interior do país.

De outra parte, a atenção dos estudiosos tem se voltado fundamentalmente para o fenômeno naqueles Estados que constituíam centros de decisão política na Velha República, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o que dificulta a apreensão das diversas facetas do coronelismo, podendo até, contribuir para a generalização indiscriminada e sem fundamentação desse sistema de poder.

Essa é a reflexão de CONSUELO NOVAIS SAMPAIO<sup>2</sup>, para quem a realização de estudos sistemáticos e mais cuidadosos

sobre o funcionamento e as raízes das diversas "sociedades políticas" da República Velha poderiam contribuir não apenas para o entendimento mais factual do processo político, "como também para melhor compreensão da evolução social brasileira".

Nesse sentido, ganham relevo os estudos monográficos sobre casos singulares e delimitados do exercício do poder coronelista. Valoriza-se a importância de análises de casos particulares como contributo indispensável para o aprofundamento e a ampliação de estudos sobre a formação e evolução do Estado oligárquico no país. E, de certa forma, desenvolve-se o conhecimento científico em direção à vida real e cotidiana dos cidadãos, estudados agora em sua formação econômica e política pela lente aproximativa da análise sociológica de situações concretas.

A presença do coronelismo na composição oligárquica do Estado da fase histórica em caso, foi sistematicamente estudada sobretudo no seu aspecto político-eleitoral por EULSOO PANG<sup>3</sup>, bem como assinalada no seu significado político-partidário por CONSUELO NOVAIS SAMPAIO.

Por outro lado, os antecedentes e as implicações teóricas da compreensão do privatismo político foram revistos por ZAHIDÉ MACHADO NETO<sup>4</sup> que coordenou estudos sistemáticos de casos de mandonismo regional na Chapada Diamantina, onde reinou todo-poderoso o Coronel Horácio de Mattos, no Médio São Francisco e no São Francisco.

Comentário à parte deve ser feito sobre o trabalho de ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS<sup>5</sup> à respeito da atividade política da burguesia cacauzeira. Em primeiro lugar, porque trata-se de um estudo pioneiro no campo da história social e política da região e, em segundo, porque concentra-se, quase que inteiramente, no acompanhamento da evolução da atividade das classes dominantes locais no período da República Velha.

Pode-se afirmar, de forma bastante resumida, que o trabalho de GUERREIRO DE FREITAS gira em torno de uma princi

pal questão: identificação das origens de classe do que ele chama de burguesia cacauera e tentativa de explicação do seu fracasso político em que pese ser a "fração hegemônica" do bloco das classes dominantes estaduais. Fracasso, evidentemente tomado com aspas, no sentido de que ela, burguesia caueira, não consegue hegemônizar-se no aparelho do Estado e submeter as demais frações que o compunham.

Naturalmente, tal simplificação reduz bastante os problemas suscitados pelo trabalho, mas, de qualquer sorte, concentra aquilo que há de mais importante nele.

Esta não é a primeira vez, nem certamente será a última, que um determinado tema histórico é revisitado por um estudo sistemático. Os exemplos além de extensos são bastante estimulantes. Estão aí os trabalhos relativos à sociedade patriarcal brasileira, ao modo de produção escravista bem como ao processo de transição do escravismo para o Brasil pré-industrial a comprovar tal afirmativa. A contribuição histórica e teórica de cada autor sobre um determinado fato ou episódio histórico, consideradas as distinções teóricas e as preocupações estabelecidas como prioridades, ao contrário de invalidar trabalhos anteriores só aumentam a compreensão sobre eles próprios e os fatos abordados. No caso presente, ressaltadas as semelhanças, deve-se acrescentar que a deliberação sobre o tema, como se verá adiante, resultou fundamentalmente das nossas pesquisas pessoais e da equipe a respeito da preeminência de uma fração das classes dominantes baianas ao longo da segunda metade do século passado e boa parte das primeiras décadas deste século na economia estadual<sup>6</sup>.

A referência é relativa a fração dos grandes comerciantes exportadores e importadores, tidos, para nós, como os responsáveis pela nucleação e estabelecimento das regras do funcionamento da economia baiana, inclusive no período da República Velha, ou mesmo após ela.

Por sua vez, o capital comercial se nos parecia o elemento agregador e comum à diversidade da base produtiva em que se decompunham as várias regiões do Estado. Ele, ao

lado do elemento fundamental da dominação oligárquica - o co  
ronelismo - encarregava-se de articular a diversidade das  
distintas modalidades de trabalho e especialização agropecuá  
ria presentes em todos os municípios baianos, imprimindo ao  
combalido quadro estadual algum nível de aglutinação num es  
paço econômico.

Nos pareceu que, estudando um caso singular de ma  
nifestação coronelista, a partir da reconstituição das ori  
gens históricas destas elites, iríamos nos deparar, mais uma  
vez, com o substrato da formação econômica estadual - teori  
camente conceituado como capital comercial - presente e pre  
valecente em quase todas as atividades econômicas baianas,  
exceção daquelas voltadas para subsistência. Não é preciso  
salientar que supúnhamos que os comerciantes - falamos dos  
grandes comerciantes locais ou aqui operantes - detivessem a  
verdadeira hegemonia econômica, falando numa tímida língua  
gem gramsciana, ou pelo menos, a preeminência econômica  
na Bahia do começo do século.

Por outro lado, estas preocupações de ordem teóri  
ca foram amplamente estimuladas pelo nosso contacto com al  
gumas fontes relativas à formação da cacauicultura no municí  
pio de Ilhéus. Duas delas, vinculadas às operações de empré  
stimos rurais, punham a claro, de maneira inquestionável, a  
profunda vinculação entre o capital comercial e os produto  
res rurais, muitas vezes insinuando claramente a relação de  
subordinação contida nesse crescente processo de estreitamen  
to dos agentes envolvidos na formação regional.

É indiscutível que tal relacionamento requeria uma  
explicação lógica do ponto de vista teórico e que fosse devi  
damente avaliado na sua gênese. Como aponta GUERREIRO DE  
FREITAS, este relacionamento continha em si aquilo que mais  
tarde viria a ser chamado burguesia agrária do cacau e espe  
lhava as transformações radicais e violentas, no sentido lí  
teral da expressão, que se operavam no interior da agricultu  
ra ilheense a partir das relações das classes sociais. Rela  
ções cujos conflitos e momentos decisivos de enfrentamento  
emergem sob a forma de especulação, baixas forçadas, usura

inusual e toda a sorte de mecanismos e golpes baixos.

A simplicidade do jogo econômico, entretanto, ga nha enorme complexidade quando materializada na vida social e política. A passagem do econômico ao político suscita inúmeras questões que, embora quase sempre referidas aos interesses mais imediatos das classes dominantes regionais, requerem outro tipo de "sensibilidade" e esforço para seu entendimento. A emergência das oligarquias locais e a constituição do coronelismo regional são, a nosso ver, os momentos privilegiados de observação da vinculação entre a consolidação de uma classe dominante economicamente em Ilhéus e a instrumentalização do poder político municipal para fins de consagração dos seus interesses fundamentais.

Neste particular, torna-se necessário destacar aquilo que um pouco atrás apontamos como preocupação implícita do nosso trabalho. Nós pretendemos realizar o estudo das origens de classe das elites políticas regionais, principalmente dos detentores do Executivo Municipal, os intendentes, buscando verificar as relações e vínculos existentes entre poder político e poder econômico.

De outra parte, buscamos avaliar o significado do poder local no contexto de uma sociedade mercantil cuja indiscutível preeminência da burguesia comercial no terreno econômico e a debilidade das tradicionais classes dominantes - destacada a fração dos produtores de açúcar - estimulava a formação de um Estado de compromisso ou de administração das frações oligárquicas em que se decompõem as diversas regiões baianas. Daí decorre a timidez em se falar de hegemonia deste ou daquela fração, fato aliás, refletido com singular clareza na fraqueza e na instabilidade da estrutura partidária do período.

Talvez, quem sabe, estejamos na verdade, revisitando não unicamente o processo de conformação da sociedade regional do cacau, mas, principalmente, o dificultado processo de transição da sociedade escravista baiana, comprometido por uma débil acumulação de capitais, pelos entraves interpostos por elites tradicionais compromissadas com os aristocráticos

e decadentes interesses canavieiros e amplamente manipulado pela habilidade de um segmento do grande comércio que assistiu como o abutre, de barriga cheia, a agonia de diversos "enclaves" e travestiu-se de estimulante pioneiro aonde se desenharam momentaneamente possibilidades de enriquecimento e de fartura acumulando cabedais em meio às crises e expandindo-se, apesar dos pesares.

Sobretudo no terreno do coronelismo a ciência continua bastante distante da ficção. A forma romanesca tem conseguido, com altos e baixos, mas com muito mais fidelidade - e às vezes revelando escritores de qualidade internacional - dar conta das singularidades da história regional baiana, captando não apenas o universo político de dominação oligárquica e rural mas a "totalidade" da vida cotidiana das classes e camadas sociais componentes das "civilizações" interioranas.

'HERBERTO SALLES', WILSON LINS<sup>8</sup>, ADONIAS FILHO<sup>9</sup> e o maior de todos eles, o mestre JORGE AMADO<sup>10</sup> - para não falar de estrangeiros ilustres como VARGAS LIOSA<sup>11</sup> -, são alguns dos ficcionistas que têm revelado com inusitada argúcia aspectos fundamentais à compreensão da vida e da reprodução social baiana. E sugerem, sem sombra de dúvida, apesar do contexto ficcional, pistas seguras para a reconstrução histórica dos universos abordados.

O trabalho que submetemos ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA pretende contribuir modestamente para a compreensão de um determinado tipo de coronelismo manifesto na Bahia no transcorrer da República Velha. A escolha do município de Ilhéus decorreu, entre outras razões, do fato dele possibilitar o estudo simultâneo da emergência, a partir de um determinado tempo, de uma burguesia agrária cujas origens distinguem-se totalmente das outras frações de classe dominante do período, bem como de sua constituição política como uma classe cujos interesses e cuja ideologia se apresentam com particularidades diante do quadro da dominação agro-mercantil do período.

Naturalmente, o estabelecimento ou a escolha de um

tema para estudo monográfico, deriva da formulação dos problemas pelo pesquisador, perplexo diante do complexo objeto que deseja desvendar. Problemas para os quais as respostas só aparecem após continuado esforço de reflexão e de apreensão do objeto, viabilizado pela pesquisa empírica e pela análise interpretativa.

No caso da burguesia agrária de Ilhéus, nos perguntávamos:

i - Qual a razão plausível para explicar o fato de que, mesmo constituindo a fração de classe mais rica e poderosa dos produtores rurais da Bahia, a burguesia cacau-eira não haver conseguido impor a sua supremacia no Estado? Ou em outras palavras: porque os fazendeiros de cacau não conseguem a hegemonia da atividade político-partidária na Bahia durante os quarenta anos transcorridos na Velha República, a despeito de, praticamente, sustentarem as despesas do Estado que expressa e legitima as alianças das classes dominantes?

ii - A acomodação com a estrutura tradicional do poder oligárquico estadual teria resultado em reforço e garantia para a burguesia cacau-eira fazer prevalecer seus interesses de classe fundamentais numa região de fronteira agrícola?

Foi a partir destas reflexões ou hipóteses de pesquisa que nasceram as notas que apresentamos a seguir. O trabalho foi, sem nenhuma dúvida, amplamente favorecido pelos estudos e pesquisas de história econômica da Bahia que, junto a inesquecíveis companheiros, desenvolvemos entre 1976 e 1981 na antiga Fundação de Pesquisas CPE e versaram sobre o desenvolvimento econômico da Bahia (ou estagnação?) entre a segunda metade do século XIX e os primeiros trinta anos deste século.<sup>12</sup>

## NOTAS

1. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
2. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975.
3. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias; 1889-1934*. Apesar do indiscutível mérito do trabalho, gostaríamos de chamar atenção para dois aspectos secundários do livro, dos quais discordamos. O primeiro refere-se a tipologia criada para os diversos tipos de coronéis (oligarquias familiarocráticas, tribais, colegiadas e personalistas) de pouca utilidade na própria interpretação de PANG; o segundo relacionado à adjetivação dos coronéis com o qualificativo feudal.
4. MESTRADO em Ciências Humanas, FFCH, UFBA. Cadernos de Pesquisa nº 3. *O Coronelismo na Bahia*, Salvador, 1972. O trabalho contém três relatórios de estudantes de pós-graduação, relatórios preliminares e panorâmicos sobre o exercício do coronelismo político na Chapada Diamantina (Lençóis/Mucugê), no Médio São Francisco e na região sanfranciscana propriamente dita, bem como uma revisão bibliográfica do tema realizada pela professora Zahidê Machado Neto.
5. FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Os Donos dos Frutos de Ouro*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, 1979.
6. FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. Preeminência do Capital Comercial na Economia Baiana (1850-1930), in: *A Economia Baiana de 1850 a 1930: Algumas Questões*, Contribuição Técnica 1 à 33a. Reunião Anual da SBPC. CPE, Seplantec, Salvador, 1981.
7. SALES, Herberto. *Cascalho*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.
8. LINS, Wilson. *O Reduto*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967. Veja outros títulos na Bibliografia.
9. FILHO, Adonias. *Corpo Vivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

10. AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro, Record, 1976  
\_\_\_\_\_. *São Jorge dos Ilhêus*. Rio de Janeiro, Record, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Terras do Sem-Fim*. Rio de Janeiro, Record, 1976.
11. LLOSA, Mário Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981
12. BAHIA. Seplantec-CPE. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional*, 1a. etapa: 1850-1889, 5 v. Salvador. 1978.  
\_\_\_\_\_. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional*, 2a. etapa: 1889-1930, 1 v. Salvador. 1980.

## 1. A ECONOMIA E A POLÍTICA DO PARAÍSO MERCANTIL

O entendimento do processo de re-arranjo das elites políticas baianas no seio do aparelho do Estado no período republicano passa obrigatoriamente pela discussão da transição da sociedade mercantil escravista para uma sociedade de economia agro-exportadora. Do ponto de vista político, o período comporta o processo de emergência e consolidação da oligarquia do café com leite (ou café contra leite, como querem alguns autores)<sup>13</sup> no plano nacional, com destaque para a burguesia agrária paulista e, o que interessa mais de perto no plano do nosso trabalho, a articulação pelos diversos Estados do sistema coronelista que estabelecerá as bases "representativas" para o jogo político-eleitoral subjacente ao controle do poder.

### 1.1. SUPREMACIA COMERCIAL

No que se refere diretamente à questão econômica, desponta por sobre a superação das relações de trabalho escravistas o processo de emergência de um modo de produção de mercadorias que tem o seu epicentro na economia cafeeira de São Paulo, mas cujo grau de desenvolvimento se revelará precário na Bahia, dadas algumas condições específicas da formação estadual.<sup>14</sup>

O que se quer dizer com a expressão *paraíso mercantil*? Naturalmente, não se quer bater na mesma e antiga tecla descritiva sobre o destaque do ramo comercial unicamente.<sup>15</sup> Se pretende, a partir desta referência tentar formular algum nível de explicação teórica que permita compreender o porque da supremacia comercial na Bahia ao longo da segunda metade do século passado e para além das três primeiras décadas desse século.

Essa supremacia não está evidenciada apenas na bi

bliografia disponível. Ela encontra correspondência na realidade. Durante a República Velha, o comércio era o setor que mais impostos pagava em Salvador, cujo giro era o mais expressivo nas principais cidades do interior, sendo também a atividade empresarial mais bem sucedida do ponto de vista da remuneração dos capitais empatados. Foi por isso que atraiu não só o maior número de investidores como também o maior volume de inversões do período: mais da metade dos capitais empatados e quase 77 por cento das firmas atuantes na praça da Bahia.<sup>16</sup>

Ao tempo em que a base produtiva da economia baiana estava mergulhada num profundo processo de estagnação (ou mesmo decadência, em alguns setores) o ramo comercial - ao menos aquele que comportava os grandes comerciantes exportadores e importadores - possibilitava o aumento de capitais de suas firmas e a expansão dos seus negócios, como se crescesse parasitando a fraqueza da base produtiva.

As grandes fortunas comerciais da época imiscuíam-se na intermediação financeira, agindo como verdadeiras casas bancárias e pairando sobre os produtores agrícolas dos mais diversos gêneros assim como criavam fábricas e manufaturas complementares à atividade principal.<sup>17</sup>

O leque de diversificação e expansão dos negócios das fortunas mercantis, por outro lado, era reforçado com a ampliação permanente da lista de produtos primários exportados - ou de manufaturados importados - e pela extensão das rotas comerciais que estendiam-se para além dos limites da Bahia, atingindo até o Xingu.<sup>18</sup>

Além das atividades mencionadas as grandes casas comerciais operavam também como representantes de sindicatos bancários imperialistas, companhias de navegação e seguro estrangeiras e desenvolviam - o que é importante fixar - lucrativo negócio no ramo da intermediação financeira informal, mas nem por isso secundário, submetendo o produtor agrícola com financiamentos usurários caracterizados por taxas de juros elevadas e prazos apertados de ressarcimento.<sup>19</sup>

Esse privilegiado papel na formação econômica baia na irá encontrar também seu correspondente social. THALES DE AZEVEDO, referindo-se as altas camadas da sociedade baiana no final do século passado, alinha entre as principais aque las ligadas à atividade comercial.<sup>20</sup> Outros autores, como GOES CALMON, ele próprio membro desta elite mercantil, diri gente do Banco Econômico e governador do Estado entre 1924 e 1928, não hesitam ao apontar a fração comercial como aquela mais expressiva no cenário baiano da República Velha.<sup>21</sup>

A indiscutível supremacia comercial e sua marcante presença em duas ordens econômicas distintas - a escravista e a que lhe sucedeu - e em dois momentos políticos nacionais sucessivos - o Império e a República - tornam obrigatória a compreensão do seu significado. Compreensão que deve estabe lecer a conexão do comércio com as demais atividades econômi cas, principalmente a agricultura de exportação, buscando apreender o sentido do fato.

Isto quer dizer que a reconhecida supremacia comer cial e a importância a ela atribuída no corpo da nossa análi se ao contrário de desobrigar, estimula a sua vinculação aos setores efetivamente produtivos. Em primeiro lugar, como co locamos em trabalho anterior<sup>22</sup>, porque as atividades comer ciais têm que estar referidas, de qualquer tipo que sejam elas, à produção (redundante mas não inapropriadamente) de gêneros comercializáveis. Em segundo lugar, porque só o es tabelecimento desta relação - ou destas relações - permitirá a avaliação factual da natureza da estrutura produtiva, sua base técnica, suas relações de trabalho e sua conexão com o setor estabelecido como dominante.

Grosso modo, tais relações poderiam ser simplifica das na esfera do incipiente universo urbano de então e das atividades agro-pecuárias disseminadas pelas diversas re giões do Estado. Antes de qualquer coisa, deve-se ressaltar- apesar da referida importância do comércio de exportação-im portação - que a estrutura produtiva baiana não pode ser re duzida aos segmentos voltados única e exclusivamente para a exportação. Convém lembrar que a documentação disponível re

gistra a presença expressiva de inúmeras ocupações - pequenos negócios, frequentemente autônomos, familiares e de pequenas dimensões - no ramo da prestação de serviços, do baixo comércio e da produção simples de mercadoria, cujas atividades estão voltadas para satisfação das necessidades de uma população de estrutura de renda extremamente concentrada e que, desta ou daquela maneira, tinha que suprir as suas demandas.<sup>23</sup>

Ainda de referência às atividades urbanas, se podemos chamar assim as ocupações de uma cidade provinciana, constata-se que, mesmo a débil implantação industrial era revestida muitas vezes de forte caráter artesanal, comportando formas anacrônicas de trabalho que dificilmente poderiam aproximar-se das formas típicas do estágio capitalista.

Boa parte do parque existente na Bahia caracterizava-se pelo baixo ou inexistente uso de maquinárias, consumo de pouca energia e dispondo de instalações sem grande complexidade. Tratava-se de uma indústria simples produtora de gaseosa, vinagre, gelo, sabão, velas, etc. Dois outros ramos industriais - talvez os mais consideráveis, o metalúrgico e o têxtil, eram diretamente complementares de uma atividade agrária de exportação - o da produção de açúcar - e estavam sob o controle dos comerciantes da praça. As fundições fabricavam peças de reposição e maquinário para os engenhos. E as fábricas têxteis tinham seu mercado cativo voltado para sacos de embalagem destinados à exportação de gêneros agrícolas.<sup>24</sup> Outro ramo importante, o fumageiro, de forte característica artesanal-manufatureira, revelava-se como anexo das grandes firmas de exportação, as mais poderosas das quais sob o controle de capitais germânicos.<sup>25</sup> Como se vê, exceção feita a alguns ramos industriais do ponto de vista das relações de produção, embora emaranhados na teia das transações comerciais, a configuração das atividades produtivas urbanas está bastante distante do que se poderia chamar sem timidez de capitalismo. A base rural, por sua vez, debate-se em meio à maior complexidade. Prevalcem nas principais culturas formas compulsórias de trabalho, formas de produção camponesa

às vezes combinadas com certas relações próximas do salariato, como trabalhadores alugados, de safra, etc., cuja remuneração instável era também muito baixa e absorvida no micro-universo não monetizado dos armazéns de abastecimento das fazendas.

Na base do surgimento dessas relações está a transição de formas escravistas extintas para novas formas ou velhas formas recriadas.

Nesse sentido, talvez seja importante concentrar a atenção naquilo que CHICO DE OLIVEIRA<sup>26</sup> denominou a "brecha camponesa", entendida aqui como a alternativa encontrada para viabilizar o acesso do ex-escravo e do trabalhador livre à terra nos marcos de uma economia agro-exportadora.

Esse fenômeno começou a se processar na Bahia a partir da quebra econômica do Recôncavo açucareiro que constitua até fins do século passado o principal centro produtor baiano. A paulatina decadência do açúcar fez com que, passo a passo, se colocasse a alternativa da saída camponesa, inicialmente no interior desta região e depois nas demais culturas do Estado, como fórmula encontrada para substituir o escravismo nos marcos de uma sociedade que não conseguia passar imediatamente ao trabalho assalariado como relação disseminada.

Em outras palavras, a emergência generalizada do campesinato tornou-se a saída vislumbrada à desagregação do escravismo nos marcos da economia agrária, que tinha nas culturas de exportação o seu sustentáculo. Presente originariamente na cultura do fumo - que combina exemplarmente o capital comercial alemão com o minifundismo - ela se espraiava posteriormente até a emergente e longínqua fronteira agrícola aberta pela cacauicultura no Sul da Bahia. O caso do cacau, não apenas pelo interesse específico deste trabalho, mas, fundamentalmente, porque trata-se da única cultura estadual que não conheceu relações escravistas, guarda certa especificidade. A cultura amplia-se, na segunda metade do século XIX, favorecida pelos preços internacionais, reunindo numa região de terras devolutas, milhares de pequenos proprietários.

os independentes, a quem se tem chamado quase-camponeses. Esse quase-campesinato se configuraria pela detenção da posse, mas não de propriedade da terra e, em geral, por uma vinculação instável com ela.

Além disso, esses produtores, por não controlarem o processo de comercialização e em decorrência da necessidade do crédito, necessário ao desmatamento e implantação da cultura - que exigia entre três e cinco anos para começar a produzir comercialmente - acabavam caindo na dependência do intermediário comercial que, através da diferença dos preços de compra e venda e de toda uma gama de sujeições, apropriava-se da maior parcela do excedente econômico gerado.<sup>27</sup> O campesinato, ou quase-campesinato teria correspondido à fase de ocupação pioneira da região tendo sido, como se verá adiante, expropriado literalmente ao longo do processo de consolidação da cacauicultura.

De qualquer forma, desempenhou, junto ao alugado, ao diarista, ao jagunço e, na forma da lei, ao advogado, importante papel na implantação econômica do cacau. É importante também chamar atenção sobre o fato de que tanto a "brecha camponesa" quanto as formas compulsórias de trabalho que se aparentam com o assalariamento guardam profundas vinculações com uma base técnica da estrutura produtiva bastante precária. Constituindo os dois lados do dilema, relações sociais e condições técnicas, ilustrativo indicador da debilidade da estrutura produtiva. Para não falar de baixa capitalização ou, melhor ainda, da inexistente capitalização dos produtores agrícolas.

São essas condições da base estrutural da sociedade de então que permitem a compreensão da supremacia comercial anteriormente destacada, em momentos históricos de base material excludentes.

A debilidade da estrutura produtiva assinalada em contra evidência no precário parque industrial local, na disseminação das atividades artesanais e das ocupações autônomas bem como na existência da produção camponesa ou quase

camponesa nas principais culturas de exportação do período. Tecnicamente, a explicação plausível seria a de que na medida em que o capital não conseguiu submeter a produção, ou, em outras palavras, na medida em que a produção de mercadorias não resulta de um processo capitalista de produção, é compreensível que o comércio, dispo<sup>n</sup>do de seu aparato logístico e financeiro, ocupe papel de destaque na intermediação dos produtos e imprima ao conjunto da economia a sua lógica de acumulação.

Esta questão é fundamental para o entendimento do processo de acumulação primitiva, típico de economias mercantis. E está na base da explicação do processo da evolução histórica de tal tipo de sociedade.<sup>28</sup> Por outro lado, as vinculações da economia baiana com o comércio internacional, crescentes em termos quantitativos e indicadoras de mudanças qualitativas expressivas, evidenciam como as relações sociais e econômicas que se processam no seu interior são, em grande parte, influenciadas pelas iniciativas e estratégias para a reprodução local do capital externo. Na verdade, os principais agentes comerciais que operam na praça estão subordinados a empresas européias e, posteriormente, norte-americanas, de tal sorte que, parte representativa do excedente econômico captado é drenado para fora da Bahia.

Por fim, deve-se atentar para dois aspectos do processo de elucidação do que já foi até chamado de enigma. Primeiro, o relacionado com a magnitude dos capitais acumulados e o segundo, relacionado ao próprio padrão da acumulação de capital na Bahia.

De um lado, a incapacidade da economia estadual passar do estágio escravista para a produção capitalista, deve ser explicada pela ausência de estímulo externo já que as forças produtivas endógenas vegetavam nas mais diversas formas de produção simples e a indústria, no seu conjunto, além de complementar à agricultura mal tinha atingido seu estágio manufatureiro. A diminuta demanda externa por produtos tradicionais baianos resultou na "quebra" do principal esteio produtivo local: o Recôncavo açucareiro. O caso do fumo e do

cacau, merecem consideração à parte. De referência ao fumo, o controle dos comerciantes sobre a cultura minifundista era tamanho que, na maior parte dos casos, o excedente retido pelos produtores mal dava para a reprodução da força de trabalho. No caso do cacau, o que deve-se realçar é que, exatamente durante a República Velha, o produto será consolidado como empreendimento rentável, preso às mesmas teias comerciais, revelando-se a economia cacauceira insuficiente para reverter o quadro econômico estadual, seja pela relativa estreiteza de terras aptas a incorporar, seja pela fraca monetização almejada, ou mesmo pela reduzida magnitude da acumulação de capitais viabilizada, se comparada, por exemplo, àquela vislumbrada pela economia cafeeira.<sup>29</sup>

Por outro lado, ganha relevo a questão do padrão de acumulação, de sua tipicidade. Ele caracterizava-se pelo mecanismo primitivo de expropriação do excedente na esfera da circulação, conseguido através a especulação com os preços, da exploração das vantagens nos dois extremos envolvidos: produção e consumo. Talvez, resida aí a explicação para o fato de que, apesar de toda a debilidade da estrutura produtiva e dos problemas que envolvem a lavoura, se constituam grandes fortunas comerciais na Bahia.

Ambos os aspectos apontados buscam abrir pistas para o entendimento da "perpetuação" da supremacia comercial e constituem pontos inevitáveis da discussão a respeito da debilidade do processo de transição capitalista estadual. Supremacia comercial, base técnica precária, relações de trabalho não assalariadas são algumas das razões existentes para o estabelecimento do restrito mas inegável paraíso do comércio.

## 1.2. DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA

A passagem do econômico ao político impõe a discussão de, pelo menos, três questões importantes: o caráter de classe do Estado, o sistema político suscitado pelo advento da República e a montagem e consolidação do principal instru

mento do jogo político-eleitoral respectivo, isto é, do *coronelismo*.

Com relação à primeira das questões apontadas, talvez a observação inicial que deva ser feita é a de que a supremacia comercial não encontra correspondência imediata no plano político. Ou melhor dizendo: a supremacia econômica da fração comercial não transfere-se identicamente ao plano da dominação política que passa necessariamente pelo controle e utilização do aparelho do Estado.

Na verdade, o que ocorre é a composição das diversas frações do que se poderia chamar classes dominantes com vistas ao uso comum do poder, cada qual buscando fazer prevalêcer seus interesses fundamentais ou tratando de impedir que fossem contrariados. Antes de aprofundar este aspecto, convém assinalar alguns fatos históricos que podem enriquecer a discussão.

O mais importante deles refere-se à indiferença e até mesmo a pretensa e natimorta oposição que encontrou a República na Bahia. Fenômeno generalizado pelas diversas classes sociais e instâncias políticas e econômicas. Fato, aliás, compreensível levando-se em consideração que as elites baianas gozavam do mais amplo reconhecimento político na Corte durante a fase Imperial, encabeçando mais da terça parte dos ministérios que se sucedem entre 1847 e 1889.<sup>30</sup>

Não é sem razão, conseqüentemente, que as elites baianas tentam fazer vista grossa à eclosão da República. No ato da sua proclamação, não apenas o Presidente da Província - homem indicado e de confiança do Imperador - e a Assembléia Legislativa (unânime no posicionamento) formada por liberais e conservadores, mas também a Câmara de Vereadores e a Associação Comercial da Bahia, além dos comandantes das Armas, Hermes da Fonseca, irmão do marechal Deodoro, reagiram. Pretendiam esses grupos organizar resistência e assegurar a continuidade do Império.<sup>31</sup>

O efêmero repúdio das elites provinciais ganhou também ressonância junto às camadas populares, conforme rela

ta AFFONSO RUY. Segundo ele, a "admiração à Princesa Isabel" teria sido a causa da tentativa de organização de uma guarda negra composta pelos beneficiários da Lei Áurea, a qual se propunha assegurar a estabilidade do regime contra qualquer possível golpe.<sup>32</sup>

Dois dias apenas foram suficientes para fazer ver aos senhores a falta de sentido dessa obstinada "resistência". Bem cedo compreenderam, liberais e conservadores, que bastava proclamarem-se republicanos para gozarem dos mesmos privilégios do usufruto do poder e recomporem sua dominação política.

Fatos novos, entretanto, se impuseram e tiveram que ser absorvidos pelos aristocráticos senhores do Império. Além do federalismo e do Estado laico, entre outros, sagrou-se o sufrágio universal e secreto que, sem dúvida, constituiu enorme progresso em relação às instituições políticas monárquicas, em que o voto se baseava no censo econômico.

BASBAUM ressalta, entretanto, o caráter ainda discriminatório e restrito do voto universal republicano, que excluía as mulheres, os analfabetos, bem como religiosos monásticos e praças de pré.<sup>33</sup> SAMPAIO, referindo-se ao caso baiano, constata o limitado alcance democrático do voto universal ao mostrar que, em 1890, apenas cerca de oito por cento da população sabiam ler e escrever, tendo este percentual decrescido para cinco por cento, trinta anos depois.<sup>34</sup>

O novo sistema republicano seria fraudado por duas razões. Inicialmente, pela sua incapacidade de conformar um partido de expressão nacional dada a diversidade dos interesses das diversas oligarquias estaduais. Em segundo lugar, porque aquela que talvez tenha sido a sua maior conquista, o voto universal, foi reduzida, na realidade a uma grosseira caricatura democrática.

Os diversos Partidos Republicanos estaduais, passaram a basear seu poderio nos coronéis municipais e nas oligarquias estaduais, organizando as listas de candidatos a cargos eletivos, fiscalizando as eleições, elaborando as atas

e empossando os eleitos. Tal situação levou o Presidente Campo Sales, em 1900, a legitimar a política dos governadores, que, segundo BASBAUM, se resumia em apoiar o grupo estadual mais forte, ou seja, o do governador no poder.<sup>35</sup>

A antiga artificialidade da expressão baiana nos ministérios imperiais, onde as elites estaduais gozavam de amplos privilégios sem dispor de bases materiais que lhes assegurasse tal posição, era agora substituída no plano estadual por partidos políticos efêmeros, eleitoreiros e personalistas, cuja função primordial era assegurar o acesso ao poder as oligarquias locais e atribuir base representativa à República, no plano federal. A ausência de base material efetiva e de conteúdo ideológico dos programas partidários é *compensada* pelo personalismo dos chefes políticos sucessivos que disputam no interior da restrita camada dominante a representatividade dos seus interesses.

A constituição dos Partidos Republicanos regionais, no dizer de BASBAUM, representa a recomposição diante da surpresa republicana dos senhores de terra em geral e dos senhores de engenho, em particular. Buscando uma explicação mais plausível para a realidade estadual, PUNG<sup>36</sup> afirma que quando o Império foi derrubado não havia na Bahia nenhum grupo sócio-econômico que surgisse para dirigir o novo governo. Posteriormente, a reorganização do poder, entretanto, encontrará na decadente aristocracia do Recôncavo os quadros necessários à composição oligárquica ampla que combinará no interior dos sucessivos e instáveis "comitês eleitorais" chamados de partidos políticos, coronéis e doutores, representantes da nobreza açucareira do Recôncavo e contará com o aval sumamente importante da burguesia comercial e financeira operante na praça.

A bibliografia disponível sobre a questão política torna evidente a ausência de hegemonia de uma das frações dominantes revelando o reflexo dessa debilidade estrutural ao nível do poder. Alguns explicam o fato devido à inexistência de interesses sociais e econômicos coerentemente estruturados na sociedade estadual, consequência do precário desen

volvimento local conforme assinalado. A administração de tantos e diversos interesses no interior do partido dominante teria levado ao fortalecimento dos potentados locais interiores e permitido aos coronéis, todo-poderosos proprietários incontestes dos "currais-eleitorais", excessivo fortalecimento durante boa parte da Primeira República.

Presença indispensável em todos os pleitos eleitorais, o coronel ampliou gradualmente sua influência a ponto de, a partir do primeiro Governo de J.J. Seabra, em 1912, constituir-se no elemento fundamental à unidade partidária com vistas ao processo sucessório e ao preenchimento dos cargos legislativos. Indispensável dizer que tal poder facultava aos chefes políticos do interior a decisão sobre preenchimento de cargos públicos fundamentais à ampliação do controle do curral - delegados e promotores - bem como os revestia de autoridade ainda maior, porque reconhecida pelo poder público.

De acordo com PUNG, se até esta data, a política baiana estava em mãos unicamente de homens da capital, do Recôncavo e adjacências, posteriormente a composição com os coronéis do Sertão e do Sul do Estado será decisiva. O crescimento dessa influência culminará no período entre 1920-1924, quando alguns potentados regionais passam a se entender diretamente com o Presidente da República passando por cima do Governo estadual.<sup>37</sup>

A instabilidade do quadro partidário baiano deve ser explicada de um lado, pela multiplicidade e diversidade de interesses específicos dos diversos potentados políticos regionais que assentavam as suas bases em culturas agrícolas diversas e que possuíam interesses particularizados que deviam ser preservados a fim de viabilizarem a acomodação política oligárquica. Por outro lado, à incapacidade da burguesia comercial de transformar a sua supremacia econômica em hegemonia *latu sensu* em virtude da sua desvinculação efetiva das bases eleitorais.

A debilidade da estrutura produtiva, portanto, refletia-se ao nível super-estrutural na conformação de um Es

tado de composição oligárquica que buscava preservar os interesses de classe fundamentais da aristocracia nele contida e que, buscando expressar o conjunto dos interesses dominantes, acabou sendo, na realidade, um Estado essencialmente conservador e apático. Tal comunhão de interesses tão diversos, se representou saldo positivo para a precária unidade das oligarquias, revelou também suas conotações negativas no plano político, que acabavam provocando reflexos na base econômica propriamente dita. Por exemplo: se a significativa presença da oligarquia açucareira no aparelho do Estado tornava possível a isenção de impostos sobre a cultura da cana e o fabrico do açúcar, criava graves embaraços para o Estado, que vivia sob enorme agonia financeira sendo obrigado frequentemente a recorrer a empréstimos externos para poder saldar seus compromissos.

Esses apertos frequentes manifestavam-se mesmo ao nível das obrigações mais elementares como a da manutenção da folha de pagamento do funcionalismo público em dia, fato evidenciado na lamúria do Governador J.J. Seabra em 1922.<sup>36</sup>

O contra-ponto dessa situação revelava-se extremamente desgastante do ponto de vista político e sangrava seriamente algumas lavouras que, ou não conseguiam se fazer representar politicamente, ou o conseguiam precariamente. No primeiro caso, estava a lavoura do fumo, tida como lavoura de pobre e que foi excessivamente taxada pelo fisco estadual. No segundo, encontrava-se a cacauicultura e os interesses dos coronéis do cacau. O produto, como se verá adiante, era responsável pela maior parte da formação da renda estadual.

Neste último caso, a explicação plausível, poderia residir no fato de que o Estado, assentado em débeis bases materiais, era obrigado a retirar de algum modo em algum lugar os recursos fundamentais à sua manutenção. Constituindo a cacauicultura a única agricultura emergente da Primeira República, tornou-se alvo indeclinável da taxaço do poder público, obrigado a sanar de alguma forma seus compromissos financeiros. Reforça tal hipótese a diminuta influência da oligarquia do cacau no seio do Estado, fato contrabalançado

pelo mais absoluto controle do executivo do principal município produtor: o de Ilhéus. O que permitia compensações econômicas e extra-econômicas.

Estabelecido, ainda que sumariamente, o quadro panorâmico do caráter de classe do Estado e o mecanismo político de composição das frações dominantes, convém analisar mais de perto a natureza da dominação oligárquica e o papel desempenhado pelo coronelismo nesse processo.

Durante toda a Primeira República, a conquista e a preservação do poder decorria diretamente do controle da *máquina eleitoral*, como continua a ocorrer ainda hoje nos Estados agrários do país. Sua estrutura assemelhava-se a uma pirâmide em cujo ápice se encontrava o Presidente da República, seguido de perto pelo Partido Republicano Paulista e os Partidos Republicanos Estaduais. Na sua base, encontravam-se os coronéis e suas famílias, parentes e dependentes, configurando os potentados interioranos que viabilizavam as diversas conformações oligárquicas espalhadas por todo o Brasil.<sup>39</sup>

A quintessência da política durante esse período, residia no processo de harmonização das reivindicações conflitantes das diversas oligarquias regionais com vistas à obtenção da composição necessária a que alguns estados-chave, tais como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, integrassem pela imposição de suas lideranças vinte Estados federados.<sup>40</sup>

O que importa fixar é o papel reservado à figura do coronel no azeitamento da *máquina eleitoral* requerida pela dominação oligárquica; dominação que comportava no governo restrita minoria. Tal papel foi detalhadamente assinalado por NUNES LEAL e poderia ser resumido da seguinte maneira: antes de tudo, o *coronelismo* é uma forma peculiar de manifestação do poder privado coexistente num regime político que requer base representativa.

Esse poder privado é alimentado simultaneamente pelo poder público, já que este último, não pode prescindir do eleitorado rural cuja situação de dependência é incontestável.

vel. Desta premissa, resultam as outras características do sistema, tal como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, etc.

O *coronel* quase sempre era um grande proprietário rural, derivando seu poder político dessa privilegiada situação econômica. Mas, registram-se também outros tipos ocupacionais: o bacharel, o padre, o médico, etc. Além do mais, frequentemente agregava à sua posição social o *status* atribuído pelo título, ofertado ou comprado à Guarda Nacional, o que assegurava o seu direito de possuir "exército particular", cuja utilização é vital para a resolução das contendas e desentendimentos com rivais.<sup>41</sup>

Para as frações dominantes das oligarquias estaduais, como no caso da Bahia, o que interessava era reconhecer que o *coronel* comandava um lote não desprezível de votos. Esta força eleitoral, "emprestava-lhe prestígio político. Dentro de esfera própria de influência, o *coronel* resumia em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais" revestindo sua posição dominante de "imparcialidade" do juiz, da força da violência policial, do apadrinhamento do amigo, do respeito de uma autoridade constituída, etc.

Seu poder ampliou-se de tal forma que, como o tempo, seus interesses privados confundiram-se com os dos municípios sob suas jurisdições, tornando-se sinônimos. Isto porque era através do controle do executivo municipal que os chefes interioranos consolidavam seu poder de fato.

Poder econômico, poder militar e poder político acabavam misturados e elevavam o *coronel* a cargos públicos importantes facilitando o seu fortalecimento e o aumento de sua influência no processo sucessório vital para a condução das oligarquias ao controle do aparelho do Estado.

Conforme salientado anteriormente, diversas condições confluíram para favorecer a expansão do poder privado dos *coronéis* e do aumento da sua influência política durante a República Velha. Na Bahia, eles organizaram-se praticamente em todas as regiões e exerceram pressão decisiva sobre o

Governo estadual que passou, inexoravelmente, a reconhecer suas presenças e incluí-los na composição permanente em busca da estabilidade político-partidária local.

Travestidos de intendentes municipais, floresceram os *coronéis* além do Recôncavo, no Vale do São Francisco, no Sul do Estado, nas Lavras Diamantinas e, sobretudo, no sertão, cuja situação de dependência em relação à Capital era de pouca monta, em decorrência de seus municípios não possuírem culturas de exportação expressivas e não precisarem do porto e da administração de Salvador. Os chefes sertanejos foram, pouco a pouco, restringindo a outrora indiscutível supremacia política da nobreza açucareira do Recôncavo e dos políticos da Capital, obrigando-os a aceitarem suas reivindicações e legitimarem seu prestígio.

Na região Sul, a mais importante região econômica da agricultura baiana, os *coronéis* centraram suas atividades no município de Ilhéus, o maior produtor de cacau e sob o fluxo do "progresso e da civilização" - como costumava referir-se o mais influente político regional, o Intendente Antônio Pessoa - consolidaram o mandonismo local, reunindo de forma *sui generis* os três elementos vitais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência.

## NOTAS

13. PUNG, Eul-Soo. Op. cit.
14. OLIVEIRA, Francisco de. "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da Economia da República Velha no Brasil", in: FAUSTO, Borís (coord.). *O Brasil Republicano*, Tomo III, vol. 1, História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977. A questão do modo de produção de mercadorias está desenvolvida no trabalho mencionado.
15. SEPLANTEC/Ba. Fundação de Pesquisa CPE. "A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1a. etapa: 1850-1889. Salvador, 1980, v. 3. t.2. Nesse trabalho, realizei uma revisão bibliográfica sobre os principais textos a respeito do comércio na Bahia.
16. SEPLANTEC/Ba. Fundação de Pesquisa CPE. "A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 2a. etapa: 1890-1930. Salvador, 1980, pgs. 61, 62 e 63.
17. Idem, pgs. 64 e 65.
18. WESTPHALEN, BACH & KROHN, Salvador. *Centenário*, 1828-1928. Salvador, 1928, pg. 58.
19. WILDBERGER, Arnold. *Notícia Histórica de Wildberger & Cia.*, 1829-1942. Bahia, Tipografia Beneditina, 1942. A diversidade da atuação desta empresa é espantosa. Dispondo de numerosas filiais, ela opera com todo tipo de produto exportável bem como com importação. Além disso, representa na Bahia inúmeros trustes imperialistas como o Crêdit Lyonnais, de Paris, companhias de seguro, de conversão de câmbio bem como empresas de navegação como a Sociéte Générale de Transporte à Vapeur, de Marselha. Posteriormente controlará um vasto império de fazendas de cacau no Sul do Estado.
20. AZEVEDO, Thales. A Economia Baiana em torno de 1850. In: -- & LINS. E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969, pgs. 17 e segs.
21. CALMÓN, Francisco Marques de Goes. *Vida Econômica-Financeira da Bahia, elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador, Fundação de Pesquisas CPE, 1978., pg. 96.
22. FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. Op. cit. pg. 27.
23. Idem, ibid.
24. SAMPAIO, José Luís Pamponet. Origem e Evolução da Indústria na Bahia, 1850-1889. In: ---A Economia Baiana

- de 1850 a 1930: *Algumas Questões*. Contribuição Técnica n.º 33a. Reunião Anual da SBPC. CPE-Seplantec, Salvador, 1981, pgs. 58 e 59.
25. BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e Exportação de Fumo na Bahia, 1870-1930*. Salvador, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 1975, pg.131.
  26. OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. pg.
  27. SEPLANTEC/Ba., Fundação de Pesquisas CPE. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1a. etapa: 1850-1889, Atividades Produtivas*. V.2. Salvador, 1978, pgs. 179 e 180.
  28. MARX, Karl. *O Capital*, livro 3, vol. 5. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974. A interpretação teórica das economias mercantis está contida entre as páginas 350 e 382 do livro mencionado.
  29. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. Os efeitos positivos da economia cafeeira cujo dinamismo viabiliza a formação do mercado interno fundamental ao crescimento industrial no Brasil bem como a evolução do processo de acumulação de capitais em São Paulo, que será posteriormente amplificado pelo capital industrial são as questões centrais discutidas neste trabalho.
  30. FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. "A Bahia e a Vida Política do Império, auge e declínio de suas elites. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1a. etapa: 1850-1889, A Bahia no Século XIX*, v. 1. Seplantec/Ba., Fundação de Pesquisas CPE. Salvador, 1978, pg. 98.
  31. Idem, pg. 102.
  32. RUY, Affonso. *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*. Tipografia Beneditina Ltda. Bahia, 1949, pg. 602.
  33. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (De 1889 a 1930)*, v. 2. São Paulo, Alfa-Omega, 1968, pgs. 183 e 184.
  34. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op., cit., pg. 22.
  35. BASBAUM, Leôncio., Op., cit., pg. 186.
  36. PUNG, Eul-Soo. Op. cit. pg. 65.
  37. Idem, pgs. 151 e segs.
  38. MIDLEJ SILVA, Maria da Glória e BORBA, Silva Fraga Costa. *As causas das crises da Economia Baiana através das Mensagens dos Governadores*. CPE, Salvador, 1978, mimeo. pg. 2.

39. BASBAUM, Leôncio. . Op., cit., pg. 100.
40. FUNG, Eul-Soo. Op. cit., pg. 8.
41. LEAL, Victor Nunes. Op. cit., pgs. 20 e segs.

## 2. ILHÉUS: UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

## ANTECEDENTES DA OCUPAÇÃO

A primeira tentativa de povoamento das terras que hoje correspondem ao município de Ilhéus verificou-se no século XVI através a doação de Dom João VI a Jorge de Figueredo Correa das terras compreendidas entre as cem léguas da costa no litoral Sul do Estado. Entre 1532 e cerca de 1750, os sucessivos donatários buscaram sem grande sucesso a efetiva ocupação econômica implantando engenhos de açúcar que geraram um comércio sem muita importância.

A incapacidade dos donatários deslançarem o progresso da capitania levou ao fracionamento das terras que foram divididas em diversas sesmarias na segunda metade do século XVIII sem que qualquer alteração significativa fosse registrada. Durante este século, a região continuou mergulhada numa atividade agrícola sem expressão, estando inocupadas a maior parcela de terras exploráveis.

Até o começo do século XIX, Ilhéus não passava de um pequeno povoado fundado pelos jesuítas cujas edificações mais importantes eram uma igreja e um colégio, com uma rarefeita população de "nove mil almas e 977 escravos", "1042 almas" das quais habitavam o vilarejo.<sup>42</sup>

Foi o florescimento econômico do cacau o responsável inclusive pela elevação da vila à categoria de cidade em junho de 1881. De tal forma que, pode-se afirmar sem exagero que, muito provavelmente a cidade não teria se consolidado se ali não se tivesse implantado a empresa econômica da cacauicultura.

Diversos autores preocupados com as minúcias da história regional já esquadriharam o passado do cacau, exis

tindo até mesmo polêmicas ardorosas a respeito dos verdadeiros pioneiros da cultura. O fato é que o produto só ganha alguma significação econômica - de pouca monta, ressalve-se em 1780, quando se encontra a primeira referência à presença na pauta de exportação da província, registrando quantidades e valores diminutos.

Os rendimentos gerados, entretanto, só ganharam expressão na segunda metade do século XIX, sobretudo, a partir da década de 1860.<sup>43</sup> Estimulada pelas excelentes condições do mercado internacional, a cultura, a partir de então, expandiu-se consideravelmente, aumentando a sua contribuição às exportações baianas de dois por cento em 1860 para quase vinte por cento em 1888. Com relação à quantidade exportada, elevou-se de mil arrobas em 1851-52 para mais de duzentas mil no final do período imperial.

A valorização crescente do cacau no exterior estimulou crescimento mais relevante do valor das exportações que passaram do índice 100 em 1851-52 para 2.677 em 1888-89.<sup>44</sup> Além dos preços amplamente favoráveis do mercado, o aumento da produção é facilitado pela abundância de mão-de-obra, constituída em boa parte de sergipanos e alagoanos, expulsos periodicamente de seus locais de origem pelas secas cíclicas, bem como pela existência de terras aptas e devolutas na região.

De referência a esta última questão, deve-se assinalar que a regulamentação definitiva sobre a sistemática de ocupação de terras na Bahia verificou-se somente no final do século passado, no ano de 1897. Em boa parte, a Lei nº 198 não conseguiu ordenar o processo de ocupação vigente - aliás, de difícil compreensão até hoje.

Toda a região Sul, principalmente as terras onde posteriormente se desenvolveria a cacauicultura, encontrava-se, pela desvinculação com a economia agro-exportadora da Província, mergulhada em profunda estagnação, não possuindo suas terras qualquer valor econômico de peso. Na verdade, inúmeros sesmeiros já tinham abandonado suas posses, mal che

gando a ocupá-las com a produção de açúcar ou de cereais para consumo regional.

De tal forma que, no ato de publicação da lei de regularização da ocupação de terras estaduais quase ninguém na região poderia comprovar legitimamente a posse sobre seus terrenos. Tal situação constituiu inicialmente forte estímulo à organização de pequenas fazendas cujo processo de legitimação passava pelo pagamento de uma simbólica quantia aos cofres públicos e que foi responsável por uma verdadeira corrida "aos frutos de ouro", típica das regiões de fronteira.<sup>45</sup>

## 2.1. EMERGÊNCIA DA MONOCULTURA DE EXPORTAÇÃO

Considerando ainda os indicadores quantitativos do florescimento da lavoura, pode-se dizer que sua emergência definitiva na economia da Bahia verificou-se nos primeiros trinta anos deste século. De pouco mais de três milhões de quilos no final do século XIX, a produção cresceu para mais do quántuplo em 1905, registrando aumentos crescentes até atingir mais de 50 milhões de quilos em 1920, com um incremento médio anual de cerca de 1.500 toneladas.<sup>46</sup> Entre 1920 e 1930, continuou crescendo, porém, em ritmo menor.<sup>47</sup>

Os dados relativos à exportação atestam como a partir de 1904 o produto assumiu a liderança da pauta estadual, assegurando a sua performance até o final da Primeira República, chegando em alguns anos a contribuir com mais da metade do total arrecadado pelo Estado, sem que, em nenhum momento, tenha registrado participação inferior à trinta por cento.<sup>48</sup>

O aumento da produção implicou em incorporação crescente de novas terras à lavoura. Em 1930, cerca de 254 mil hectares encontravam-se ocupados com a cultura do cacau, totalizando 116.459 mil pés cujos frutos eram exportados principalmente para os Estados Unidos, Alemanha, Holanda, França e Argentina, entre outros países.<sup>49</sup>

Voltando à questão do estímulo que representou para

ra a cultura a existência em abundância de terras devolutas, convém lembrar que entre 1898, data em que passou a vigorar realmente a lei de regularização de ocupação de terras do Estado, e 1930, a região Sul concentrou mais de 68 por cento dos processos referentes à compra de glebas do Estado - cerca de 10.355. Entre os municípios da região, destacava-se Ilhéus com mais de três mil e quinhentos processos de venda e sessenta e oito legitimações de terrenos de comprovada ocupação anterior à data da lei. Seguiam-se em importância os municípios de Itabuna (até 1916, distrito de Ilhéus), Belmonte e Canavieiras, todos integrantes da região cacauzeira.<sup>50</sup>

Outro indicador do crescimento da lavoura é o progressivo aumento da incorporação da mão-de-obra. Se bem que não se tenha números efetivos da população ativa, os dados demográficos disponíveis dão uma idéia do vertiginoso crescimento. Entre 1892 e 1920, a população dos dois maiores municípios produtores - Ilhéus e Itabuna - passou de pouco mais de sete mil pessoas para cento e cinco mil, registrando crescimento médio anual de quase sete por cento, contra aproximadamente dois por cento para o conjunto do Estado.<sup>51</sup> Por outro lado, enquanto a população de Salvador praticamente estacionou entre 1920 e 1940, pelo menos dezesseis mil famílias se incorporaram à lavoura cacauzeira na região.<sup>52</sup>

Todos esses elementos apresentados servem para indicar a pujança da lavoura cuja característica fundamental era a de constituir uma região de fronteira agrícola, com todas as instabilidades e dificuldades típicas destas regiões, voltada para a quase total especialização de um produto cuja realização se efetivava nos mercados exteriores.

Talvez o elemento mais ilustrativo da instabilidade regional residisse no principal meio de produção: a terra. Até o primeiro decênio deste século a posse precária dada pela ocupação pioneira constituiu indiscutível foco de tensão levando seus ocupantes a conflitos e agressões permanentes com vistas à manutenção de suas glebas. A violência, mecanismos extra-econômicos e a habilidade de advogados inescrupulosos contratados pelos "caxixeiros" - um certo tipo precu

sor dos grileiros de hoje - pressionaram permanentemente os "proprietários menos afortunados e esclarecidos" com o objetivo de expropriação de suas *roças*, como eram chamadas as fazendas de cacau mais rústicas e de menores proporções. Para isso, como se verá adiante, muito contribuiu o exarcebado poderio *coronelista* dos grandes proprietários e a ausência efetiva da aplicação das leis ou sua aplicação distorcida no município.

Outro aspecto que deve ser destacado é o de que a lavoura do cacau, embora representasse grande esforço na reativação da economia do Estado e se organizasse sobre relações de trabalho livre, desde a sua fase pioneira, não conseguiu estimular a formação de uma verdadeira economia, entendida como um complexo capaz de se articular e crescer a partir das suas próprias forças produtivas integrando seus elementos componentes. Na verdade, a lavoura do cacau conseguiu tão somente reafirmar a tão decantada "vocaçãõ agrária" da Bahia, "vocaçãõ" reivindicada pelos adversários mais ferrenhos da efêmera experiência fabril de finais do século passado.

O que se pretende aqui é chamar atenção para o fato de que a cacauicultura, ao incorporar crescentes faixas de terra do litoral Sul tornando-as produtivas, se integrou no circuito da economia agro-exportadora do Estado, aproveitando toda a infra-estrutura pre-existente no centro exportador-administrativo que era Capital, sem conseguir sediar regionalmente os equipamentos fundamentais à endogenização do crescimento da economia da região, quais sejam: porto, trapiches, casas bancárias, agências de câmbio e seguro, etc., responsáveis pela geração de novos serviços que poderiam modificar o perfil ocupacional da cidade de Ilhéus e abrir as portas para a constituição efetiva de um mercado de trabalho capaz de conformar um mercado interno.

É evidente que os obstáculos existentes para o acesso à endogenização do crescimento derivavam tanto de mecanismos de decisão política quanto de indiscutíveis obstáculos de natureza econômica. É compreensível que um Estado - fala

mos do aparelho Estado - que vive apertos financeiros consi  
deráveis e cujo controle se encontra em mãos de políticos do  
Recôncavo e de Salvador não se disponha a realizar inversões  
de vulto na construção de um porto de grande calado em Ilhéus.  
Além do mais, os direitos cobrados sobre as exportações, asse  
gurados para os cofres públicos do Governo Estadual, embora  
até certo ponto gravosos para o cacau, não encontravam corres  
pondencia nas outras atividades agrícolas da Bahia que, à ex  
ceção do fumo, encontravam-se mergulhadas em profunda estag  
nação ou decadência.

A presença secular de comerciantes exportadores e  
importadores e a supremacia que possuíam na economia baiana,  
por outro lado, representava inegável elo de conexão entre a  
lavoura cacaueira e os mercados externos. Pode-se dizer que  
foram os exportadores os elementos fundamentais à viabiliza  
ção da lavoura na medida em que o setor bancário formal, so  
bretudo na fase pioneira da cultura, pouco ou nada represen  
tou no financiamento à instalação das roças. As casas de co  
mércio, ao contrário, gozando de amplo crédito na praça, abri  
am as suas próprias "carteiras agrícolas" assumindo os riscos  
do investimento mas reservando-se simultaneamente papel pri  
vilegiado na intermediação do produto.

Se a incorporação do município de Ilhéus e depois  
de outros municípios da região Sul ao espaço econômico do Es  
tado, a organização da lavoura sobre relações de trabalho li  
vre e a emergência do cacau em meio ao quadro de letargia  
baiana constituem evidentes traços de novidade na base da so  
ci  
dade local na Primeira República, a excessiva especializa  
ção responsável pelo monocultura regional, a completa depen  
dência dos mercados externos bem como o papel exercido na  
colocação do produto pelo comerciante exportador configuram  
o contraponto, revestindo o novo, ou o permeando, com o velho  
mecanismo de acumulação mercantil prevalecente nas outras cul  
turas que antecederam historicamente o cacau, ou melhor, pre  
valecente na própria economia baiana, antes, durante e depois  
da República Velha.

Naturalmente, não se deseja estabelecer na exposi

ção o primado teórico do capital comercial sobre a própria realidade dos fatos. Esse processo sumariamente assinalado tem curso em meio às relações sociais que tipificam períodos bastante diferenciados no interior da instalação, consolidação e evolução da lavoura do cacau em Ilhéus, relações sociais cuja base econômica e os momentos decisivos conferem lugar de destaque a distintos estratos e classes sociais, entendidas aqui como os principais grupos constitutivos da produção de acordo com as suas posições em relação à propriedade da terra e do capital.

## 2.2. "VERTIGEM DO DESENVOLVIMENTO"

O enorme progresso da lavoura na região durante as primeiras décadas do século atual provocou substanciais modificações na vida de Ilhéus. Não é sem razão que a crônica provinciana local refere-se a este crescimento, com indisfarçável orgulho, de forma tão ufanista: "Ilhéus vivia a vertigem do desenvolvimento".<sup>53</sup>

Nos primeiros anos do século a cidade se espalhava irregularmente e de forma desalinhada em torno da simpática igreja de arquitetura colonial de São Sebastião, substituída anos mais tarde pela desastrada catedral de inspiração germânica. A maior parte dos coronéis, como Ramiro Ildefonso Araújo de Castro e Misael Tavares, ainda não trocara as casas-grandes das suas fazendas no Almada, Banco da Vitória, Mucambo e Tabocas pelos palacetes urbanos, símbolo maior de status na região.

A Lucta e a Gazeta de Ilhéus, respectivamente, jornais situacionista e oposicionista, agitavam a vida política do nascente burgo nos artigos inflamados e sem meias-palavras dos editorialistas João Cavalcante Mangabeira, Ruy Penalva de Faria e Antônio Pessoa da Costa e Silva. Por volta de 1904, estimuladas pela fama da formação de riqueza na cidade, começavam a chegar em levadas à Ilhéus as organizadoras das famosas pensões de mulheres dispostas a animar e divertir a vida noturna dos novos ricos. Uma delas, instalada em 1913

num amplo sobrado na praça José Marcelino ganharia fama em toda a região Sul: o Bataclan.

Logo, as antigas ruas estreitas e tortuosas ganham alinhamento e alargam-se para abrigar os sobrados ajanelados dos fazendeiros abastados, advogados e membros da elite local, bem como as casas comerciais de todos os tipos.

O movimento comercial de Ilhéus ampliou-se, com a presença de caixeiros-viajantes de todos os lugares e a coreografia urbana modificou-se radicalmente após a entrada em funcionamento da Estrada de Ferro Ilhéus-Itabuna, explorada pela The State of Bahia South Western Railway Limited, em 1911. Esta estrada, de 59 quilômetros de extensão conectava as principais zonas produtoras a Ilhéus concorrendo com grandes vantagens com as antigas tropas de burro e com a precária navegação fluvial.

Além disso, facilitou a ocupação e a dinamização econômica das terras acima do Almada e de Itabuna, sobretudo nas localidades de Sequeiro do Espinho e Mucambo, posteriormente integradas à linha principal da estrada-de-ferro como ramal e sub-ramal, com 35 quilômetros de extensão.

Inúmeros melhoramentos urbanos transformaram a bucólica paisagem urbana da outrora pacata vila de Ilhéus. Ainda na primeira década do século, a cidade ganhou seu serviço de água e modernizou paulatinamente o precário serviço de iluminação feito à base de azeite de peixe em lampeões quadrangulares dispostos em postes de 20 em 20 metros. Substituídos por lampeões de querosene acabaram superados, ambos, por "moderna" luz de acetileno, "em lâmpadas elegantes e bem dispostas nas ruas e praças".<sup>54</sup>

Ainda nesta década, se instalou na cidade a primeira agência bancária situada num "portentoso edifício". Tratava-se do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, instalado no ano de 1905. Posteriormente, o Banco do Brasil (1924) e o Banco Econômico (1925), para não falar do único banco particular de um "capitalista local" - o Misael Tavares - ampliaram a inexpressiva rede bancária municipal.

A partir da segunda década deste século apareceram outros equipamentos na cidade, destacando-se o prédio da Associação Comercial de Ilhéus, inaugurado em 1912, e o Palácio da Intendência Municipal, que abrigou o executivo regional, em 1913. A esta altura, a cidade já possuía inúmeras escolas primárias algumas das quais mixtas, sem dúvida, evidente demonstração do "progresso dos costumes". Bem como um cemitério municipal. Em 1914, cria-se o bispado de Ilhéus.

Hotéis, restaurantes e pastelarias, cine-teatro e tantas outras novidades transtornarão a monotonia interiorana ao lado da invasão de um comércio varejista que traz no seu rastro exóticos produtos que passam a ser artigos de consumo da elite local: fonógrafos, pianos Kohl, de fabricação alemã, máquinas de costuras, máquinas de escrever e toda a espécie de quinquilharias abarrotarão a praça de Ilhéus.

Nos jazzes que vão se instalando, a população local reconstitui seus hábitos. A aguardente é substituída pela champagne, pela cerveja Bavaria e vinhos Collares e Bordeaux. As pessoas de status ostentam cigarros diplomáticos Shooting e Stanley e vestem-se com cretones franceses, finas casemiras e linhos importados.

A inauguração de um mictório público, todo de cimento armado e ladrilhado até a altura de um metro, será motivo de orgulho da população e da Intendência que gastou mais de três contos de réis nessa obra.<sup>55</sup>

Diversos jornais "políticos e noticiosos" passaram a manter acesa a curiosidade do ilheense, destacando-se entre outros a Gazeta de Ilhéus, A Voz do Povo, O Santelmo, A Nova Região, A Lucta, Cidade de Ilhéus, A Cidade, Jornal de Ilhéus e Diário da Manhã.

Eles anunciam em seus espaços publicitários remédios polivalentes de ampla eficácia: específico Áureo de Harvey, de cura infalível para debilidades nervosas, impotência, espermatorrêia, perdas seminais noturnas, fraqueza dos órgãos genitais; Kola Glycero, indicado para anemias; Emulsão de Pequini, reconstituente e fortificante e leite de magnésia Grama

do, entre tantos rótulos para auto-medicação.

A vida social também sofre transformações e, à se melhança de outras cidades, Ilhéus organizou suas filar mônicas, clubes de futebol, clubes carnavalescos e construiu dois cinemas. A motivação para tudo isso era o cacau, o co mércio do cacau. De forma que, apesar de todos os melhora mentos urbanos registrados, tudo ali girava em torno do com portamento dos preços do cacau. Poucas atividades econômi cas conseguiam se firmar independentemente da principal, ocu pando-se a população trabalhadora urbana com o transporte e ensacamento do produto e outros serviços correlatos, e, mui to secundariamente, com a prestação de serviços e a rarefei ta indústria local de processamento do vinagre do cacau, fa bricação de sabão, gelo e produtos alimentares, de forte co notação artesanal.

## NOTAS

42. BARROS, Francisco Borges de. *Memória Sobre o Município de Ilhéus*. Bahia, Tipografia Baiapa, 1915, pg. 83.
43. SEPLANTEC/Ba. Fundação CPE. "A Inserção...", *Atividades Produtivas*, pg. 158.
44. Idem, pg. 170.
45. BAHIA, Leis, decretos, etc. Lei nº 198, 21 de ago. 1897. *Diário Oficial*. Salvador, 4 de abril, 1939. De acordo com esta lei, eram consideradas terras devolutas, pertencentes ao Estado, todas que *não estiverem sob domínio particular legítimo*; as que não se acham aplicadas a uso público; as posses que não se fundassem em títulos capazes de legitimação ou revalidação; os terrenos das aldeias de índios, extintos pelo abandono ou por lei; as sesmarias não revalidadas devidamente, entre outras menos importantes.
46. BONDAR, Gregório. *A Cultura do Cacau na Bahia*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938, pg. 28.
47. SILVEIRA, Artur Leite. *Pequena História do Cacau*. *Ob servador*. São Paulo, (90): 36-48), pg. 48. Entre outras informações, esta publicação contém as safras de cacau da Bahia de 1896 a 1942, especificadas em sacas de 60 quilos.
48. FREITAS, A.F.G. Op. cit., pg. 56.
49. MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultu ra do Cacau*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação, 1930, pgs. 2 a 6.
50. SEPLANTEC/Ba. Fundação CPE. "A Inserção..." 2a. etapa, pgs. 81.
51. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna-Ilhéus*, (1890 1930). Mestrado em Ciências Sociais, UFBA. Salvador, 1977, pg. 20.
52. SANTOS, Milton. *A Cultura do Cacau na Bahia*. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, (13-14). 1964/1965, pg. 156.
53. FILHO, Carlos Pereira. *Ilhéus: Terra do Cacau*. Andes, s/d. pg. 68. O autor reproduz trecho de um cronista não revelado referente ao ano de 1906.

54. BARROS, F.B. Op. Cit., pg. 109 a 112.

55. Idem, ibidem.

### 3. CLASSES SOCIAIS

Pouco atrás assinalou-se os equívocos de certa forma presentes nos ensaios existentes sobre a lavoura do cacau na Bahia, consistentes em, ora apresentar a região sob a forma de uma "economia" autônoma, ora omitir o seu caráter de região de fronteira agrícola. O primeiro equívoco leva ao desvio de isolar-se a lavoura do conjunto da economia agro-exportadora e desvinculá-la do circuito mercantil, reduzindo a quase nada a importância do capital comercial no processo de acumulação de riquezas. O segundo, impossibilita a apreensão histórica da formação e das relações travadas pelos principais grupos e classes sociais que modelam a organização da produção ao longo da Primeira República.

Ambos, conduzem a uma visão generalizadora responsável pelo afastamento da análise dos elementos realmente tipificadores dos diversos momentos da estruturação da lavoura do cacau, desviando a atenção para aspectos secundários - embora importantes e ilustrativos - do processo histórico. Esta é a primeira dificuldade para, a partir da bibliografia disponível, se estabelecer o quadro das classes e grupos sociais da região.

ADONIAS FILHO, por exemplo, buscando periodizar os momentos modeladores da lavoura do cacau incorre nesse desvio. Diz ele que, dos antecedentes até 1930 três ciclos distintos caracterizaram a "civilização baiana do cacau". O primeiro, de 1746, quando se inicia o plantio, até 1820, quando efetivamente começa o desbravamento - uma fase de estagnação e sem consequências.

O segundo ciclo, correspondente ao período compreendido entre 1820 e 1895. Os primeiros anos assinalando o reinício do plantio e os últimos registrando as primeiras exportações que atingem a cem mil sacas. Trata-se da fase lendária dos *desbravadores* que conquistam a selva "a fogo,

pólvora e machado e erguem povoados e arruelas".

Finalmente, o terceiro ciclo, que caracterizou-se pela afirmação do cacau como "a base econômica do Sul e mesmo de todo o Estado da Bahia". Compreendido entre 1895 e 1930, nele os *coronéis*, remanescentes ou descendentes dos *desbravadores*, "consolidaram economicamente a lavoura e transformaram povoados em vilas e vilas em cidades".<sup>56</sup>

É evidente o caráter pré-sociológico do ensaio, cuja especialidade não é o forte do autor. O fato é perceptível na tentativa de nomenclaturar grupos e classes com "tipos" substitutivos cuja importância, se bem que também econômica, refere-se às suas posições diante da submissão da selva, da natureza. "Tipos" inquestionáveis, naturalmente, mas conceitualmente insuficientes para permitir a apreensão da divisão do trabalho na organização da produção e captar as relações sociais no interior da lavoura.

Uma periodização precária, de pouco rigor histórico e de quase nenhuma utilidade sociológica. Trabalhos mais especializados, entretanto, fornecem elementos bastante alentadores. Num estudo sobre os mecanismos de formação da propriedade cacauzeira, ANGELINA GARCEZ, por exemplo, apontando para o processo paulatino de concentração da propriedade, assinala que a tendência marcante da região na República Velha, no que se refere à estrutura fundiária foi a de evoluir da "burara" para o "conjunto". Isto é, da pequena para a grande propriedade cacauicultora.<sup>57</sup>

Mais preocupado com a formação efetiva das classes sociais, GUERREIRO DE FREITAS, por sua vez, estabelece como marco da emergência da burguesia cacauzeira o ano de 1920, quando se assiste a consolidação dos grandes proprietários e dos comerciantes exportadores no processo de formação de "uma classe mixta".<sup>58</sup>

Considerando que toda periodização contém algum tipo de artificialismo e, portanto, é dada à questionamentos pelo seu caráter de certa forma arbitrário, buscou-se neste trabalho adotar aquela que "violentasse" o menos possível a

reconstituição histórica do quadro das classes sociais na zo na produtora de Ilhéus. Para isso, foram de grande utilidade de tanto os estudos mencionados, que ajudaram na reflexão, quanto as fontes documentais, precárias, mas imprescindíveis. Conforme se verá adiante, os quarenta anos estabelecidos co mo marco para o estudo foram divididos em três períodos dis tintos, tomando-se por base a natureza da posse ou propriedade de do principal meio de produção do município - a terra, as relações de trabalho típicas de cada um deles, bem como a situação de cada grupo de produtores (e não produtores) em relação à propriedade do capital. Neste particular, convém sublinhar que a partir de certo momento ganha vulto a partici pação de assalariados e jornalistas que, por definição, não detêm qualquer capital.

Outro aspecto importante nesta tentativa de tipologia resulta das relações dos produtores entre si, cujo nexo é o permanente jogo da luta pela preservação/apropriação do excedente, bem como deles, com o intermediário comercial. Am bas as situações serão observadas adiante. Finalmente, caberia justificar o esforço no sentido de estabelecer o quadro das classes sociais como meio para se vislumbrar outro tipo de relações mais sofisticadas contidas no processo político municipal. Meio pelo qual poderá se verificar as reais vin culações entre poder econômico e poder político, efetivamente.

### **3.1. CAMPEPINATO, BURGUESIA COMERCIAL E GÊNESE DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL (1890-1910)**

Do ponto de vista da estrutura produtiva, este peri odo está caracterizado pela presença marcante dos pequenos produtores, eles próprios desbravadores ou descendentes dos desbravadores, conforme menção anterior. Tratavam-se de pro dutores que detinham pequenas glebas de terras cujas áreas estavam quase todas ocupadas com o cacau, a maioria das quais com menos de 50 hectares.<sup>59</sup>

Pequenos produtores que tipificavam-se muito mais como posseiros do que como proprietários efetivos da terra.

Se considerar-se que é justamente, no começo desse século que o cacau passou a ocupar o primeiro lugar na pauta de exportações da Bahia registrando acentuado aumento físico da produção e que o cacauzeiro levava em média cinco anos para produzir comercialmente, pode-se verificar que os consideráveis aumentos na produção deveram-se as plantações realizadas ainda na década de 1890. Década que registrou número in significativo de processos de venda de terras pelo Estado no município. Situação, aliás, prevalecente até 1904.

O fato evidencia a precariedade da legislação das glebas e a instabilidade dos seus ocupantes, a maioria dos quais emigrantes nordestinos. A este grupo principal, agregam-se os remanescentes das fracassadas tentativas de colonização no Sul, de origem estrangeira, como os Berbet, Lavigne, Kruschewsky, Sellman etc., que projetarão nas gerações futuras grande influência política. Tropeiros, comerciantes e até profissionais liberais encontram-se também como produtores de cacau neste período.<sup>60</sup>

As glebas rudimentares chamadas apropriadamente de *roças*, em sua maioria, dispunham de precárias instalações e eram tocadas à base da coivara e técnicas atrasadas. Sitavam-se principalmente fronteiriças aos rios e riachos, principais meios de escoamento da produção, juntamente com as tropas de burro. Destacadamente próximas aos rios Almada e Cachoeira de Itabuna ou seus afluentes.

A julgar pelos requerimentos feitos à Delegacia de Terras, órgão responsável pelo encaminhamento inicial de um processo de legitimação do ocupante ou venda de terras públicas, tais *roças* eram trabalhadas fundamentalmente pelos seus requerentes consorciados com familiares. Esta hipótese é reforçada pela insignificante presença de trabalhadores *fixos* - sinônimo de assalariados e membros da família, simultaneamente - e pela quase inexistência de *jornaleiros*, trabalhadores contratados em épocas de limpeza e colheita.

A presença representativa de camponeses pode ser explicada pela conjunção favorável de alguns fatores, além do estímulo vital representado pela demanda do mercado inter

nacional. Em primeiro lugar pela desorganização precedente da base da produção anterior expressa na crise do escravismo. A relação servil, embora fundamental a culturas de origem colonial (e não só a elas) principia a sua decadência concomitantemente a ascensão da lavoura cacaueteira. Daí não ter podido se constituir como mão-de-obra para o cacau. A transição para relações de trabalho livre estava mesmo deflagrada antes da extinção oficial do trabalho servil. Por outro lado, a existência de terras aptas e abundantes revelava-se como fator considerável, já que o acesso a elas foi dado por mecanismos extra-econômicos legitimados pela intervenção estatal com o intuito de ocupá-las produtivamente. Já foi mencionado anteriormente o preço simbólico cobrado aos requerentes de terras devolutas.

Outro fator não menos relevante era a existência de nordestinos pressionados por secas cíclicas que inviabilizavam qualquer empreendimento duradouro em seus locais de origem. A conjunção destes diversos fatores acabou por conformar um campesinato na área produtora, a quem foi reservada as duras tarefas de desmatamento da selva, expulsão dos índios, convivência com os padrões violentos de comportamento das sociedades de fronteira e instalação pioneira da lavoura.

A precariedade da vida numa recém-conquistada floresta tropical era acentuada pela rudimentar técnica da exploração, por insuficientes meios de transporte e quase nenhuma oferta de serviços. Nesse primeiro momento, talvez a única janela existente na área rural para fora fosse a da comercialização da produção. Ela era o ponto de contacto das roças com o centro mais próximo - Ilhéus - e com o mercado exterior.

Talvez resida aqui um traço distintivo desse campesinato, ou quase campesinato. Povoando uma região especializada na produção de um gênero agrícola de exportação sua razão de ser prendia-se inteiramente a um mercado cujo comportamento e oscilação lhe era estranho. Sem dúvida, um campesinato inteiramente conectado à produção de mercadorias e amplamente estimulado à especialização - daí a configuração da

monocultura - pela demanda crescente e pelos preços ascendentes.

Teoricamente, um campesinato cuja capacidade de acumulação é favorecida pelas condições excepcionais do mercado. Mas que passada a fase pioneira - e mesmo durante ela - é obrigado a relacionar-se com um grupo economicamente poderoso representado em Ilhéus pelas casas exportadoras.

Estas casas exportadoras representam para o pequeno produtor o ponto terminal de suas atividades, ponto que comporta intermediários e prepostos ao longo do seu circuito. Os exportadores desempenham papel singular neste processo. Muitas vezes são responsáveis também pelo abastecimento regional, colocando na praça da cidade toda a espécie de bens importados de fora da região.<sup>61</sup>

Quase sempre atuavam esses comerciantes como verdadeiras casas bancárias financiando a instalação das propriedades, mecanismo que lhes assegurava o controle das safras e a garantia de posição privilegiada no comércio de exportação. O papel dos intermediários na especialização produtiva da área em função dos interesses dos capitais internacionais no processo de organização da divisão internacional do trabalho, já foi assinalado anteriormente.

Constituindo elemento vital na formação da lavoura cacaeira o capital comercial entronizou-se na sua privilegiada posição de financista, facilitado pela fragilidade do sistema bancário formal na Bahía, quase todo voltado para operações comerciais e particularmente seletivo na sua carteira de empréstimos pessoais, aberta quase que exclusivamente a renomadas figuras das elites da Capital e do Recôncavo.

Tal posição era duplamente compensatória. Em primeiro lugar, porque mediante os empréstimos realizados junto à produção, viabilizavam uma acumulação extra-comercial garantida pelo pagamento de juros sobre os capitais empatados. Em segundo, porque assegurando o controle da produção pela submissão financeira passavam a obter com maior facilidade lucros mercantis adicionais na exploração da diferença dos

preços de compra e venda do produto.

Na realidade, desprezados os aspectos peculiares das relações entre o campesinato pioneiro e a burguesia comercial sediada e/ou operante em Ilhéus, o que estava em jogo efetivamente era a tentativa permanente da segunda em apropriar-se da maior parcela possível do excedente econômico dos produtores transformando a renda dos camponeses em lucro mercantil. Neste primeiro período, talvez fosse esse o traço mais característico do quadro das relações sociais.

Evidentemente, esta não era a única relação existente, nem podia esgotar o complexo quadro de uma sociedade de fronteira em formação. No próprio segmento produtivo já começavam a principiar, no decorrer deste período, indícios de forte diferenciação social, evidenciados na maior ou menor detenção ou posse de glebas de terras, no empate de capitais em equipamentos de beneficiamento agrícola, na capacidade de expansão das roças bem como na obtenção de melhores níveis de produtividade. De qualquer sorte, enquanto unicamente voltados à lavoura, os diversos extratos de produtores independentes mais ou menos capitalizados, guardavam com os exportadores relações a um só tempo amistosas e contraditórias. Na maioria das vezes não podiam abrir mão dos adiantamentos do comércio e por isso mesmo eram obrigados a entregar suas safras a preços estabelecidos pelo bloco dos exportadores.

De qualquer jeito, os preços estimulantes deste primeiro período mostravam-se recompensantes e a prova indiscutível desse fato foi a expansão da fronteira cacaueteira para o interior do município, fugindo à proximidade excessiva da costa. A geração do excedente, revelava-se, por sua vez, suficiente para estimular a empresa de ocupação e remunerar os produtores e a burguesia comercial. A expansão estimulava maior divisão do trabalho e requeria recursos humanos e técnicas mais sofisticadas. Os primeiros anos do século atual já registram por isso a incorporação mais acentuada de mão-de-obra assalariada - na maioria das vezes embutidas em formas compulsórias de fixação do trabalhador - nas operações de plantio, limpeza e colheita com vistas à satisfação da de

manda crescente do mercado internacional.

Por isso, o final desse período registrou forte incremento populacional dado fundamentalmente pela chegada de emigrantes e inusitada corrida para a ocupação das terras mais aptas para a cultura. Ademais, a sua rentabilidade fazia com que se dirigissem à região e, conseqüentemente, se voltassem para a produção, pessoas das mais diversas origens sociais, muitas das quais ligadas a ocupações que não permitiam a assunção dos afazeres da lavoura. Advogados, comerciantes, médicos, etc., são alguns desses estratos que, dispondo de algum capital, arriscavam-se nos lucrativos negócios do cacau.

A entrada desses segmentos na produção foi acompanhada da maior disseminação da figura dos capatazes e da ampliação do contingente de peões. A figura do capataz como representante dos interesses patronais na unidade produtiva dispensa comentários. Mas a do peão do cacau apresenta singularidade. Dedicada quase que exclusivamente à produção do cacau, a unidade produtiva embrenhada na mata é obrigada a importar quase todos os parcos mas necessários gêneros: charque, querosene, facões, balas, farinha, etc. Esses produtos eram vendidos aos trabalhadores e descontados no salário ao final do mês. Como chegavam com preços alterados segundo o critério do barracão distribuidor da fazenda, acabavam sempre totalizando quantias superiores aos salários dos peões. O que além de rebaixar o custo da mão-de-obra provocava duas outras conseqüências. Primeiro, a dependência do trabalhador ao barracão, o que livrava o patrão da rotatividade. Segundo, a fraca monetização no interior da lavoura, já que, raramente, os peões recebiam efetivamente seus salários.

Um traço típico da sociedade regional que vai se formando em torno da cultura do cacau que talvez seja digno de menção é o de que ela caracterizou-se por ampla mobilidade social possibilitando a formação de fortunas regionais e a ascensão social de muitos produtores independentes.

Esse primeiro impulso gerado pela expansão e organização da produção em escala mais acentuada conferem maior

dinamismo à vida da sede do município e Ilhéus modifica-se bastante, conforme assinalado no capítulo anterior. Do ponto de vista da composição social verifica-se maior diversificação ocupacional e a formação de diversos grupos cujas funções revelavam-se como suplementares à atividade produtiva da lavoura. Proliferava o comércio varejista, expandia-se a prestação de serviços e ramificavam-se os principais grupos sociais em grupos menores e diversos sub-grupos. Artesãos, estivadores, operários, prostitutas, comerciários etc. principiaram a compor a vida urbana municipal.

### 3.2. BURGUESIA AGRÁRIA, SUBMISSÃO CAMPONESA E DESPOSSUÍDOS (1910-1920)

Os efeitos da diferenciação social anunciados no período anterior se manifestaram com toda magnitude na segunda década desse século. A excelente performance do cacau na pauta de exportações até 1910 valorizou consideravelmente as terras existentes e aumentou bruscamente a procura de novas. Práticas inescrupulosas de apossamento de terrenos devolutos e lutas pelas áreas já ocupadas incorporaram-se ao cotidiano da lavoura. Protestos, litígios, conflitos e assassinatos se somaram como expressões de mecanismos extra-econômicos aos processos "naturais" de expropriação das glebas segundo as regras de compra e venda do mercado.

A integração definitiva do cacau no mercado internacional trouxe consigo inúmeras inovações que foram responsáveis pela maior disputa fundiária. O melhoramento do sistema de transportes com a implantação da estrada de ferro Ilhéus-Itabuna em 1911 e a intensificação do movimento de barcas e lanchas nos postos de escoamento no interior do município representou uma delas. Tal fato, responsabilizou-se pela ampliação das frentes da fronteira para pontos anteriormente de difícil articulação com os entrepostos de recolhimento.

A valorização das terras e a expansão da cultura trouxeram ainda outra consequência: a concentração da propri

idade. Ela tornou-se condição fundamental para o aumento da renda da terra e, evidentemente, não podia ser viabilizada nos marcos da produção familiar que tipificava o período anterior. Em decorrência disso, a concentração da propriedade da terra passou a requerer não apenas maior complexidade da divisão do trabalho como também a adoção da racionalidade contábil capitalista.

O efeito mais imediato desse processo foi a expropriação da terra do pequeno produtor, fato que assinala a passagem da produção meramente mercantil a uma etapa mais sofisticada: a da produção capitalista. E esse tipo de produção supõe a existência da burguesia agrária - ao mesmo tempo causa e resultado da nova racionalidade produtiva.

A consolidação dessa classe, agrupando um número privilegiado de fazendeiros de cacau, de um lado, e a expropriação do pequeno produtor, bem como a disseminação do trabalho do peão constituem os traços mais marcantes desse segundo estágio da cacauicultura. Já agora, encontrava-se em Ilhéus grandes proprietários de conjuntos de 10 e mais fazendas, produzindo mais de cinquenta mil arrobas de cacau por ano e muitos empregando mais de trezentos trabalhadores em suas lavouras.

Com referência à luta pela posse da terra, mencionada anteriormente, verificou-se dois processos simultâneos. Nas áreas de tradicional presença camponesa as pequenas glebas conseguiram sobreviver articulando-se, ora com um grande proprietário que comprava e beneficiava a produção dos pequenos para revenda, amparado pelas instalações técnicas de suas propriedades, ora com os próprios intermediários comerciais. Nas áreas desocupadas, entretanto, tornou-se problemática a ocupação nos moldes anteriores. A valorização da terra passou a constituir obstáculo quase intransponível ao "parcelamento democrático" da fase pioneira de ocupação. Obstáculo, na maior parte das vezes, só superado pela violência física já que os pretendentes agora passavam a se valer de todos os meios disponíveis.

Voltando à questão da pequena produção, os elemen

tos de seu alijamento da responsabilidade na organização produtiva não manifestam-se apenas nas formas acima assinaladas. Talvez o componente mais evidente da submissão camponesa reside na dependência crescente dela aos empréstimos hipotecários rurais realizados pelos comerciantes, grandes fazendeiros e usurários. Esse momento da segunda década do século XX comportou um aumento considerável tanto no número quanto nos valores deste tipo de empréstimo, cuja peculiaridade era a submissão a intermediários que cobravam altas taxas de juros estimulados pela precária vinculação jurídica do pequeno agricultor com a propriedade da terra.<sup>63</sup>

A instalação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado no município, que tinha o objetivo de ofertar recursos à lavoura não modificou em nenhum sentido a ação dos usurários. Em primeiro lugar, era reduzida a sua disponibilidade de recursos. Em segundo, as exigências burocráticas e as garantias hipotecárias requeridas pela carteira de crédito rural excluíam de saída a maioria dos lavradores.

De certa forma, a ação do banco reforçava ainda mais o papel dos poderosos locais. A documentação hipotecária consultada demonstra como os grandes proprietários rurais aproveitavam-se, dentro da lei, dos benefícios trazidos pelo banco, através da contratação de empréstimos a juros e prazos razoáveis, para repassá-los em condições de extrema ganância usando da mais elementar prática rentista: prazos curtos e juros escabrosos.<sup>64</sup>

A combinação de tais práticas com a exploração da lavoura fortaleceu consideravelmente a nascente burguesia agrária municipal representada nesse período principalmente por "capitalistas" como Manoel Misael da Silva Tavares, Domingos Fernandes da Silva, Antonio Ferreira da Silva e um grupo de grandes proprietários que incluía principalmente Miguel José Alves Dias, Pedro Marques Valente, Pedro Augusto de Cerqueira Lima, Octaviano Muniz Barreto, Domingos Adami de Sá, Manoel Rodrigues de Mello, Albino Francisco Martins, Henrique Alves dos Reis, Henrique Cardoso e Silva, Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, entre outros.

Convém mais uma vez chamar atenção para o reforço a ação dos proprietários no que concerne ao empréstimo agrícola representado pela presença de um banco estadual da região. Tomados individualmente, os maiores vinte e cinco em prestadores de dinheiro em Ilhéus nos quarenta anos de República Velha, destacava-se em primeiro lugar o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, posteriormente chamado de Banco de Crédito da Lavoura da Bahia. Se levar-se em consideração que a fatia mais representativa de suas transações foi feita com grandes proprietários ver-se-á que os recursos por ele postos à disposição da lavoura só aumentaram o poder de influência desse grupo. (Quadro 1)

Considerando-se que os empréstimos eram repassados mediante garantia da posse da terra e quase sempre da maior parte da cultura nela existente, bem como os beneficiamentos porventura existentes, é fácil deduzir que o circuito hipotecário funcionava como estimulante indiscutível à expropriação da propriedade camponesa. Propriedade que muitas vezes não podia arcar com os seus próprios custos, haja visto a sua ida a empréstimos caros, muito menos pagar suas dívidas nos prazos estipulados.

A constituição e o fortalecimento da burguesia agrária, por sua vez, não representou qualquer restrição à ação dos comerciantes exportadores. Inicialmente, porque o controle do comércio exterior quedava em suas mãos e os permitia continuar auferindo lucros mercantis. Além disso, porque detinham - somados os empréstimos das principais casas operantes em Ilhéus - a maior parcela de recursos empatados na lavoura registrados sob a forma hipotecária em cartório. Para não falar nos financiamentos concedidos diretamente ao produtor mediante a apresentação de algum documento que pudesse assegurar a transação.

Apenas para exemplificar, somados os recursos cedidos pelas duas principais casas exportadoras representantes do capital estrangeiro no município, eles importavam quase o dobro daqueles efetuados pelo banco do Estado. Atrás da F. Stwenson & Cia. Limited e da Wildberger & Cia., - as duas

principais - seguiam-se outras nacionais de considerável importância: Tude Irmão & Cia., José Borges e Irmãos, Magalhães & Cia., Costa e Ribeiro, A. Fernandes & Cia., Halla e Irmão e Oliveira e Irmão.

As relações entre as duas frações principais da classe dominante em Ilhéus tornaram-se bastante tensas durante esse período. Os problemas e as contradições com o campesinato, de outra parte, se avolumaram, sobretudo porque a valorização da terra provocou outro foco de tensão que não apenas aquele circunscrito à esfera da apropriação do excedente econômico. Agora, a expropriação do meio de produção entrava na ordem do dia. Consequentemente, os mecanismos de acomodação e aliança com os poderosos acentuaram-se com o fim de viabilizar a sobrevivência dos pequenos que, isolados não conseguiam subsistir. Acentuou-se a subordinação do campesinato em várias direções e em graus variados.

Os atritos mais sintomáticos entre a produção e o comércio manifestavam-se nas especulações com os preços do cacau e nas tentativas frequentes de baixas artificiais com vistas a aumentar os lucros mercantis. Para não falar nas baixas configuradas no mercado mundial que pressionavam o comércio local e reduziam significativamente a renda da terra e, vez por outra, os lucros mercantis.

A primeira dessas crises estalou em 1908 e foi comentada sem subterfúgios por CARLOS PEREIRA FILHO: "Crise no preço do produto provocada pela especulação comercial. Comerciantes sabidórios combinaram-se e pressionaram o mercado interno, ditando os preços mais favoráveis ao seu grupo. O abuso dos especuladores atingiu tal ponto que levantou a lavoura cacaeira."<sup>65</sup>

A primeira guerra mundial traria também graves consequências ao mercado do cacau, só restabelecido ao seu término, em 1918, deixando no seu rastro, contudo, a desgraça econômica de muitos produtores descapitalizados. Os conflitos, porém, não constituíram qualquer impedimento para a expansão da lavoura. Na verdade, expressavam mesmo a lógica

econômica correspondente à monocultura de exportação numa região de fronteira. Do ponto de vista da atividade produtiva, representavam os meios pelos quais transitava a passagem de formas de produção simples para formas mais complexas.

Ao movimento de reordenação da atividade produtiva e de ascensão definitiva da burguesia agrária de origem social diversificada (ex-pequenos proprietários, comerciantes, tropeiros, banqueiros, profissionais liberais, etc.) correspondia a contrapartida de ampliação do mercado de trabalho local substantivado nas figuras dos peões - já mencionados, jornaleiros e na inusitada figura do contratista, cujas origens remontavam ao século passado.

O contratista era uma espécie de parceiro desfigurado misturado a um trabalhador empreitado, cuja principal característica residia no fato de situar-se efetivamente como um despossuído, um agricultor sem terras. Sistema amplamente usado na América Central, o "contrato" acabou expandindo-se em Ilhéus, principalmente no período em que o acesso à posse das glebas tornou-se mais dificultado, tendo perdurado até mesmo depois da República Velha.

O sistema consistia num acordo verbal feito entre o proprietário e o trabalhador com vistas ao plantio de um determinado número de árvores para o qual reservava-se certa faixa de terra coberta de mata virgem. Ao trabalhador competia a derrubada da mata, a limpeza e destocagem do terreno que era preparado para o plantio de mandioca destinada a servir de proteção aos pés de cacau.

O contrato estipulava geralmente que o trabalhador "contratista" não podia fazer mais que duas plantações seguidas de mandioca, a fim de não cansar o terreno. Após cinco anos, com o aparecimento dos primeiros frutos, a roça era entregue ao proprietário da terra, recebendo o "contratista" entre um e três mil réis por árvore. Findo este prazo, cessavam todos os direitos do trabalhador sobre o terreno, inclusive sobre as culturas de subsistência porventura existentes.

Não bastasse o evidente caráter de super-exploração do trabalhador, obrigado a arranjar-se para garantir o seu sustento durante o largo prazo de maturação comercial da roça, os relatos, quase em tom de segredo, na região, dão conta de que inúmeros proprietários tentavam de todas as formas eximir-se de seus deveres, havendo, inclusive, informações de entendidos na história regional sobre um cemitério clandestino, onde eram "desovados" contratistas que buscavam fazer prevalecer os seus direitos.

### 3.3. TRANSIÇÃO SOCIAL (1920-1930)

Esta década concentrou o conjunto de transformações mais profundas operadas na atividade produtiva do cacau em Ilhéus bem como comportou inúmeras mudanças quantitativas de grande importância. Ambas indicando as modificações advindas com o enorme crescimento da produção, da área ocupada e da incorporação de mão-de-obra, evidenciadas por nítidos passos na direção de uma agricultura decididamente capitalista contraposta as formas anteriores que prevaleceram na organização das relações sociais no seio da atividade produtiva.

As mudanças verificadas compunham o quadro de uma transição social que se operou bruscamente, melhorando os níveis de produtividade, favorecendo a concentração da propriedade da terra, estabelecendo como fundamental característica da lavoura a racionalidade contábil capitalista. Este período favoreceu o fortalecimento dos super-proprietários e o crescimento da sua influência econômica. Nele, os grandes fazendeiros asseguraram sua participação decisiva no controle da maior parte da produção revertendo o perfil do período pioneiro onde a responsabilidade da lavoura estava distribuída de forma desconcentrada entre um contingente expressivo de pequenos produtores.

Outro traço importante do período, consistiu no aumento extraordinário do raio de influência das grandes casas exportadoras tanto no que se referia ao maior controle do comércio propriamente dito, quanto na submissão da atividade

produtiva. Dois importantes desdobramentos derivaram desse fato. O primeiro, vislumbrado pela maior dinamização dos negócios na região do cacau por representantes do capital internacional a partir da consolidação da lavoura como importante foco de investimentos. Algumas dessas casas de representação ramificavam-se por diversos setores de atividade além dos meramente comerciais e financeiros, já assinalados, acumulando funções paralelas de casas de seguro, câmbio, representantes de companhias de navegação internacional, etc..

O segundo desdobramento, naturalmente indissociável do primeiro, decorreu do interesse econômico desses grupos comerciais aparentemente de organizar mais produtivamente a lavoura e elevar a qualidade do produto exportado. Estimuladas pelos preços no mercado exterior e favorecidas pela excessiva dependência da lavoura dos seus créditos, essas casas comerciais, iniciaram um verdadeiro processo de apropriação aproveitando-se da descapitalização dos produtores e das crises de preços, entre outras coisas, que ora eram forjadas especulativamente, ora resultavam de contrações inevitáveis no comércio mundial.

Vale mencionar, entretanto, que tais mecanismos não eram do uso exclusivo de comerciantes "gananciosos". Inúmeros fazendeiros regionais, que combinavam as suas atividades de cacauicultores com outros negócios, lançaram mão de tais expedientes em conjunção (com) ou separadamente das casas exportadoras.

O que importa reter, contudo, é o fato de que essa evidência marcante da década indicava claramente a adequação da lavoura a mecanismos de funcionamento cujos controles encontravam-se em mãos de um grupo econômico regionalmente poderoso, o qual, praticamente manteve sob sua dependência direta a maior parte - a mais expressiva dela - da produção municipal.

O afunilamento não incluía a todos, compreensivelmente. Por isso, inúmeros conflitos estalavam entre produtores em geral e comerciantes, em consequência da luta pela apropriação do excedente econômico; dos produtores entre si,

o que levava os grandes fazendeiros a verdadeiras guerras pela posse da terra disponível, como a do Sequeiro do Espinho, em 1919, onde duas importantes famílias locais envolveram a população rural em sanguinárias lutas; dos grandes fazendeiros contra os pequenos, motivados pela necessidade de expansão das fazendas maiores.

A presença do capital estrangeiro, o avanço do capital comercial sobre a atividade produtiva propriamente dita, o fortalecimento do grupo de super-proprietários bem como a contrapartida da expropriação dos pequenos produtores e ampliação do contingente dos trabalhadores despossuídos foram os traços mais marcantes da transição social assinalada, responsável por uma maior diferenciação social e controle da produção por um grupo economicamente dominante. Tal controle resultou em melhorias técnicas nas condições produtivas das propriedades rurais, bem como na disseminação de bemfeitorias destinadas ao processamento do cacau.

Essa década comportou a formação de uma elite regional com valores próprios, assenhorada de posição que lhe permitia fazer valer seus interesses na região. Essa elite originou-se tanto de pioneiros lavradores que souberam explorar as oportunidades apresentadas, como de comerciantes usuários e profissionais liberais que aproveitaram as "facilidades" de enriquecimento numa agricultura de fronteira marcada pela instabilidade da posse da terra e pela ação violenta de grandes proprietários. Outro segmento, mas não menos importante economicamente, adveio do grupo dos comerciantes que se superpuseram à estrutura de classes regionais amparados pela sua posição privilegiada no controle do comércio de exportação bem como na função de ofertadores de créditos à lavoura.

O melhor exemplo de um representante do primeiro segmento foi Manoel Misael da Silva Tavares. Modesto requerente de terrenos públicos em fins do século passado e começo desse, conseguiu ascender meteoricamente sagrando-se como o mais promissor cacaucultor do país. Na realidade, ele iniciou sua fortuna no ano de 1894, quando registrou sua pri

meira firma na Junta Comercial do Estado. Suas atividades mixtas como comerciante e lavrador de cacau foram o esteio sobre o qual formou a sua riqueza.

A essas duas atividades originais acrescentou a de prestador de dinheiro, tendo sido durante o período da República a pessoa, considerada individualmente, que mais recursos movimentou nessas transações, e um dos maiores agiotas locais. Já em 1914, Misael Tavares possuía cerca de dezoito fazendas, empregando nos trabalhos diários mais de quatrocentos homens e era um dos poucos fazendeiros locais a colher mais de quarenta mil arrobas de cacau.

Sua ascensão econômica foi correspondida por amplo reconhecimento do seu prestígio na sociedade local. Nomeado tenente-coronel, comandante do 16º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional da Comarca, Misael Tavares foi promovido meses depois ao posto de Coronel. Ao longo de sua vida pública acumulou diversos postos e cargos de importância, desde o de irmão remido da Santa Casa da Misericórdia, uma espécie de clube fechado dos filantropos ilheenses, passando pela presidência da Assembléia Geral da Associação Comercial, até a Intendência Municipal. Além disso, orgulhava-se de ser chamado simultaneamente de capitalista, fazendeiro, comerciante e banqueiro. Presidiu a Associação em quatro gestões consecutivas.<sup>66</sup>

Em 1930, o milionário possuía, além de um banco, milhares de ações, inúmeros imóveis urbanos e nada menos que setenta e sete fazendas, com um total aproximado de um milhão e trezentos mil cacaueiros, produzindo quase sessenta e cinco mil arrobas.<sup>67</sup>

Sem qualquer dúvida, um progresso invejável para um ex-pequeno lavrador e dedicado comerciante iniciado no ramo aos vinte e dois anos de idade. Personificando o que poderia ser chamado de burguesia cacaueira, Manoel Misael da Silva Tavares teve também importante atuação na vida política local, sendo uma das principais peças do partido situacionista a partir de 1912, conforme se verá adiante.

Outro caso típico, o de submissão dos produtores

ao capital comercial, emergiu da atuação na área da firma Wildberger & Cia., fundada em 1828 e de decisiva presença na formação e expansão da cacauicultura. Empresa de origem suíça, representava no Brasil, entretanto, inúmeros capitais de diversas origens, entre os quais franceses, noruegueses, americanos etc.

Na relação da representação da Wildberger, constavam entre outros os seguintes bancos ou empresas: Crédit Lyonnais de Paris, Guéry-Dupéray, Paul Lafon, Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur, Société Générale des Metaux de Paris, Banca Commerciale Italiana, de Londres, Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, de Paris, Banque Nationale de Crédit de Paris, Banco Español del Rio de la Plata, Banco Italo-Belga.

Operando com a compra de cacau desde o final do século passado, a Wildberger funcionou como verdadeira casa bancária na região, possuindo postos e representação nas principais zonas produtoras: Banco da Vitória, Almada, Água Freta etc.. Além de possuir representação própria, a firma financiava inúmeros compradores, que funcionavam como autênticas sucursais.

Junto a pouco mais de uma dezena de grandes casas exportadoras a firma controlava praticamente todo o comércio da região, exercendo o papel, em alguns municípios, de fornecedora de gêneros de abastecimento: xarque, bacalhau, manteiga, farinha, etc. Embora pioneira em operações quase ininterruptas na praça de Ilhéus, a definitiva ascensão da firma só se verificou na década de 1920 quando ela extrapolou as transações exclusivamente comerciais visando a submissão da lavoura, da produção. O fato é registrado da seguinte forma pelo sócio solidário da empresa, Arnold Wildberger: "O ano de 1928 foi um ano calmo, mas de grande prosperidade comercial para nossa firma, como aliás vinha sendo desde 1920. Os preços subiam e as especulações legítimas (!) do comércio davam quase sempre resultados favoráveis. Foi, pois, nesses anos que se verificou a verdadeira ascensão da firma (...)"

As dificuldades vividas pelos produtores às vésperas da crise internacional de 1929 constrata<sup>v</sup>am com o fortalecimento das firmas comerciais, às quais estavam "pendurados" boa parte dos lavradores. Em 1928, Wildberger orgulha<sup>v</sup>a-se por fazer pousar em Ilhéus o primeiro avião "especialmente fretado à Condor".<sup>68</sup>

Wildberger, evidentemente, não foi o único beneficiário desse processo de expropriação (Veja Quadro nº 3 em Anexo)

Por volta do final da década, a firma, contando já com outras representações importantes como a da companhia de navegação internacional Lloyd Royal Belge, da Antuérpia, da American Brazil Line, dos Estados Unidos e controlando a Companhia de Seguros da Bahia S/A, pressionando os agricultores endividados, no sentido de saldarem os compromissos assumidos, buscou estabelecer as bases do seu controle sobre a produção.

Fato que sô se oficializou, com toda a documentação necessária após a crise mundial, no ano de 1936. Amealhando 118 propriedades com mais de dois milhões de pés de cacau, a Wildberger e uma sua subsidiária fundaram a sociedade anônima Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, composta de fazendas espalhadas pelos municípios de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Belmonte e Una, com um capital de Rs.10.000:000\$000 (Quadro 6).

A Companhia tinha por fim, de acordo com os estatutos da sociedade constituída, a lavoura do cacau em todas as suas modalidades e o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento; a aquisição de propriedades agrícolas, além das existentes, a locação de serviços agrícolas, a construção de imóveis rurais e urbanos, sendo estes para fins agrícolas e a exploração de outras culturas agrícolas, de acordo com a natureza dos terrenos.

Boa parte dos lavradores expropriados eram possuidores de pequenas glebas, embora existissem entre eles grandes proprietários, de até dois mil hectares. A massa das

fazendas expropriadas, porém, era composta de médias propriedades - fazendas entre cinquenta e duzentos hectares (Quadros 7 e 8). Compulsando-se o número de pés de cacau existentes em Ilhéus em 1930 e os retidos por Manoel Misael da Silva Tavares e pela Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, ver-se-á a expressão de suas fortunas no quadro regional.

Com a devida elegância suíça, rejubilavam-se, então, os executores: "Nesta ocasião devemos frisar que nenhum destes acertos foi feito judicialmente; tudo foi resolvido amigavelmente entre devedores e credores."<sup>69</sup> Os executantes, "após enormes abatimentos nas dívidas 'aceitavam' fazendas de cacau em pagamento, quase todas em completo abandono." Mas, em 1942, eram -"com grande prazer e íntima satisfação" - proprietários das mais bem montadas e melhor organizadas fazendas do Estado da Bahia. Fazendas que receberam como uma espécie de favor prestado àqueles que desmataram e plantaram os primeiros pés de cacau e desenvolveram a lavoura no município.

## NOTAS

56. FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: Chão de Cacau* (Uma Civilização Regional). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira-Instituto Nacional do Livro, 1978, pgs. 27, 28 e sgs.
57. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Op. cit. pg. 111. Segundo a autora, o "conjunto" podia ser contínuo e descontínuo; isto é, compreender terras limítrofes ou glebas dispersas sem deixar de conformar um "conjunto".
58. FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Op.cit. pg.53.
59. BAHIA, Seplantec-CPE. *A Inserção...* 2a. etapa. pg. 94: "Predominan nos requerimentos de venda de terras públicas as propriedades com área até 50 hectares. Dos 2.130 processos coletados, 1352 são de propriedades entre 10 e 50 hectares, que ocupam 35.810 hectares dos 85.125 requeridos." Vale assinalar (Anexo) que, entre os milhares de requerentes, constavam no primeiro período inúmeros representantes da futura burguesia agrária.
60. Indicações neste sentido são encontradas nos trabalhos anteriormente mencionados de Angelina Garcez, Guerreiro de Freitas e Adonias Filho, bem como nos de Francisco de Barros, Artur Leite e Carlos Pereira Filho.
61. Era o caso de algumas representações da casa Wildberger em arraiais onde se negociava cacau.
62. BARROS, Francisco Borges de. Op. cit. pgs. 140 a 145.
63. BAHIA, Seplantec-CPE. *A Inserção...* 2a. etapa. pgs. 192-193.
64. Para se ter uma idéia deste processo, Manoel Misael Tavares da Silva era, a um só tempo, o maior tomador de empréstimos do banco mencionado e também o maior empresário em Ilhéus.
65. FILHO, Carlos Pereira. Op. cit. pg. 76.
66. BARROS, F.B.B. Op. cit. pgs. 15, 16, 140 e 141.
67. GARCEZ, A.N.R. Op. cit. pgs. 132 a 161.
68. WILDBERGER, Arnold. Op. cit. pg. 53.
69. Idem, pg. 57. A bem da verdade, nos negócios não cabiam tanta cordialidade. A frieza da cobrança das dívidas

por parte dos usurários, correspondiam desatinos de toda a sorte por parte dos produtores, ao verem suas fazendas perdidas. A crônica é tão marcante que vale a pena mencionar alguns casos: "Otávio Berbet, um legítimo desbravador das matas, incendiou uma fazenda para não a entregar. Depois meteu-se pela mata selvagem, transformou-se em caçador, foragido e perseguido, e quando mais tarde apareceu foi com a propriedade que abriu no lugar que ele mesmo batizou com o nome de *Medroso*".

"Tertuliano Guedes de Pinho perdeu as suas melhores propriedades. Foi o homem mais trabalhador da terra cacau-eira. Pagou de juros a agiotas e entregou para saldar dívidas, fazendas que dariam para sustentar toda a coletividade de um pequeno arraial." (FILHO, Carlos Pereira. Op. cit. pgs. 84 e 85.)

DIÁRIO DA TARDE, Ilhéus, nº 360, 10/05/29, pg. 1. "O Suicídio de Mutuns - O Verdadeiro Motivo do Gesto Treloucado do Jovem José Alves". "Publicamos ontem, em linhas gerais, o tristíssimo acontecimento que enlutou o povoado de Mutuns e consternou geralmente o espírito público em Itabuna e Ilhéus. Segundo uma versão corrente, o jovem José Alves suicidara-se por uma questão de amor impossível. Agora, chegam-nos mais positivos dados sobre o desgraçado acontecimento. Transcrevemos a seguir a carta que José Alves deixou escrita a seu pai, o Sr. Anacleto Alves Silva: "Meus queridos paes: A dificuldade de porque estou atravessando me obriga a cometer um ato de loucura. Bem sei, vou morrer. Nunca faltei com os meus compromissos e atualmente fui obrigado a isto; fui sempre honrado, a consciência não me acusa de nenhum ato indigno de homem de bem. A meu pai peço, como último favor, pagar aos meus credores, cuja lista encontrarei junto a esta. Sou credor também de diversas pessoas, conforme pelos meus livros. Perdoe-me por este ato. Abençõe vosso infeliz filho, Zéca."

Esta carta estava escrita em papel lilaz, com o timbre do suicida. Junto a carta aparecem as seguintes notas de débitos: Wildberger & Cia., Soares Bastos & Cia., J. Dantas & Cia., Magid Hage e Filhos, J. Gonçalves da Fonseca, Daniel Viana Irmãos e Manoel Joaquim de Carvalho.

#### 4. CORONELISMO E DOMINAÇÃO POLÍTICA

#### 4.1. RAÍZES ECONÔMICAS E SOCIAIS

A base sobre a qual se edificou o coronelismo regional foi a propriedade fundiária. Aparentemente, portanto, guardou semelhança com o mandonismo local que prevaleceu durante a velha república em todo o Brasil. Mas só, aparentemente. Isto porque, o que assegurava poder econômico numa região de fronteira voltada para a produção de um gênero exportável não era meramente a propriedade da terra, ou a sua posse. Tornava-se necessário em tal situação a exploração efetiva da área e a organização da produção, o que requeria algum capital disponível (Quadro nº 9).

Não é por outra razão que o reconhecimento do prestígio do *coronel* muitas vezes se dava independentemente da obtenção do título efetivo outorgado pela Guarda Nacional (ou comprado por algum membro da elite econômica local) a todo fazendeiro abastado na região. Que não eram muitos, se comparados ao conjunto da população, mas que, em Ilhéus, representavam número significativo, se comparado a quaisquer outros municípios baianos.

De tal forma o termo *coronel* estava eivado da atribuição da população local ao prestígio de um grande fazendeiro de cacau que tornou-se praticamente impossível diferenciar aqueles que realmente detinham a patente dos que de fato não a possuíam. E a distinção, de sorte, inútil, era mera formalidade. No universo regional relativo ao período, um fazendeiro abastado era aquele que possuía acima de duzentos mil pés de cacau, glebas de terra superiores a 250 hectares e que produzia anualmente mais de cinco mil arrobas.<sup>70</sup>

Frequentemente, tais posses, num valor médio aproximado de Rs.1.000:000\$ (um milhão de contos) possibilitavam

elevado nível de exploração da fazenda, empregando considerável número de trabalhadores - entre 50 e 100 -, bem como produziam uma renda suficiente para permitir a construção na sede do município, de palacetes ostentatórios e bem mobiliados, com o evidente propósito de explicitar status social e demonstrar publicamente o poder do dinheiro dos seus proprietários. Com essa preocupação, alguns chegavam mesmo ao exa<sup>g</sup>ero. O coronel Ramiro Idelfonso de Araújo Castro, por exemplo, edificou na segunda metade deste século, uma cópia do Palácio do Catete, tendo o cuidado de reproduzir todos os detalhes do seu modelo.<sup>71</sup>

Pouco tempo depois, um seu admirador e compadre, o também coronel Manoel Misael da Silva Tavares, cumprindo a promessa feita a si mesmo de que ergueria uma construção "ainda mais portentosa" que a do seu antecessor, construiu o seu, que de tão espaçoso ficou considerável tempo fechado pelo fato da cidade não contar com nenhum empreendimento capaz de ocupá-lo.

Voltando à questão da base material do coronelismo local, tudo indica que a grande propriedade cacaueteira constituía-se como sua pré-condição. A patente (outorgada, comprada ou atribuída) legitimava o status do novo rico que possuía milhares de árvores, as melhores e mais expressivas glebas de terra e empregava considerável número de jornaleiros, assalariados e contratistas.

Do ponto de vista ocupacional, a maioria dos coronéis enquadrava-se na categoria de plantadores, conforme pode-se verificar na listagem anexa relacionando os mais ativos deles. A condição de grande proprietário, portanto, era fundamental para a obtenção do reconhecimento, base sobre a qual se assentava o prestígio necessário para a atividade político-partidária regional. De todos os coronéis relacionados, talvez apenas dois, Joaquim Ferreira de Paiva, um militar de carreira - tido como herói da retirada da Laguna, reformado pelo Exército Imperial, e Antônio Pessoa da Costa e Silva, maior expoente do caudilhismo ilheense, rábula que trilhou a carreira de promotor público, não concentrassem

suas atividades na lavoura.

Foram, no entanto, cada um a seu tempo, *leaders* in discutíveis, graças às suas alianças com os interesses cacau eiros e possuíram ambos, um "quartel-general" constituído exclusivamente de grandes fazendeiros, naturais correligionários do grupo dominante.

A patente se superpunha à dominação econômica efetiva. Deve-se ressaltar, todavia, que nem todos os fazendeiros abastados possuíam o título de coronel. Os Badarós, família pioneira na exploração da lavoura e de grande influência na vida política da cidade, inúmeras famílias de imigrantes, como os Maron, Medauar, Kauffman, Sellman, Weyll, Luedy, etc., construíram grandes fortunas sem que algum dos seus membros tenha obtido o título. Muitas vezes eram "premiados" ou "adquiriam" patentes inferiores: majores, tenente-coronéis, capitães, o que não deixava de ser demonstração de prestígio.

A mencionada presença estrangeira, aliás, é decisiva na conformação da sociedade local. Entre as famílias que chegaram a Ilhéus e imiscuíram-se na exploração de algum negôcio no comércio e na lavoura do cacau, estão, além das relacionadas anteriormente, os Midleij, Schaum, Gedeon, Hagge, Halla, Chaouí, Chalhoud, Ganem, Gaston, Lavigne, Hollenwerger, Stteiger, Wetstein, Kruschewsky, Rosckack, Wense, Bunchachi, Biensecan, Duder, Berhmann, Nazal, Larocca, Riso, Magaldi, Loria, Nink, Siuffo, Nejm, Aquer, Berbet, Gerbogni, Da Rin e Cohem, entre outros. Com o comércio de exportação também estavam envolvidos os Muller, Giesse, Lussenhop, Nielsno, Rodenburg, Stoltenberg, Scaldaferrri, Schoppmeyer, Danneman, von Uslar, Studer, Overbeck, Wildberger e Stwenson.

Muitos outros, como Vital Soares, governador da Bahia no último período eletivo da República, pela sua origem social, ou pelo fato de já gozarem do reconhecimento público dado pela diplomação numa carreira universitária - quase sempre eram advogados, médicos ou engenheiros - abriam não de tais regalias.<sup>72</sup>

Outros, ainda, por não manifestarem quaisquer in

teresses no quadro político municipal, dispensavam inteiramente a patente. É o caso da maioria dos proprietários e sócios das casas exportadoras que exploravam fazendas, de certos profissionais liberais e de limitado número de plantadores.

O fato é que, coincidindo de tal forma a detenção da patente com o poder econômico do seu possuidor, conformou-se em Ilhéus uma hierarquia social que, assentava sua estrutura de dominação sobre algumas centenas de fazendeiros ricos, no interior dos quais eram "recrutados", pela sua fortuna e pela sua capacidade para o exercício partidário, os coronéis-políticos. Entre eles, estabelecia-se uma espécie de "disputa doméstica" para a ocupação dos postos de comando da sociedade, cabendo aos mais destacados e poderosos os cargos de maior prestígio e importância.

Ainda do ponto de vista ocupacional, convém ressaltar uma curiosa especificidade regional, no sentido da constatação de uma diferenciação econômica no seio do próprio contingente. A bibliografia bem como os jornais compulsados destacam com bastante clareza a diferença entre o coronel meramente *proprietário*, de um *proprietário e fazendeiro* e destes para um *capitalista*. Tratavam-se, na verdade, de estratos distintos de uma mesma classe nivelada pela detenção da patente. Como capitalista, mencionava-se apenas dois únicos nomes: o sempre presente Manoel Misael da Silva Tavares, al cunhado de "Rei do Cacau" pelo fato de ser o maior produtor do país, grande comerciante, banqueiro, proprietário de imóveis, de serviços como hotel, etc., e Domingos Fernandes da Silva, a segunda maior fortuna municipal.

Abaixo desses, destacavam-se, do ponto de vista da detenção de recursos, os coronéis que exploravam simultaneamente suas fazendas e atuavam em algum ramo do comércio. Caso de Adonias Aguiar, Pedro Augusto Cerqueira Lima, do velho Domingos Adami de Sá, Geminiano Vasconcelos, Henrique Alves dos Reis, Pedro Levino Catalão, etc. Possuíam todos grandes recursos e eram seguidos na listagem dos que exploravam exclusivamente suas fazendas, muitos dos quais residindo ne

las, premiados frequentemente, com uma patente ofertada pelos mais poderosos nas suas constantes buscas de apoio eleitoral e alianças políticas.

#### 4.2. STATUS E PODER

A patente sempre foi muito importante para a vida político-partidária local. Do alto dos seus postos, na direção das duas facções locais reinaram todo-poderosos os coronéis Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, influenciando a tal ponto os eleitores que ali, todos os partidos que desfilaram ao longo dos quarenta anos da República, eram identificados pelos nomes dos respectivos chefes municipais. Dividia-se o eleitorado entre *adamistas* (depois mangabeiristas) e *pessoístas*.

Outro exemplo da importância dos coronéis era dado pela sucessão de Intendentes, maior expressão do poder municipal.<sup>73</sup> Dos onze governantes do município do período, sete possuíam a patente, sendo os demais, exceção de Eusíbio Gaston Lavigne, colocado no cargo pela Revolução de 1930, representantes e afilhados dos potentados locais. Eram os coronéis, mediante o prestígio que gozavam junto ao Governo do Estado, os encarregados de preenchimento dos principais cargos de Ilhéus, controlando toda a máquina administrativa: Delegacia de Terras e Minas, Mesa de Rendas Federais, Coletoria, Justiça, tabelionatos, Delegacia de Polícia, Rede Escolar, etc.

Antes da aguçada instrumentalização do poder público com fins de assegurar a dominação propriamente política, a patente servia para objetivos exclusivamente particulares ou privados, cujo sentido nada tinha a ver com a mera necessidade de status. Em primeiro lugar, legitimava o uso da força reconhecendo aos mandões o direito de manterem organizados seus exércitos de jagunços, que embora operassem como força auxiliar ou de segunda linha ao exército<sup>74</sup> exerciam, na realidade, importantes funções econômicas e políticas.

O enfrentamento armado já mencionado, ocorrido no

município em 1919 entre o coronel Basílio Francisco de Oliveira (*adamista*) e a família Badaró (*pessoísta*), como resultado da luta pela posse das matas de uma localidade denominada Sequeiro do Espinho, mobilizando mais de quinhentos combatentes armados e envolvendo toda a população, atesta como a violência podia ser exercida para objetivos exclusivamente pessoais.

De outra parte, tal poder conferia ao fazendeiro a temeridade suficiente para fazer valer interesses fundiários expansionistas numa região onde a autoridade formal do Estado era plenamente substituída pelo uso de Winchesters: o papo-amarelo. A violência constituía a retaguarda fundamental para inúmeras incorporações ilícitas de glebas, muitas vezes maquinadas pelo próprio aparelho judiciário e firmemente cumpridas pela imposição da força.

De outra parte, era elemento indispensável nas desordens, perseguições e assassinatos que floresciam nos sucessivos períodos eleitorais. Os jagunços fechavam seções, asseguravam as falsificações de atas, resguardavam as lideranças políticas das facções, enfim, viabilizavam pelo uso da força a atividade política coronelística, meio pelo qual se organizava o poder municipal.

Tal influência projetava-se para além dos limites da dominação exclusivamente política, buscando legitimar-se por todo o corpo social. Nesse sentido, o mandonismo permeava as mais diversas instâncias da vida municipal mostrando-se presente em quase todas as manifestações sociais. Não seria exagero afirmar que os coronéis possuíam poder de vida e de morte sobre a sociedade.

Uma relação de compadrio com algum potentado era elemento de segurança e estabilidade para qualquer um. A demonstração de reconhecimento, fidelidade e simpatia ressaltavam o escopo de um quadro (instável, mas ímpar) determinante de coesão social. Liras musicais, times de futebol, organização de quermesses e concursos, órgãos de assistência social e religiosa, todas as atividades sócio-culturais mesclavam-se de partidarismo dado o indispensável aval do poder co-

ronelístico, materializado em ajudas financeiras, na divulgação dos eventos pela Imprensa (situacionista ou opositorista) e nas facilidades de toda a ordem concedida aos suplicantes pelos chefes políticos e seus substitutos.

Além de controlarem a Intendência Municipal, os coronéis penetravam em outros organismos de pressão, como a Associação Comercial de Ilhéus, fundada em 1912, na Associação dos Agricultores, redimiam-se dos seus pecados bancando as festas do padroeiro, provendo a Santa Casa da Misericórdia dos recursos necessários, prestando decidido apoio às obras religiosas do bispo, ele próprio "nomeado" graças às reivindicações dos chefes locais, enfim, estruturavam-se como podiam para gerir a vida social numa região onde o Estado só se fazia presente na cobrança dos direitos de exportação do cacau e nas capturas de votos dos chefes políticos.

A afirmação do coronelismo no município foi a condição indispensável para a consolidação de uma burguesia regional. Neste particular, ele cumpriu uma função socialmente fundamental de elemento de coesão numa região de fronteira, operando como o meio pelo qual os interesses das classes dominantes paulatinamente organizaram-se numa comunidade provinciana emergente. Em primeiro lugar, desempenhou o papel de instrumento pelo qual, ou através o qual exerceram as classes dominantes a dominação sobre o conjunto da sociedade, reterendo os elementos essenciais para isso e se voltando para o controle do Governo municipal, de onde legitimavam sua influência.

Em segundo lugar, assegurando os quadros partidários e alimentando (e alimentando-se do) o poder público nos marcos dos interesses dos grandes cacauicultores. A aliança e/ou utilização dos bacharéis em direito, tão comum em todo o país no período, ganhou em Ilhéus relevante singularidade. A precariedade da posse da terra, já ressaltada, constituía o principal estímulo para esta aproximação. Não é por outra razão que o município terá ao longo de todo este período muito mais advogados do que médicos ou quaisquer outros profissionais liberais. Detendo o poder de fato, os coronéis bus

#### 4.3. O SIGNIFICADO DA PATENTE

Exceção dos grandes comerciantes que implantaram filiais de suas empresas no município, a maioria dos que para lá se dirigiam construíram seus patrimônios graças a extraordinário esforço, combinando duplamente a submissão da natureza à organização do processo produtivo. Sob esse ponto de vista, a maioria dos coronéis adveio ou de lavras de nordestinos pobres, de filhos da terra de origem humilde ou de remanescentes de estrangeiros de núcleos coloniais anteriores à cacauicultura.

Nivelados na sua condição de lavradores pioneiros, esses fazendeiros prosperaram e formaram o núcleo fundamental da futura burguesia regional, engrossado por outros segmentos. A maioria deles não possuía qualquer formação educacional. Muitos eram, na realidade, semi-analfabetos, alguns auto-didatas desempenhando funções auxiliares à ocupação principal, como farmacêuticos práticos, rábulas, etc.

Na medida em que o município se desenvolvia e Ilhéus deixava cada vez mais para trás sua condição de vila, as elites passaram a buscar reconhecimento social. E a patente da Guarda Nacional tornou-se o substitutivo para o diploma de bacharel e para a origem nobiliárquica inexistente, mas de grande presença na vida político-social baiana, graças a participação ativa das pessoas de origem nobre na condução dos destinos do Estado.

Essa busca do reconhecimento, tão necessária à ascensão dos expoentes do mandonismo local na esfera municipal, passou a ter grande validade também na esfera da vida política estadual, já que, frequentemente, ser coronel significava controlar um reduto eleitoral expressivo, deter alguma riqueza e/ou influência. Condição elementar para a participação no sistema oligárquico da Bahia republicana.

Este fator, bem como as facilidades existentes numa região de fronteira para a formação de riqueza, talvez explique a proliferação da distribuição de patentes da Guarda

Nacional no município, já que razões especificamente militares não haviam para tanto. Existia então, demasiado número de coronéis para poucos destacamentos e regimentos. "Mais caiques do que índios" na expressão do folclore político contemporâneo.

Folclore exemplarmente ilustrado, com relação ao rudimentar nível de informação dos potentados, por um cronista regional, também ele descendente de um coronel, de referência a um figurão da política ilheense: chefe-político, Intendente, proprietário de vastas fazendas e presidente da Associação Comercial de Ilhéus, que tendo retornado de Paris, para onde foi representando a ACI, confessou-se admirado com o fato das crianças da cidade falarem fluentemente o "idioma francês".<sup>75</sup>

Sobrevinda a década de 1920, entretanto, quando os filhos dos coronéis pioneiros começaram a participar dos negócios da família e da política, esta situação começou a mudar. O afastamento de Antônio Pessoa dos cargos públicos e a ascensão de seu filho à Intendência Municipal (1924-1928) é prova disso. Exercendo a liderança sobre o partido, o Cel. Pessoa, de longe, estabelecia as regras políticas e, usando sua influência, elegeu o Dr. Mário Pessoa da Costa e Silva.<sup>76</sup>

Contribuiu para a modificação do quadro anterior, igualmente, revigorando e reproduzindo o sistema coronelista, os casamentos inter-familiares (Berbet-Amorim, Berbet-Castro, Tavares-Amado, etc.), bem como os casamentos entre filhos e filhas de coronéis com pessoas de prestígio em Salvador e fora do Estado. Expandido, renovado por dentro pelo sangue dos descendentes, o coronelismo caminhou para sua nova fase, asentando-se na riqueza gerada pelo cacau e no poder dos grandes fazendeiros regionais.

## NOTAS

70. MELLO, J.S. Barboza, *Ilhêus - o maior centro cacauceiro do Brasil*, Rio de Janeiro, Gráfica Industrial F. de Piro & Cia., 1927, pgs. 116 e segs. O valor do patrimônio de um coronel parece extraordinário quando comparado à diária de um trabalhador da lavoura de cacau: RS4\$000.
71. Entrevista com Demóstenes Berbet de Castro, em 26/02/1983.
72. Compulsando-se uma amostra dos processos de compra e venda do Estado, apareceram os seguintes nomes: Rui Penalva de Faria, Domingos Portela Lima, Silvino Kruschewsky, Henrique Devoto, José Evaristo de Góes Bittencourt (pai), Aristeo Fernandes Badaró, Raul Hermes de Oliveira, João Cavalcante Mangabeira, Gileno Amado, entre outros.
73. Durante a República Velha, os chefes dos executivos municipais eram conhecidos por três nomes: Prefeito, Intendente e Superintendente. Na Bahia, eram chamados Intendentes.
74. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, "O Coronelismo numa interpretação sociológica", In: FAUSTO, Boris *História Geral da Civilização Brasileira*, O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), São Paulo, Difel, 1975, I.III, V.1, pgs. 153-190. A autora comete um equívoco, sem dúvida, ao afirmar na página 156 do referido trabalho: "Extinta pouco depois da Proclamação da República a Guarda Nacional, persistiu no entanto a denominação de "coronel"..."  
  
Diversos chefes-políticos em nossa área de estudo obtiveram a patente após 1905, inclusive o supremo Chefe regional, Cel. Antônio Pessoa da Costa e Silva.
75. Entrevista realizada com Raimundo Sá Barreto, em 27/02/1983.
76. CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhêus*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981, pgs. 391 e segs.
77. Convém notar que o mandonismo em Ilhêus, curiosamente, principia a sua desagregação após a Revolução de 1930, sem que a burguesia regional consiga reagrupar-se localmente à semelhança do período referente à República Velha.

## 5. AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS CORONELISTAS

### 5.1. PERIODIZAÇÃO DO MANDONISMO

A divergência política na região do cacau, constituiu-se num importante fator para a viabilização do mandonismo local. Diferentemente da maioria dos municípios baianos da época, onde o poder substantivou-se com exclusividade num único e todo-poderoso coronel, Ilhéus, pela especificidade do seu processo de formação histórica, foi palco de acirrados e permanentes embates político-eleitorais que compunham o jogo pelo exercício do poder municipal. É provável que a possibilidade aberta para formação de riquezas à inúmeros agricultores tenha suscitado o surgimento e a expansão de poderosos fazendeiros que, em meio às condições de sobrevivência numa região inóspita e distante da capital, buscavam pela força e violência fazer valer seus interesses.

Inúmeras razões contribuíram para a conformação de blocos de interesses divergentes. Entre os principais deles, algumas, naturalmente, decorrentes das práticas autoritárias e patriarcais dos coronéis, mas boa parte delas de caráter econômico. Principalmente aquelas que opunham entre si influentes chefes de jagunços que a exemplo dos Badarões e Basílios de Oliveira, tornaram-se inimigos ferrenhos em decorrência da luta pela posse de terras.

Originada na gênese do processo de ocupação econômica regional estas refregas evoluíram para inimizades políticas e, quase sempre, quando os oponentes não podiam conviver sob a mesma sigla partidária nos períodos de partidos dominantes ou único no Estado, para lutas partidárias e eleitorais que mesclaram a história política do município de constantes violências jurídicas contra as regras constitucionais republicanas e crimes políticos.

Se as pugnas eleitorais e as divergências partidárias

rias separaram durante a maior parte da República Velha os coronéis ilheenses de forma inconciliável, fazendo crer que entre eles cristalizara-se profundo antagonismo ideológico, a prática partidária de todas as correntes bem como a defesa intransigente dos interesses da lavoura cacaeira, inarredável e comum a todos, atestava como o facciosismo político carecia de qualquer conteúdo da classe que os distinguisse como representações autônomas de interesses antagônicos. Ao contrário, quando os interesses econômicos "regionais" estavam em jogo, todos convergiam para posições senão idênticas, bastante próximas.

Fermentaram no interior desta classe dominante, autorizada pelo seu próprio poderio para a participação política e luta pelo poder, no entanto, desde a primeira década deste século, profundo facciosismo. É curioso notar que tais desentendimentos possam ser explicados sobretudo pela diferença existente entre os velhos e novos coronéis. Aos primeiros - sem qualquer tentativa de justificar tal fato pela defesa do "conflito de geração" - correspondera uma prática de enriquecimento tradicional, típica dos pioneiros lavradores, que privilegiou demasiadamente a acumulação da fortuna pela atividade agrária, principalmente embora inúmeras figuras tipificadas como ligadas ou pertencentes ao grupo dos "velhos" tenham até se destacado em outras atividades econômicas e profissionais.

Os mandões posteriores trataram desde cedo de ramificar os seus negócios, combinando com sucesso diversas explorações de caráter econômico, acumulando cabedais nos mais diversos ramos do comércio, prestação de serviços e implantando mais rapidamente em suas propriedades agrícolas métodos e relações de trabalho mais modernas.

Sem qualquer dúvida, tais distinções, além de simplificarem demasiadamente a natureza das divergências entre os grupos, não podem adquirir força explicativa para o êxito desta ou daquela corrente político-partidária ao longo do enfrentamento. Jogaram papel mais destacado nesse processo outras variáveis não essencialmente econômicas. As ligações e

proteções do Governo Estadual, por exemplo, foram determinantes, como se verá adiante, para a ascensão e queda dos mais influentes políticos municipais.

De qualquer sorte, a presença da divergência política serviu não apenas para caracterizar os tormentosos 40 anos de República no município, mas refletiu magistralmente a instabilidade gerada pela luta de terras e a fissura profunda criada no interior das classes dominantes locais por questões de natureza econômica. O fato do cacau possibilitar a formação de capitais fez com que parte do excedente econômico acumulado se dirigisse à formação, apoio e manutenção de ágeis aparelhos partidários no seio da sociedade civil, responsáveis pelo envolvimento e polarização dos eleitores em grupamentos e facções inconciliáveis. Até certo momento...

A explicitação de tais divergências se efetivava com cristalina limpidez durante os momentos eleitorais, destacadamente os destinados a "fazer" o Intendente Municipal, mandatário reconhecido do poder local. Cabresto, posphoro (voto-fantasma, na gíria política ilheense), voto de defunto, falsificação de atas eleitorais, fechamento de secções reconhecidamente oposicionistas, crimes, violências de todos os tipos eram denunciadas ao Governo Estadual pelas facções em luta com o objetivo de conquistar a Intendência<sup>78</sup>, reduto do poder municipal e instrumento indispensável para barganha com o Governo nas eleições estaduais e federais. Ter a Intendência significava controlar a máquina administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática.

Por essa razão é que as secções dos mais de 10 partidos políticos existentes na Bahia durante o período (Quadro 10) jamais traduziram seu antagonismo em programas opostos com explicitação das suas divergências, limitando-se à atividade eleitoral propriamente dita, tendo para isso, sempre que possível, em situações diferentes, bajulado o Governo Estadual em troca do reconhecimento da eleição de seus representantes, vital para a garantia do mandonismo em Ilhéus.

Partindo do pressuposto de que as siglas partidárias, bem como a natureza das divergências eram insuficientes para a compreensão do comportamento e da evolução política local, decidimos optar por uma periodização que, não apenas apreendesse as sequências e momentos mais marcantes da atividade política local, mas permitisse algum marco explicativo para a queda, ascensão e sucesso das facções rivais. Tal periodização facultou a compreensão de alianças surpreendentes, de dissensões inexplicáveis, de composições problemáticas. E para a surpresa dos "proprietários" do método em Sociologia e História, revelou-se extremamente positiva ao privilegiar o papel do indivíduo no desenrolar dos fatos, personalizando sem empobrecer a natureza do processo histórico e permitindo a compreensão mais sistemática da *pessoalização* dos interesses dos grupos e classes na luta política e, o que é mais importante, assegurando o arrolamento dos episódios de forma coerente no trabalho de exposição e reconstrução dos fatos.

## 5.2. O REINADO ADAMISTA

A definitiva ascensão do Coronel Domingos Adami de São na política de Ilhéus só se verificou após o breve período caótico de reorganização do aparelho do Estado que sucedeu ao Império. Indiscutivelmente, a nomeação do primeiro Intendente do município decorreu muito mais de razões extrapolíticas do que propriamente dos resultados naturais dos enfrentamentos de classe. Joaquim Ferreira de Paiva, o único Coronel municipal que realmente exerceu a carreira militar, era filho de Ilhéus e gozava de prestígio não apenas na região, fato comprovado por sua eleição para a presidência da Câmara Municipal em 1887. Tenente-coronel reformado do Exército Imperial, Ferreira de Paiva tomou parte na Retirada de Laguna comandando o 20º Batalhão de Infantaria, de Goiás, recebendo como recompensa, após a Proclamação da República, sua nomeação para a Intendência, feita pelo amigo e admirador, Marechal Deodoro.<sup>79</sup>

Sua nomeação mereceu o reconhecimento dos principais agricultores de cacau, entre os quais já destacava-se

como membro do Conselho Municipal, que substituiu a antiga Câmara, Domingos Adami de Sá, rico fazendeiro, proprietário das invejáveis fazendas Provisão, Theodolinda, Palmares, São Domingos, Leão de Ouro e Ermo Nobre, senhor de quase quinhentos mil pés de cacau com produção de mais de dez mil arrobas anuais.<sup>80</sup>

Arguto conhecedor da vida de Ilhéus, experimentado duramente ao longo do período de ocupação e desbravamento das matas, Adami percebendo as limitações de Paiva, tratou desde logo de constituir o núcleo de sua facção política no município apoiado em importantes fazendeiros, bem como estabeleceu imediatas ligações com o Governo Estadual, aliado indispensável para o sucesso de qualquer vocação política.

Filiou-se ao Partido Republicano Federalista e empenhou-se na organização da sua secção local com o objetivo de respaldar eleitoralmente o Governo no município e receber em troca o natural reconhecimento do seu prestígio de rico fazendeiro iniciado nas lides político-eleitorais. Seu primeiro teste verificou-se antes mesmo da sua ascensão à Intendência, em 1894, para a sucessão de Manoel Hollenwerger Homem que, a exemplo de seu antecessor deteve o mandato apenas por dois anos: 1894-1896 (Quadro 11), revelando-se um "desapaixonado" no facciosismo municipal.

Disputando o pleito com o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, chefe do Partido Republicano Constitucional em Ilhéus, Domingos Adami de Sá saiu-se derrotado, tendo obtido 279 votos contra 436 do outro postulante (Sic!).<sup>81</sup> Como as eleições precisavam ser reconhecidas pelo Senado Estadual, dada as falsificações e expedientes pouco éticos em vigor, o reconhecimento, na verdade, tornava-se mais disputado do que a própria eleição.

Hollenwerger, descendente de antigos colonos que ocuparam a região próxima ao rio Almada, um dos pioneiros da cacauicultura, guardava afinidades com os Adamis. O primeiro teste seria marcado por inúmeras reviravoltas na política-partidária baiana, destacadamente pela dissensão do federalismo entre a corrente vianista (Luis Viana) e a gonçalvis

ta (José Gonçalves da Silva), tendo esta última exercido através do seu chefe o conturbado mandato governamental de um ano, entre novembro de 1890 e novembro de 1891, não sem interrupções. Rachado o Partido Republicano Federalista, os vianistas, gozando de amplo reconhecimento na esfera federal organizaram-se sob o Partido Republicano Federal e os golçalvistas debandaram-se para o Partido Republicano Constitucional.<sup>82</sup>

A instabilidade não favorecia adesões fáceis por parte dos precavidos coronéis, tendo o personalismo obtido maior força na política partidária municipal. Foi em meio a esse clima e beneficiado por dupla vantagem - a duplicação da gestão dos Intendentes de dois para quatro anos e o mecanismo de reforma eleitoral que permitia a reeleição dos chefes do Executivo Municipal - que os adamistas "elegeram" Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, membro da velha guarda, em dois mandatos consecutivos. No primeiro, tomando o cargo "na marra". No segundo, valendo-se da camaleônica capacidade de transitar de um "federalismo" ao outro, não sem namorar longamente o PRC.<sup>83</sup>

O episódio da "re-eleição" de Bittencourt Câmara assegurou a ascensão adamista. Para o pleito municipal de 1900, concorriam os dois chefes das facções rivais de Ilhéus. De um lado, Domingos Adami de Sá. De outro, o rãbula e jornalista, Antônio Pessoa da Costa e Silva, favorecido pelo rompimento com a primeira corrente do abastado Coronel Manoel Misael da Silva Tavares, que constituindo uma terceira força política, acabou, certamente, por beneficiar os pessoístas. Verificado o pleito, Adami saiu derrotado, obtendo 279 votos contra 436 de seu adversário (Sic!)<sup>84</sup>

Valendo-se de suas ligações, agora estabilizadas, com os vianistas, Domingos Adami de Sá pleiteou a anulação da eleição o que conseguiu nove meses após a posse de Antônio Pessoa, verificada em janeiro de 1900. Apeado do poder pelo Senado Estadual, o Coronel Pessoa assistiu humilhado a "nomeação" do seu inimigo para a presidência do Conselho Municipal e a indicação de um seu preposto - Bittencourt Câmara -

para a Intendência.

Domingos Adami de Sá marcou com essa vitória do poder sobre o "bicório" o início efetivo do seu reinado, que iria se estender promissoramente até 1908. Contando com o aval do Governo Estadual, alargou o quanto pôde a sua base de sustentação renovando as alianças sempre que assim ordenasse o situacionismo. Evoluiu hiperbolicamente com José Gonçalves da Silva, Luiz Viana, Severino Vieira e José Marcelino, sempre preocupado com a manutenção do poder e a utilização de suas benesses. Não teve, portanto, grandes dificuldades para se apoderar da Intendência no período sucessório seguinte.

A coerência do *adamismo* residia, talvez, na consistente oposição feita à outra corrente e para fazer face aos constantes achaques ele precisava reproduzir-se sob o poder. O que demandava atuação simultânea em diversas frentes de luta: na imprensa, na atividade filantrópica, na promoção de festejos e manifestações culturais, no apoio aos desportos e obras religiosas, etc., além das frentes diretamente políticas.

Por isso, o *adamismo* procurou renovar-se. Seu maior feito foi o recrutamento precoce de João Cavalcante Mangabeira. Nascido em Salvador a 23 de junho de 1880, ele diplomou-se bacharel em Direito muito cedo e transferiu-se para Ilhéus, animado pela vontade de exercer a profissão e ingressar na política. Informara-se o suficiente sobre a necessidade de um advogado eficiente numa região marcada por constantes assassinatos decorrentes da precariedade jurídica de propriedade da terra, onde seus serviços poderiam ser bastante relevantes.

Ingressando nas fileiras *adamistas* Mangabeira tornou-se útil tanto aos coronéis do cacau que sustentavam politicamente a corrente como aos partidos, aos quais serviu sob a chefia de Domingos Adami de Sá, padrinho e protetor. No dizer da *Gazeta de Ilhéus*, no entanto, não passou de "um bacharel aperfeiçoado em roubalheiras, que tendo chegado em Ilhéus na miséria, não podia sair senão à noite, para esconder a indecência e a imundície de único e humilde traje"<sup>85</sup> Desconta

da a virulência do editorialista, seu arqui-inimigo, o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, não se pode, entretanto, negar a perspicácia e oportunismo do jovem João Mangabeira.

Casando-se com uma viúva herdeira de propriedades agrícolas, possuidor de inegáveis qualidades políticas, advogado e jornalista eficiente, Mangabeira revelou-se dono das qualidades fundamentais exigidas para assunção do *adamismo*. De redator-chefe do jornal da corrente - A Lucta - conseguiu durante o reinado do seu protetor eleger-se Deputado Estadual em 1906 e Intendente e Deputado Federal, simultaneamente - a Legislação Eleitoral vigente permitia o acúmulo de cargos - em 1908, quando, paulatinamente foi-se desembaraçando do provincialismo político e transformando-se em ativo e competente legislador das causas nacionais. A evolução de Mangabeira à esquerda, se responsabilizaria pela sua conversão ao socialismo, levando-o à condição de fundador do Partido Socialista Brasileiro, conforme já ressaltado.<sup>86</sup>

A "grei adamista" possuía outros importantes quadros oriundos da Faculdade de Direito. Muitos, como João Mangabeira, buscaram em Ilhéus a construção de suas vidas profissionais, sem qualquer vínculo familiar com os precursores coronéis. Destacaram-se entre eles o polêmico Rui Penalva de Faria, especialista em processos de requerimentos de compra de terras públicas (numa amostragem destes documentos, seu nome aparece como requerente ou proprietário final em mais de vinte deles) e colaborador efetivo do jornal situacionista; Fernando Caldas e Silvino Kruschewsky, filho da terra e político profissional.

O *adamismo* assentava-se em um núcleo ativo de coronéis-políticos que se distinguiam dos seus congêneres por sua maior dedicação às lidas político-partidárias. Estes patriarcas reuniam em torno de si, além dos seus parentes sanguíneos, numerosos contra-parentes, afilhados e aliados não envolvidos diretamente com os partidos. Nomes famosos da política municipal, ainda hoje lembrados pela sua descendência ilustre nas colunas sociais dos jornais do Estado, compuseram este núcleo: Henrique Alves dos Reis, rico fazendeiro, co

merciante, chefe político de Tabocas, distrito de Ilhéus posteriormente elevado à condição de cidade, com o nome de Itabuna e, acima de tudo, chefe em armas da facção junto ao legendário Basílio Francisco de Oliveira, senhor das matas do Sequeiro do Espinho, área fértil de terra por cujo domínio morreram centenas de combatentes; coronéis João Diogo de Sá Barreto, dono da maioria das terras urbanas da municipalidade; Pedro Levino Catalão, desbravador bem sucedido como fazendeiro e um dos maiores emprestadores de dinheiro a juros da região; Joaquim Lopes Filho e todo o clã dos Lavigne, de origem francesa. Este clã produziu inúmeros políticos, entre os quais Artur Lavigne, presidente do Conselho Municipal em 1908 e braço-direito de João Mangabeira, a quem substituiu interinamente na Intendência local durante seu mandato como Deputado Federal.

A oposição sempre fustigou firmemente o situacionismo municipal amparada em grossas subvenções dos seus ricos correligionários e na inquebrantável persistência do seu inabalável chefe. A manutenção do poder requeria, por tal motivo, além de redobrada firmeza, capacidade de renovação dos quadros *adamistas*. Sendo quase todos os seus fundadores coronéis de velha linhagem era mais do que necessário a cooptação e preparação política de novos representantes. Este quadro abria a possibilidade de profissionalização de alguns membros da corrente, comportando, inclusive, pessoas não diretamente vinculadas à classe dominante regional, algumas das quais não-proprietárias. Não apenas a insistência da oposição mas sobretudo os abalos sofridos nas hostes situacionistas colocavam na ordem do dia a renovação.

Um destes abalos verificou-se em 1904 com a morte de Ernesto de Sá Bittencourt Câmara. Este fato permitiu a discussão da sucessão no interior do colegiado situacionista facilitando a ascensão do mangabeirismo da juventude.

As refregas com o pessoísmo tornavam-se cada vez mais acirradas. Os episódios de duplicatas eleitorais se repetiam em meio a desordens, combates, editoriais inflamados, assassinatos e acusações envolvendo ambas as facções. A mais

instigante das duplicatas verificara-se em plena ascensão *adamista*, quando entraram em exercício o Coronel Domingos Adami de Sá, tendo como presidente do Conselho Municipal o Coronel Henrique Alves dos Reis, de um lado, e o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva e o Coronel Ramiro Idelfonso de Araújo Castro, de outro. Tal duplicata ensejou "as mais deploráveis subversões da ordem, ao mesmo tempo que perturbou e prejudicou deveras os contribuintes, não sabendo estes a quem pagar os impostos comunais".<sup>87</sup> A parcialidade Pessoa-Araújo Castro foi prejudicada pela interferência do Governador Severino Vieira, eleito para o período 1904-1908.

O "reinado" que se sustentava pelo apoio maciço às solicitações eleitorais dos mandatários da Capital do Estado, acabou vítima da sua própria arma. Alterações externas na política estadual funcionaram como derradeiro bombardeio às posições *adamistas* em Ilhéus. E a vocação oposicionista que destinou o Coronel Antônio Pessoa ao ostracismo responsabilizou-se pelo seu inusitado êxito na política local. Evidentemente, suas habilidades políticas e o senso de oportunismo lhes serviram não apenas para alargar sua base de sustentação no município, compondose com importantes proprietários de currais, como os dois únicos "capitalistas" de Ilhéus - Manoel Misael da Silva Tavares e Domingos Fernandes da Silva - e estabelecendo promissoras ligações com políticos de expressão nacional. Uma destas ligações, forjada pela profissional vocação oposicionista de Antônio Pessoa, relegado pelos sucessivos Governos estaduais, resultaria fatal ao *adamismo*: a com o fortuito mas perseverante chefe da diminuta Comissão Republicana da Bahia, comitê eleitoral destinado a apoiar a chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás para a Presidência da República. O esforço eleitoral de Seabra nesta campanha não obteve êxito, mas a vitória dos seus candidatos afinal proclamada resultou em ponto de apoio vital para seu crescimento político.<sup>88</sup>

A esta altura, o *adamismo* efetivamente já havia-se transmutado em *mangabeirismo*, re-edição atualizada do mandonismo montada sobre um colegiado cuja composição assentava-

se no velho Adami, chefe regional e em João Mangabeira, ex pressão político-literária gerada pelos potentados ilheenses e intransigente defensor dos interesses da lavoura cacaueteira. O mais brilhante deles.

O situacismo local, embevecido pelo seu tradicio nal noivado com o Governo Estadual, fora incapaz de prever as reviravoltas da política baiana, provenientes da luta pe la sucessão presidencial e perdera, com este erro de avaliação, a possibilidade de disputar, ao lado de Antônio Pessoa, as graças do meteórico J.J. Seabra. Em política, o equívoco agiganta-se no fracasso. Para pagar pequenos favores eleitorais, Seabra liquidou o Coronel Adami.

### 5.3. A VIRADA PESSOÍSTA

É possível que o Coronel Antônio Pessoa tenha se antecipado às fissuras causadas pelo enfrentamento das correntes *severinista* e *marcelinista*, responsáveis pelo enfraquecimento do Partido Republicano da Bahia no unipartidarismo que prevaleceu de 1901 a 1906 no Estado e que constituiu esteio da dominação do Governo até 1911. E que, preterido das be nesses, tenha vislumbrado nesse enfraquecimento uma oportunidade irrecusável de aproveitamento da virada do quadro partidário baiano através da atuação de Seabra. Mas é provável também, que ao irredutível chefe oposicionista de Ilhéus não tenha restado alternativa no posicionamento frente ao PRB, sempre simpático aos seus inimigos municipais.

Na verdade, a articulação com a Comissão Republicana da Bahia começara no início de 1910, quando Antônio Pessoa, acompanhado dos Coronéis Manoel Misael da Silva Tavares, agora seu aliado, e Rodolfo Melo Vieira, representando a oposi ção de Ilhéus e do município de Una, assumiu publicamente a campanha pró-Hermes-Venceslau para a Presidência da República, conseguindo minguados 129 votos em Ilhéus. Mas consolidando sua articulação com J.J. Seabra, e ingressando posteriormente no seu Partido Democrata, rebatizado depois Partido Republicano Democrata. Recompensado com um Ministério pelo

Governo Federal, Seabra se voltaria em seguida para demolir o enfraquecido partido dominante na Bahia, visando a conquista do Governo do Estado. Seu êxito, amplamente favorecido pela Presidência e pelo Exército, que a partir de 1910 passou a interferir continuamente nas eleições estaduais, foi transformado em premiação dos seus correligionários de primeira hora.

Antônio Pessoa da Costa e Silva foi um desses beneficiários. Nascido em Jeremoabo, em 1853, iniciou sua carreira pública exercendo o magistério em Santo Antonio da Glória, em 1874. Representante da Justiça em várias Comarcas do interior da Bahia durante o antigo regime, foi nomeado Promotor Público na Imperial Vila da Vitória, atual município de Conquista, desempenhando essa função entre 1879 e 1880, transferindo-se depois para Canavieiras (1880-1881) e finalmente, para Ilhéus, onde exerceu o cargo até 1883.

Sua atividade política propriamente dita iniciou-se ainda no Parlamento Provincial, onde foi representante do sexto distrito. Nomeado secretário da Comissão encarregada da construção de açudes, mudou-se para o Ceará em 1884, só retornando a Ilhéus dois anos mais tarde para radicar-se definitivamente. Três anos depois, em 1899, já dava mostras da sua capacidade política, elegendo-se Intendente Municipal, cargo do qual foi apeado oito meses após sua posse pelo Senado Estadual.<sup>89</sup>

Rábula de profissão, Coronel Comandante da 81a. Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Ilhéus, Antônio Pessoa da Costa e Silva possuía o dom da política. E fez dela seu meio e objetivo de vida. Experimentado conhecedor das leis, espírito conservador e destemido, buscou na trincheira oposicionista fortalecer suas posições assegurando a existência de sua facção política a todo custo. Fundou e dirigiu a Gazeta de Ilhéus, "pasquim oposicionista" empastelado em 1905 mas reaberto logo em seguida, e teceu pacientemente as malhas do seu grupo de sustentação reunindo forças equivalentes a de seus rivais e capitaneando nomes importantes de figuras locais. Formavam com o Coronel Pessoa os

seguintes *leaders* (expressão com que a imprensa regional costumava se referir aos mandões): Coronéis Ramiro Idelfonso de Araújo Castro, Eustáquio de Souza Bastos, Manoel Misael da Silva Tavares, Domingos Fernandes da Silva, Virgílio Calazans de Amorim, Rodolfo Melo Vieira e Albino Francisco Martins, membros vitalícios da direção das seccionais dos diversos partidos *peçoístas*; o braço armado da facção, sempre esteve à cargo do Coronel Miguel José Alves Dias e de Domingos Fernandes Badaró, patriarca de um dos mais respeitáveis clãs de Ilhéus e "dono" de centenas de jagunços; completava a lista dos mais ativos peçoístas nomes como do Tenente-Coronel Laudelino Pimentel, Henrique Wense, Major Domingos Ferreira, Major Francisco Ribeiro, Coronel Manoel Nonato do Amaral, Alípio Mota (jornalista) e muitos outros.

Alguns foram recrutados nas fileiras do *adamismo*. Muitos, foram peçoístas de sempre.

O Coronel Pessoa reunia todas as qualidades necessárias a um chefe político. Dotado de grande capacidade de liderança e rigorosa formação moral ganhou enorme carisma na região. Diversos depoentes ilheenses sublinharam a retidão de sua conduta muitas vezes chamando atenção para o fato de o patriarca ter sido o único Coronel do município que não entendia seu domínio às afamadas pensões de mulheres e, talvez, um dos raros potentados a possuir uma única família.<sup>90</sup>

Sob a sua liderança, Ilhéus iria passar a maior parte da sua história na República Velha: de 1912 até 1930! Após diversas tentativas fracassadas para ocupar a Intendência e ganhar as simpatias do Governo Estadual, o Coronel Pessoa viu-se alçado ao poder de forma surpreendente. Inicialmente, "premiado" com uma eleição para Deputado Estadual pela facção *seabrísta*, galgando em seguida a Presidência da Câmara de Deputados, cargo que exerceu até 1914, quando demitiu-se vitoriosamente para ocupar em tempo integral suas funções de chefe de fato da política de Ilhéus.

O fato se verificara da seguinte maneira: nas eleições municipais de 12 de novembro de 1911, a oposição, capitaneada por Antônio Pessoa, entonando velho hábito, procla

mou-se vencedora, acusando os situacionistas de forjarem duplicatas dos resultados. Artur Lavigne, Intendente de fato, já que João Mangabeira demorava-se mais no Rio de Janeiro do que em Ilhéus, no exercício de seu mandato de Deputado Federal, concluía sua gestão num clima de violências constantes perpetradas pelas facções rivais.

Prestigiado com a eleição para a Câmara de Deputados, Pessoa, conduzido à Presidência da Casa, aguardava a hora de retornar a sua base política e tomar o poder das mãos do *adamismo-mangabeirismo*. O que ocorreu dois meses após a posse de Artur Lavigne, por pressão do Conselheiro Bráulio Xavier - governador interino do Estado - a serviço de J.J. Seabra.<sup>91</sup>

O *pessoísmo* chegava ao poder após persistente oposição de mais de 15 anos consecutivos e fracassados. A partir de então manipulou habilmente a máquina eleitoral e utilizou-se amplamente da máquina do PRD *scabrista* para conservar suas posições. Sem quaisquer dificuldades fez o Intendente para a gestão de 1916/1920, que por reforma constitucional planejada por Seabra passou a ser nomeado pelo Governo do Estado. Através deste instrumento, Seabra buscou submeter o coronelismo em todos os municípios baianos. Por nomeação do Governador, Manoel Misael da Silva Tavares, contando com indicação e apoio de Antônio Pessoa, assumiu o Executivo da cidade.<sup>92</sup>

No poder, o chefe político Antônio Pessoa continuava a bombardear os arraiais da facção que lhe movia oposição, com o objetivo de enfraquecê-la ainda mais. Com grande habilidade buscava o aliciamento de figuras importantes no campo contrário, fazendo para isso, concessões significativas. Tal estratégia visava reforçar a sua liderança e dificultar a pregação político-eleitoral de seus adversários durante os pleitos estaduais e federais, já que o municipal estava assegurado por mecanismos quase invulneráveis. Dentro das regras patriarcais de respeito e consideração pública aos seus inimigos, o *pessoísmo* estimulava a unificação política sob sua tutela. Extra-oficialmente, premiava o adesismo e tratava ri

gorosamente os adversários renitentes visando minar os seus "princípios" oposicionistas.

Da mesma maneira que demonstrava respeito e espírito cívico, convidando Domingos Adami de Sá e João Mangabeira para a composição da Comissão para angariar ôbulos para o bispado local (1913) agia, silenciosa mas fulminantemente, no sentido de reduzir o espaço de mobilidade da corrente contrária, quase toda *marcelinista* de inspiração e *mangabeirista* de fato. Não é sem razão, portanto, que já em 1915 a Justiça Eleitoral tenha promovido brusca reforma na organização dos distritos, secções e zonas municipais, pretensamente justificadas por princípios elevados, mas objetivamente favoráveis ao controle efetivo dos currais pelo *coronelismo* no poder. Sem dúvida, o mandonismo nunca levou a democracia a sério.<sup>93</sup>

Buscando legitimidade, Antônio Pessoa visava transpor para a dominação política seu estilo de chefia pessoal baseado em uma moral rígida, no respeito aos adversários e, sobretudo, no reconhecimento inquestionável da sua liderança no município.

Antônio Pessoa, a esta altura, concentrava em suas mãos poder jamais obtido por um potentado local. Supremo chefe do partido situacionista, Coronel da Guarda Nacional, Deputado Estadual, depois Intendente, atingiu, rapidamente o auge da sua carreira elegendo-se Senador Estadual em 10 de janeiro de 1915. Poucos potentados municipais baianos ascenderam tão rapidamente a postos como esses. Submetido o seu rival na política local, assegurado o seu domínio nos limites eleitorais de Ilhéus, estendeu as mãos a João Mangabeira, cooperando-o para as fileiras do situacionismo. Com isso, não apenas deu o tiro de misericórdia no *adamismo* como também fortaleceu-se enormemente: Mangabeira, no início da década de 1920 era um político de expressão nacional, instrumento imprescindível para a defesa dos interesses dos *cacaucultores* no plano federal. Formalmente, a aliança verificou-se em fevereiro de 1922, quando João Mangabeira tornou-se chefe supremo da coligação, gerida em Ilhéus por Antônio Pessoa e pelo Coronel Pedro Levino Catalão, outrora renomado *adamista*.<sup>94</sup>

A adesão de Mangabeira empurrou os opositores para a liderança de seu natural substituto, Artur Lavigne que, tendo disputado acirrada eleição com o candidato situacionista Coronel Eustáquio de Souza Bastos, em 1919 - quando o cargo voltou a ser eletivo - acabou sendo preterido no reconhecimento pelo Senado Estadual. Após mais uma vitória, Antônio Pessoa havia atingido o clímax de sua carreira como chefe político. Reconhecido como o mais poderoso de todos os coronéis do cacau elegeu com inegável satisfação seu próprio filho em 1924. Bacharel em Direito, Mário Pessoa da Costa e Silva assumia a Intendência como um chefiado do patriarca em plena atividade na política municipal.

A entrada em cena de Mário Pessoa não representou nenhuma modificação em termos de domínio coronelístico local, no sentido de uma possível marginalização dos coronéis em proveito de seus representantes bacharéis. Em primeiro lugar, porque não constituía nenhuma novidade: Mangabeira já havia desempenhado a função bem antes, sem que isto tivesse representado qualquer sintoma de modernização do mandonismo. Em segundo lugar, porque representava de fato a expressão do poder privado - no sentido literal - do Coronel Antônio Pessoa: o continuismo evidente. Da mesma forma, a eleição do engenheiro Durval Olivieri para a Intendência quase nada representou do ponto de vista de mudanças substanciais na forma de exercício do clientelismo político.

Pode-se alegar, entretanto, que o crescimento e modernização de Ilhéus - que pouco tempo antes não passava de uma vila - tenha colocado a necessidade de outro tipo de "espírito público" no estilo da Intendência. Esta hipótese é tida como bastante provável. O que de resto, pode indicar o declínio dos coronéis tradicionais - a exemplo do próprio Antônio Pessoa - no terreno da administração pública, tornada mais complexa e exigente. Quem sabe, a procuração passada aos profissionais liberais tivesse resultado deste novo tipo de situação?

Até 1924, a aliança das correntes políticas ilheenses - a de Mangabeira, a de Manoel Misael e a de Antônio

Pessoa - que se compunham no situacionismo protegiam-se sob o guarda-chuva do PRD, relegando a oposição a enfraquecidos partidos ou correntes (veja Quadro 10). A sucessão ao Governo estadual viria provocar graves defecções no PRD contribuindo para a desestabilização do personalismo *seabrista*. Em 1924, Seabra concluía o segundo mandato como Governador. Depois de reinar doze anos na política estadual enfrentava dois graves problemas. O primeiro, uma criatura que voltava-se contra o próprio criador: os potentados locais tão estimulados por ele. O fortalecimento dos coronéis, sobretudo os do Sertão, acabara por levá-los a desconhecer a autoridade do Governador sobre suas áreas de dominação, abalando seriamente o prestígio de Seabra. O segundo problema, decorria do manifesto desejo do Presidente Artur Bernardes de afiançar um partido de oposição à Seabra na Bahia.

Diante de um quadro desfavorável após doze anos de dominância indiscutível, o Governador buscou a composição necessária para fazer o seu sucessor sem perder o controle da máquina governamental. Consciente da ascensão expressiva de uma nova corrente partidária, a Concentração Republicana da Bahia, que lançara Goes Calmón como candidato, ele buscou o consenso apoiando inicialmente o nome de seu ex-aluno na Faculdade de Direito. Em 1923, o PRD embarcou oficialmente no apoio ao candidato da Concentração. Antônio Pessoa declarou-se simpático a Goes Calmón. Após uma série de vacilações, provocadas pela divulgação das intenções de Calmón de desmantelar o *seabrismo*, o Governador retirou o seu apoio. Bastante tarde. A maioria dos coronéis do interior, como Pessoa no Sul e Horácio de Mattos na Chapada já haviam se comprometido. Iniciou-se então o esfacelamento do PRD e o *pessoísmo*, mais uma vez, alinhou-se com os candidatos vitoriosos para preservar o poder local.<sup>95</sup>

Sob os auspícios da máquina eleitoral do Governo, a Concentração organizou-se com o rótulo de Partido Republicano da Bahia tendo no Governador Vital Soares, sucessor de Goes Calmón, o último representante de um partido dominante na Bahia da República Velha. Com o situacionismo, caminhou Ilhéus.

#### 5.4. A REVIRAVOLTA DE 30

A Revolução de 30 desarmou o unipartidarismo baiano. O Governador Vital Henrique Batista Soares alçado à condição de candidato à Vice-Presidência na chapa do paulista Júlio Prestes arriscara-se inutilmente. O movimento revolucionário o levou, bem como à maioria dos coronéis, ao ostracismo. Em Ilhéus, ruía o mandonismo *pessoísta* através da nomeação para a Intendência de um membro do clã Lavigne - Eusínio Gaston Lavigne - que desde 1928, através do Diário da Tarde, movia oposição ao situacismo municipal. Segundo alguns, com o apoio e financiamento dos exportadores.

O período conjuntural colocara em crise toda a agricultura regional e a retração do mercado mundial, às vésperas do "crack" empobrecia inúmeros ricos ilheenses. Sem dúvida, a complacência do Diário da Tarde para com os exportadores, acusados permanentemente de baixistas, era inegável. Mesmo diante de fatos perturbadores como o suicídio de um próspero comerciante e fazendeiro em 1929, levado ao desespero pelas pressões financeiras dos grandes comerciantes que atuavam na praça, eram tratados pelo jornal lavignista de forma a esvaziar a verdadeira responsabilidade dos seus mentores.

Naturalmente, para contar com o respaldo da sociedade local, cuja elite vivia do e para o cacau, o Diário da Tarde esmerava-se na defesa dos interesses dos produtores, mas sempre buscando veicular as cada vez mais atritantes relações entre o grande comércio e lavoura segundo as regras normais do mercado, que deviam valorizar o empate e o risco dos capitais aplicados na "justa intermediação comercial".<sup>96</sup>

Ao assumir a Intendência por nomeação, em 1930, Eusínio Lavigne deparava-se com um gravoso quadro econômico, uma lavoura endividada e a atuação permanente de grupos de pressão dos produtores, representantes das classes conservadoras, como a Associação Comercial de Ilhéus e a Associação de Agricultores de Ilhéus. Os problemas de ordem econômica, gerando quebras e falências e estreitando o espaço da

cacaucultura pela queda brusca das exportações, ganhavam mais importância do que os temas políticos propriamente ditos.

Os Governadores interinos da Revolução e depois, o tenente Juracy Magalhães, indicado para o cargo em agosto de 1931, iriam tirar partido dessa situação buscando o aliciam<sup>o</sup>mento da elite regional.

Renegociação das dívidas, criação de instituições voltadas para o crédito, assistência e cooperativismo eram algumas das reivindicações fundamentais dos cacauicultores que podiam ser absorvidos nos marcos do novo regime. Lavigne se moveria com grande sensibilidade neste terreno. Além disso, buscou de todas as formas fazer ver aos coronéis a importância das suas participações com vistas ao fortalecimento da Prefeitura diante do Governo estadual. Conclamou, sem discriminações, todas as lideranças municipais à luta pelo soerguimento da "combalida lavoura cacau<sup>e</sup>ira" e ganhou com isto a legitimidade possível num quadro de exceção.

Prestando grandes serviços ao *juracisismo* no desempenho da Prefeitura local, Lavigne permaneceu no cargo até 1937, ano em que seu protetor renunciou em consequência do golpe do Estado Novo.

O Coronel Antônio Pessoa recolhia-se, aguardando condições favoráveis para agir. Experimentado político, sabia que de pouco adiantaria resistir num quadro de inteiro controle de adversários mais fortes. Afinal, esse expediente fora o adotado por si mesmo para virar a mesa política em Ilhéus, dezoito anos antes.

O mandonismo local havia mais uma vez de ser surpreendido por reviravoltas acima de suas forças. E o coronelismo de Ilhéus vivia agora uma nova realidade. Emergido no caos que sucedeu a reorganização do aparelho do Estado após a Proclamação da República, encontrara na expansão do cacau e nas condições violentas de uma agricultura de fronteira as condições ideais para florescer. Personificado na figura de um lavrador pioneiro, um desbravador das selvas, o legenda

rio Domingos Adami de Sá, renovou-se no continuísmo do bacharel João Cavalcanti Mangabeira para ressurgir pouco depois, fortalecido e em toda a sua plenitude sob a responsabilidade do Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, mais expressivo mandão regional e fazedor indiscutível de sucessores. Sua liderança impôs-se definitivamente sobre a sociedade numa série de alianças e composições destinadas à preservação do poder para o colegiado das elites dominantes no município.

Contando sempre com o apoio e estímulo dos Governos estaduais, os coronéis locais reinaram todo-poderosos na cidade realizando talvez, o mais contundente encontro entre poder privado e poder público do interior baiano, autorizados pela situação de prósperos agricultores voltados para o mercado, que construíram suas fortunas sob rústicas condições e em meio a relações sociais engendradas no processo de luta e conquista de terras, avidamente disputadas.

Até finais da República Velha exerceram em nome das classes dominantes o poder político municipal, de forma direta e autoritária, instrumentalizando a Intendência para a defesa dos seus interesses e beneficiando-se do aparelho do Estado para assegurar seus objetivos.

Comportando no seu interior diversas correntes e facções, o coronelismo ilheense evoluiu para duas vertentes políticas fundamentais que se enfrentavam com vistas à detenção do poder, excluindo nesse processo o conjunto da sociedade e relegando, sobretudo a população trabalhadora das fazendas à condição de "massa de manobra" no jogo político municipal. Este era um requisito básico para a manutenção das duas condições de exploração dos jornaleiros e assalariados, mantidos "cativos" nos barracões das fazendas dos grandes proprietários rurais.

De outra parte, o assenhoramento dos principais postos jurídicos e policiais municipais, ao lado da detenção de temerosos ajuntamentos de jagunços, facultou aos potentes a mobilidade necessária para, contando com os serviços de eficientes advogados, quase todos aprendizes de políticos,

imiscuïrem-se em todas as questões relativas à posse e propriedade da terra, prejudicando inúmeros camponeses ignorantes e indefesos. O poderio coronelista voltava-se também, com frequência, sobre os contratistas, com o objetivo de rebaixar o valor da sua força-de-trabalho, limitar a sua capacidade de negociação e, algumas vezes, de massacrá-los simplesmente.

A convergência dos interesses econômicos e políticos modelou uma elite dotada de grande autenticidade, capaz de, simultaneamente, atuar no terreno da política para mediatizar seus interesses de classe e adquirir legitimidade inquestionável. Ainda que para isso tenha se valido de meios quase sempre condenáveis. Não é sem razão que o folclore regional resumiu o complicado quadro de supremacia coronelista com uma quadrinha tão simples quanto clara:

Na corage - Henrique Alve.

No dinheiro - Misaé.

O Pessoa na política.

Mangabeira nos papé.

## NOTAS

78. CAMPOS, Silva. Op. cit. A sequência desses expedientes está retratada neste trabalho, da pg. 268 a 427.
79. Idem, pg. 269.
80. BARROS, Francisco Borges de. Op. cit. pg. 21.
81. A natureza e a extensão da "democracia" na Velha República podia ser aferida diretamente da inexpressividade do colégio eleitoral.
82. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. A formação e as dissenções dos verdadeiros comitês eleitorais que eram os partidos baianos estão detalhadamente contidas no trabalho mencionado.
83. PANG, Eul-Soo, Op. cit. O autor detectou, antes de qualquer outro, essa rara qualidade do mimetismo partidário dos potentados, inclusive de referência aos coronéis do Sul do Estado.
84. CAMPOS, Silva. Op. cit. pg. 286.
85. A GAZETA DE ILHEUS, 14/01/1906, nº 429, pg. 1.
86. Entrevista realizada com Raimundo Sá Barreto em 27/02/83.
87. CAMPOS, Silva, Op. cit. pg. 299.
88. PANG, Eul-Soo, Op. cit. pg. 104 e seguintes.
89. CAMPOS, Silva, Op. cit. pg. 292.
90. Entrevista realizada com Demóstenes Berbet de Castro em 26/02/83.
91. O episódio está registrado nos trabalhos de Eul-Soo Pang e no de Silva Campos.
92. Pela Lei da Reforma de 11 de agosto de 1915, a nomeação dos Intendentes passava a ser de competência do Governador. Assim, como duplicou-se a gestão dos Intendentes de dois para quatro anos.
93. BARROS, Francisco Borges de, Op. cit. pg 103/105. Na memória mandada fazer por Antônio Pessoa, o autor, desavisadamente, registra tais procedimentos. Apresentando a Divisão Eleitoral do Município, dividido em cinco distritos eleitorais e 18 seções, totalizando em 1915, 3041 eleitores, deixa ver que nem as seções escapavam das

garras do privatismo. No segundo distrito, a 8a. secção sediava-se na casa de residência do Coronel José das Neves Cêzar Brasil, com 127 eleitores; no terceiro, a 10a e a 11a. secções localizavam-se em sobrados do Coronel Manoel Misael da Silva Tavares, totalizando 400 eleitores; a 13a. secção, em sobrado do Coronel Domingos Fernandes da Silva, com 156 eleitores e 14a. na casa de residência do Capitão Henrique Wense, com igual número de votantes; o quarto distrito, comportava dois "currais"; a 16a. secção, casa do Major Francisco Ribeiro da Silva (160 eleitores) e a 17a. secção, sobrado do Coronel Manoel Misael, com 128 eleitores.

94. CAMPOS, Silva. Op. cit. pg.379.
95. PANG, Eul-Soo. Op. cit. pg. 128 e seguintes.
96. DIÁRIO DA TARDE, 20/06/1928, nº 103. pg. 2.

## ARQUIVOS

Arquivo Público do Estado da Bahia  
Arquivo da Junta Comercial do Estado  
Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia  
Arquivo da Prefeitura Municipal de Ilhéus  
Arquivo da Associação Comercial de Ilhéus  
Arquivo do Cartório de Imóveis de Ilhéus

## JORNAIS

A Tarde (Salvador)  
A Lucta (Ilhéus)  
A Gazeta de Ilhéus (Ilhéus)  
Diário da Tarde (Ilhéus)

## FONTES DOCUMENTAIS

Livros de Contratos, Alterações e Distratos - AJCE  
Requerimentos de Compra e Venda de Terras do Estado - APEB  
Livros de Inscrição Especial de Hipotecas - ACII  
Livros de Atas da Associação Comercial de Ilhéus - AACI  
Livros dos Registros de Portarias - APMI  
Relatórios da Secretaria de Agricultura, Viação e Indústria e Comércio - 1897, 1898, 1899, 1901, 1902, 1903, 1929 e 1930 - APEB  
Atas para incorporação da Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia - AJCE

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. Cacau. Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.
- \_\_\_\_\_. São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.
- \_\_\_\_\_. Terras do Sem-Fim. Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.
- \_\_\_\_\_. Gabriela, Cravo e Canela. Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.
- AZEVEDO, Thales. "A Economia Baiana em torno de 1850", in: \_\_\_\_\_ e LINS, E.Q. Vieira. História do Banco da Bahia, 1858-1958. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas CPE. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1a. Etapa: 1850-1889, Salvador, 1978, 5 vs.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas CPE. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 2a. Etapa: 1890-1930, Salvador, 1980.
- BAHIA, Leis, Decretos, etc. Lei nº 198, 21/08/1897, Diário Oficial, Salvador, 04/04/1939.
- BARROS, Francisco Borges de. Memória sobre o município de Ilhéus. Salvador, Tipografia Baiana, 1915.
- \_\_\_\_\_. As Fronteiras de Ilhéus: Constituição de seu território. Salvador, Tipografia Editora do Liceu de Artes, 1923.
- BARBOSA, Carlos Roberto Arlêo. Notícia Histórica de Ilhéus. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1981.
- BARBOSA, DE MELLO, J.S. Ilhéus - Maior Centro Cacaueiro do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Industrial F. de Piro & Cia., 1927, v.2, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1968.
- BERBET DE CASTRO, Ramiro. O Cacau na Bahia. Rio de Janeiro, Livraria, Papelaria, Litografia e Tipografia Pimenta de Mello & Cia., 19\_\_.
- BONDAR, Gregório. A Cultura do Cacau na Bahia. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

- BORBA, Silza Fraga Costa. Industrialização e Exportação de Fumo na Bahia, 1870-1930. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1972.
- CAMPOS, Silva. Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.
- CARONE, Edgar. A República Velha. (Evolução Política), São Paulo, Editora Difel, 1974.
- FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. "A Bahia e a vida política do Império" (Auge e declínio de suas elites), in: BAHIA, Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas CPE, A Inserção..., v.1.
- \_\_\_\_\_. "Preeminência do Capital Comercial na Economia Baiana (1850-1930)", in: BAHIA, Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, A Economia baiana de 1850 a 1930: Algumas Questões, Salvador, 1981.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. (Formação do Patronato Político Brasileiro), Porto Alegre, Editora Globo, 1977.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 (História e Historiografia). São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.
- FILHO, Adonias. Corpo Vivo. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. Sul da Bahia: Chão do Cacau (Uma Civilização Regional), Rio de Janeiro, Edição Civilização Brasileira-INL, 1978.
- FILHO, Carlos Pereira. História e Fatos de Ilhéus. Ilhéus, Divisão de Comunicação da Ceplac, 1981.
- \_\_\_\_\_. Ilhéus: Terra do Cacau. Editora Andes, S/d.
- GÓES CALMÓN, Francisco Marques de. Vida Econômica-Financeira da Bahia (Elementos para a história de 1808 e 1899), Salvador, Fundação de Pesquisas CPE, 1978.
- GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando. Os Donos dos Frutos de Ouro. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1968.

- LEAL ROSA, Dora. "O Coronelismo na Chapada Diamantina: um estudo de poder local", in: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, O Coronelismo na Bahia. Salvador, Cadernos de Pesquisa nº 3, 1972.
- LÊNIN, V.I. Obras Escolhidas. 3vs, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.
- \_\_\_\_\_. El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. (El proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria), Buenos Aires, Talleres Gráficas G.R.L., 1973.
- LINS, Wilson. O Médio São Francisco. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1960.
- \_\_\_\_\_. Os Cabras do Coronel. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.
- \_\_\_\_\_. O Reduto. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1965.
- \_\_\_\_\_. Remanso da Valentia. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967.
- MACHADO NETO, Zahidê. "Nota Prévia sobre o coronelismo na República Velha", in: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, O Coronelismo na Bahia. Cadernos de Pesquisa nº 3. 1972.
- MARX, Karl. O Capital. 1.3.v.5, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974.
- MELLO, Agenor Bandeira de. Cartilha Histórica da Bahia. Rio de Janeiro, Carlos Frensch Editor, 1969.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. Cultura do Cacau. Rio de Janeiro, Serviço de Informação, 1930.
- MORAES, Walfrido. Jagunços e Heróis. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
- M. JANOTTI, Maria de Lurdes. O Coronelismo, uma política de compromissos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- NOVAIS SAMPAIO, Consuelo. Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.
- NUNES LEAL, Victor. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil", in: FAUSTO, Boris. (dir), História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Editora Difel, 1975, T.III, v.1. pgs. 391-414.

- PAMPONET SAMPAIO, José Luís. "Origem e Evolução da Indústria na Bahia", 1850-1889, in: A Economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões. Contribuição Técnica a 33a. Reunião Anual da SBPC, Salvador, Seplantec, 1981.
- PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- 
- "O Coronelismo numa interpretação sociológica", in: FAUSTO, Boris, (dir). História Geral da Civilização Brasileira (...), São Paulo, Editora Difel, 1975. T. III, v.1. pgs. 153-190.
- PONTES, Antônio Barroso. Mundo dos Coronéis. Rio de Janeiro, Editora Cruzeiro, 1970.
- PUNG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias: 1889-1934. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
- ROLIM GARCEZ, Angelina Nobre. Mecanismos de Formação de Propriedade Cacaueira no Eixo Ilheus-Itabuna (1890-1930), Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.
- RUY, Affonso. História Política e administrativa da cidade do Salvador. Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.
- SÁ BARRETO, Raimundo. Notas de um Tabelião de Ilhéus. São Paulo, Edições GRD, 1982.
- SALES, Herberto. Cascalho. Rio de Janeiro, Editora Tecno print, S/d.
- SANTOS, Milton. "A Cultura do Cacau na Bahia", in: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife (13-13), 1964-1965.
- SINGER, Paul. "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional", 1889-1930, in: FAUSTO, Boris, (dir). Histórico Geral da Civilização Brasileira (...), v.1. pgs. 345-390.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- SILVEIRA, Artur Leite. "Pequena História do Cacau, in: O Observador. São Paulo, (90): 36-46.
- TELAROLLI, Rodolpho. O Poder Local na República Velha. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- TSE-TUNG, Mao. "Sobre a Contradição", in: SADER, Eder (org.) Mao Tsé-Tung. São Paulo, Editora Atlas, 1982.
- VARGAS LLOSA, Mário. A Guerra do fim do Mundo. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1981.

VILAÇA, Marcos Vinícius e ALBUQUERQUE, Roberto, Coronel, Co-  
nês, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1978.

WESPHALEN, BACH & KROHN. Centenário, 1828-1928, Salvador,  
1928.

WILDBERGER, Arnold. Notícia Histórica de Wildberger & Cia,  
1829-1942, Tipografia Beneditina, 1942.

ZEHNTNER, L. Le Cacaoyer dans l'Etat de Bahia. Berlin Ver  
lag Von R. Friedlander & Sohn, 1914.

ANEXO I

## RELAÇÃO DOS QUADROS

- Quadro nº 1 - 25 Maiores Emprestadores
- Quadro nº 2 - Principais Fazendeiros
- Quadro nº 3 - Principais Empresas Exportadoras de Cacau
- Quadro nº 4 - Principais Comerciantes Proprietários de Fazendas
- Quadro nº 5 - Firmas Comerciais
- Quadro nº 6 - Patrimônio da Cia. Agrícola Cacaueira da Bahia
- Quadro nº 7 - Patrimônio da Wildberger & Cia.
- Quadro nº 8 - Patrimônio de Rapold, Manz & Cia.
- Quadro nº 9 - Principais Coronéis
- Quadro nº 10 - Partidos, Chefes Políticos e Governadores
- Quadro nº 11 - Intendentes Municipais

QUADRO nº 1  
 25 Maiores Emprestadores  
 Ilhéus-Bahia  
 1890-1930

NOMES	VALORES (em Mil Reis)	%EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESTIMOS
Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado	2.668:000\$	13,60
F. Stewenson & Cia Ltd.	2.006:546\$	10,23
Wildberger & Cia	1.659:518\$	8,46
Manoel Misael da Silva T.	1.036:430\$	5,28
Tude Irmão & Cia	801:000\$	4,08
Pedro Paschoal dos Santos	647:510\$	3,30
Banco de Crédito da Lavoura da Bahia	552:011\$	2,81
Augusto Nasse Borges	400:000\$	2,04
Nicodemus Barreto	310:410\$	1,58
Francisco de Souza Andrade	308:660\$	1,57
José Borges & Irmãos	290:000\$	1,48
Banco Econômico da Bahia	258:200\$	1,32
Magalhães & Cia	233:883\$	1,19
Nagi Maron	215:128\$	1,18
Antonio Ferreira da Silva	197:797\$	1,01
Adonias Aguiar	193:043\$	0,98
Rômulo Abelardo Silva	190:000\$	0,97
Costa & Ribeiro	177:377\$	0,90
A. Fernandes & Cia	146:845\$	0,75
Halla & Irmão	140:000\$	0,71
Francisca da Silva Rocha	133:800\$	0,68
Domingos Alexandre do Nascimento	131:000\$	0,67
Epiphanyo Fernandes Tude de Souza	130:000\$	0,66
Pedro Levino Catalão	130:068\$	0,63
Oliveira & Irmão	123:039\$	0,63

FONTE: Registro Geral de Hipotecas da Comarca de Ilhéus  
 Cartório de Registro de Imóveis-Antônio Lavigne

QUADRO nº 2  
Principais Fazendeiros  
Ilhéus-Bahia  
1890-1930

---

Adão Schaum  
Adalberto Alves Faria  
Adonias Aguiar  
Adriano Ribeiro Barbosa  
Adolpho Maron  
Albino Francisco Martins  
Alcino da Costa Dórea  
Alcides Kruschewsky  
Alfredo Navarro de Amorim  
Álvaro Correa da Silva  
Amélia de Sá Câmara  
Angelina Carvalho  
Antonio Ferreira da Silva  
Antônio Rodrigues Portella  
Antônio Ribeiro  
Antônio Fernandes Badaró  
Antônio Pessoa da Costa e Silva  
Antônio Fernandes dos Santos  
Antônio Araújo  
Antônio Lavigne de Lemos  
Aphodísio Schaum  
Armando de Lemos Peixoto  
Aristarcho Guilherme Weyll  
Augusto Sá Bittencourt Câmara  
Aureliano Brandão  
Basílio Francisco de Oliveira  
Cândido Garcia da Silva  
Calixto Luedy  
Cezário Falção  
Charles Henry Bennet Ayre  
Clotildes Villas-Boas  
Cypriano de Oliveira Berbet  
Domingos Adami de Sá  
Domingos Brandão  
Domingos Fernandes Badaró

Domingos Fernandes da Silva  
Domingos Pereira da Silva  
Domingos Kruschewsky  
Dyonísio Ferreira da Silva  
Elias Maron  
Elisa Labbe Ferreira  
Ernesto de Sá Bittencourt Câmara  
Erothildes Mello  
Eufrásio Cardoso e Silva  
Eustáquio Fialho Costa  
Eustáquio de Souza Bastos  
Fernando Geraldo Miguel  
Fernando de Stteiger  
Francisco Fernandes Badaró  
Francisco Magno Baptista  
Francisco Manoel de Andrade  
Francisco Xavieir de Paiva  
Fred Gedeon  
Gabino P. Kruschewsky  
Gemeniano Vasconcelos  
Gerônimo Francisco Ferreira  
Guilherme José Alves  
Henrique Alves dos Reis  
Henrique Berbet  
Henrique Cardoso e Silva  
Henrique Kruschewsky  
Henrique Wense  
Hércules Pinto de Campos  
Hygino Francisco Antônio  
João Augusto de Sá  
João Baptista de Matos  
João Cavalcante Mangabeira  
João Navarro de Amorim  
João Sá  
Joaquim Hermínio de Oliveira  
Jorge Maron  
Jorge Heleno  
José Alves Costa  
José Caldas Filho  
José Cosme

José das Neves Cézar Brasil  
José Emigdio da Silva  
José Emigdio Ludovico  
José Firmino Alves  
José Francisco de Oliveira  
José Gaston Lavigne  
José Gaudêncio da Silva  
José Gomes do Amaral Pacheco  
José Ribeiro Bonfim Sobrinho  
José Veríssimo da Silva  
José Victorino Filho  
José Kruschewsky  
Josephina Lavigne de Lemos  
Justiano Rodrigues de Andrade  
Justino Andrade  
Laudelino Pimentel  
Leopoldo Benevides Sellman  
Luiz da Silva Pinto  
Luiz Felipe Vasconcelos  
Luiz Gaston Lavigne  
Maria José Bastos  
Manoel Barreto de Araújo  
Manoel Damião de Jesus  
Manoel Domingues da Costa  
Manoel Francisco Pereira Pinto  
Manoel Matias Nink  
Manoel Martins de Souza  
Manoel Misael da Silva Tavares  
Manoel Nonato do Amaral  
Manoel Pancrácio Pereira Pinto  
Manoel Pereira da Silva  
Manoel Rodrigues Martins  
Manoel Rodrigues de Mello  
Manoel Veríssimo Duarte  
Miguel José Alves Dias  
Nagi Maron  
Nicodemus Barreto  
Nicolau Siuffo  
Olympio Barbet

Otávio Berbet  
Otaviano Moniz Barreto  
Otoniel de Souza Lima  
Paulino Ribeiro do Couto  
Pedro Augusto Cerqueira Lima  
Pedro Augusto Hollenwerger  
Pedro Cardoso do Nascimento  
Pedro Levino Catalão  
Pedro Marques Valente  
Pedro Scola Homem D'El Rey  
Permídio José de Oliveira  
Plínio Cardoso Nascimento  
Pomphylia Espinheira  
Quirino Ferreira da Cruz  
Ramiro Berbet de Castro  
Ramiro Duarte  
Ramiro Idelfonso de Araújo Castro  
Rodolfo Mello Vieira  
Sabino Costa  
Salustino Amaral  
Temístocles Pimentel  
Terêncio Nunes Bahiense  
Tertuliano Guedes de Pinho  
Tertuliano Lauro de Moura  
Theodoro Felix do Nascimento  
Theodolindo João Berbet  
Virgílio Calazans do Amorim  
Vital Henrique Baptista Soares

---

QUADRO nº 3

Principais Empresas Exportadoras de Cacau

Ilhéus-Bahia

1875-1930

NOMES	CAPITAL (em mil Réis)	ANO DO REGISTRO	SEDE	NACIONALIDADE
Fernandes & Cia	100:000\$ 150:000\$	1916 1919	Salvad.	Luso-Brasileira
Senhor Gordilho & Cia	500:000\$	1925	Salvad.	Brasileira
Alexander Von Uslar	.....	...	.....	.....
Alfredo H. de Azevedo	.....	...	.....	.....
Baía Cocoa Company	350:000\$	1921	Salvad.	Americana
Behrmann & Cia	50:000\$ 225:000\$	1899 1919	Salvad. Ilhéus	Alemã
Com. Comercial de Salvador	100:000\$	1918	Salvad.	Multinacional
Com. Brasileira Exportadora	500:000\$	1918	Salvad.	Desconhecida
Com. Comercial da Bahi	360:000\$ 920:000\$	1918 1919	Salvad.	Desconhecida
Com. Comercial Overbeck	80:000\$ 120:000\$ 920:000\$	1904 1911 1923	Salvad.	Alemã
Corrêa, Ribeiro & Cia	2.000:000\$	1928	Salvad.	Luso-Brasileira
Costa e Ribeiro & Cia	194:417\$ 500:000\$ 3.000:000\$	1900 1910 1919	Salvad. (1) (2)	Luso-Brasileira
.....	.....	.....	.....	.....
Costa & Vieira	.....	.....	.....	.....
Duder & Brother	50:000\$ 100:000\$	1907 1912	Salvad.	Inglesa
Epiphanio J. de Souza	1.000:000\$ 1.500:000\$	1925 1928	Salvad.	Brasileira
F. Stevenson & Cia Ltda	6.000 £ 5.000 £	1895 1902	Salvad. (3)	Inglesa
G. H. Duder & Cia	500:000\$	1900	Salvad.	Inglesa
.....	.....	.....	.....	.....
Geraldo Dannemann	.....	.....	.....	Alemã
Halla & Irmão	150:000\$	1920	Ilhéus	Brasileira
Hans Stoltenberg	.....	.....	.....	.....
Herbet Rodenburg	.....	.....	.....	.....
Hugo Kaufmann & Cia	60:000\$ 400:000\$	1908 1919	Ilhéus	Suiça

NOMES	CAPITAL (em mil Réis)	ANO DO REGISTRO	SEDE	NACIONALIDADE
J. Barreto de Araújo & Cia	800:000\$ 1.000:000\$	1919 1924	Salvad.	Brasileira
	.....	....	.....	.....
José Borges & Irmão	.....	....	.....	.....
J. V. Ribeiro & Cia	.....	....	.....	.....
J. Studer & Cia	.....	....	.....	.....
Manoel Joaquim de Carvalho & Cia	40:000\$	1877	Salvad.	Portuguesa
Magalhães & Cia	3.000:000\$ 12.000:000\$	1915 1929	Salvad.	Luso-Brasileira
Maron & Irmãos	45:000\$	1901	Ilhéus	Libanesa
Marques Valente & Cia	60:000\$	1898	Ilhéus	Luso-Brasileira
Oliveira & Irmão	368:780\$	1899	Salvad.	Luso-Brasileira
S.A. Nielsen	.....	....	.....	.....
Saback & Cia	70:000\$	1913	Canavie.	Brasileira
Scaldaftarri & Irmão	75:000\$ 200:000\$ 600:000\$	1910 1917 1919	Jequié Salvad.	Italiana .....
Simões da Fonseca & Cia	.....	....	.....	.....
Tude e Irmão & Cia	200:000\$ 3.000:000\$	1900 1918	Salvad. (4)	Brasileira Italo-Brasileira
Valente Peixoto & Cia	60:000\$ 200:000\$ 350:000\$	1904 1911 1915	Salvad. (5) Ilhéus	Brasileira
Wildberger & Cia	300:000\$ 500:000\$ 1.000:000\$ 1.200:000\$	1903 1910 1920 1923	Salvador	Suiça

FONTES: Livros de Contrato, Alterações e Distratos da Junta Comercial do Estado  
1975-1930

- (1) Filiais em Itabuna, Ilhéus e Hamburgo
- (2) Filiais em Itabuna e Ilhéus
- (3) Embora inglesa a empresa declara sede em Salvador
- (4) Filiais em Ilhéus e Itabuna
- (5) Filiais em Ilhéus e Itabuna

OBS.: Os dados acima foram recolhidos dos Livros da JUCEB, daí a sua fidedignidade, embora nem sempre evidenciem a evolução real das empresas. Caso da Manoel Joaquim de Carvalho, por exemplo.

QUADRO nº 4  
Principais Comerciantes Proprietários de Fazendas  
Ilhéus-Bahia  
1890-1930

---

Adolpho Maron  
Adonias Aguiar  
Agenor Gordilho & Cia  
Alfredo H. de Azevedo  
Alexander von Uslar  
Assis & Lorens  
A. Fernandes & Cia  
Baía Cocoa Company  
Berhmann & Cia  
Berhmann, Giesse & Lussenhop  
Carlos Berhman & Cia  
Comercial Costa & Ribeiro  
Companhia Comercial da Bahia  
Companhia Comercial Overbeck  
Domingos Adami de Sá  
Domingos Fernandes da Silva  
Duder & Cia Ltd.  
Elias Ganem  
Epiphanio da Silva  
Eufrásio Cardoso & Cia  
Eustáquio de Souza Bastos  
F. Stewenson & Cia Ltd.  
Geraldo Dannemann  
Geminiano Vasconcelos  
Hans Stoltenburg  
Herbert Rodeburg  
Hugo Kaufmann  
José das Neves César Brasil  
Jorge José Hagge & Irmão  
J. V. Ribeiro & Cia  
J. Barreto de Araújo  
J. Studer & Cia  
Maron & Irmão

Magalhães & Cia  
Manoel Joaquim de Carvalho  
Manoel Miscal da Silva Tavares  
Mocambo Cocoa State Ltd.  
Miguel José Alves Dias  
Muller & Cia  
Nazal & Medauar  
Nicolau Siuffo  
Oliveira & Irmão  
Rodolfo Mello Vieira  
Ropold, Manz & Cia  
Saback & Cia  
Scaldaferri & Irmão  
S/A Nielsen  
Vale & Soares  
Valente & Peixoto  
W. G. Schoppmeyer  
Wildberg & Cia

---

QUADRO nº 5  
Firmas Comerciais  
Ilhéus Bahia  
1875-1930

NOME	CAPITAL (em Mil Réis)..	NACIONALIDADE
<b>1875</b>		
José das Neves Cezar Brasil		
<b>1878</b>		
Manoel Odorico do Sacramento		
<b>1879</b>		
Joaquim Lopes da Silva		
<b>1887</b>		
Eufrásio Cardoso & Cia		
Rodolpho de Melo Vieira		
<b>1890</b>		
Manoel Misael da Silva Tavares		
<b>1892</b>		
Firmino do Amaral		
José Emidio de Paiva		
Miguel da Rocha Lira		
<b>1893</b>		
Valle & Irmão	10:000\$	Portuguesa
Theodolino Jão Berbet		
<b>1894</b>		
Jorge Sá Bittencourt Câmara		
<b>1895</b>		
Benedicto da França Amaral		
Eustáquio de Souza Bastos		
Silvestre Moreira de Oliveira		
<b>1896</b>		
Ananias José de Carvalho		

NOMES	CAPITAL	NACIONALIDADE
<b>1897</b>		
Baldoino José Silveira		
Angelo Alves Afonso		
Aristides Gomes de Castro		
José Henrique D'Aguiar		
Manoel Brasiliano		
<b>1898</b>		
Cândido Marques Pinto		
Estácio de Sá Bittencourt Câmara		
Marques Valente & Cia	60:000\$	Luso-brasileira
Paulino José de Oliveira	348:000\$	Luso-brasileira
<b>1899</b>		
Antonio de Paiva e Leite		
Cherobim José de Oliveira		
Pedro Angelo de Souza		
Torquato Alves das Neves		
Ulysses de Sá B. Câmara		
<b>1900</b>		
Emilio Manoel do Nascimento		
Pedro Achilles Lavigne		
Martiniano Rodrigues Monteiro		
<b>1901</b>		
Eliezer Lopes		
João Carlos & Irmão	10:000\$	Brasileira
Moreno & Primitivo	10:000\$	Brasileira
Miguel José Alves Dias		
Maron & Irmãos	45:000\$	.....
Miguel Gonçalves do Valle		
Vasconcellos & Cia	60:000\$	Luso-Brasileira
<b>1902</b>		
Geminiano Vasconcellos	18:000\$	Brasileira
<b>1903</b>		
Cherobim & Irmão	15:000\$	Brasileira
Ulysses de Sá Hage	20:000\$	Brasileira-outs.

NOME	CAPITAL	NACIONALIDADE
<b>1904</b>		
B. Bahia e Martins	25:000\$	Brasileira
Hollenwerger & Assênico	5:000\$	Brasileira-
Henrique Kruschewsky & Cia	10:000\$	Brasileira
João Carlos & Cia	10:000\$	Brasileira
Valente Peixoto & Cia	60:000\$	Brasileira
<b>1905</b>		
Lauriano Brandão & Simas	7:534\$	Brasileira
Valle, Irmão & Cia	14:000\$	Brasileira
<b>1906</b>		
Braz & Silva	20:000\$	Luso-brasil.
Silva & Soares	10:000\$	Desconhecida
<b>1907</b>		
Claudio Adami & Cia	30:000\$	Brasileira
Antonio Ferreira & Cia	20:000\$	Brasileira
G. H. Duder		Inglesa
Valle & Soares	10:000\$	Luso-brasil.
<b>1910</b>		
Carlos Behrmann & Cia	300:000\$	Alemã
Aprigio Mello	50:000\$	Desconhecida
Costa & Ribeiro	500:000\$	Luso-brasil.
Monção, Hollenwerger	80:000\$	Brasileiro
Lopes & Mello	9:000\$	Brasileira
Sant'ana & Oliveira	20:000\$	Brasileira
<b>1911</b>		
José Bahia & Oliveira	55:818\$	Brasileira
Pimenta & Souza	15:000\$	Brasileira
Nunes & Souza	12:000\$	Brasileira
Valente Peixoto & Cia	200:000\$	Brasileira
<b>1912</b>		
Jorge Cavalcante & Pereira	5:000\$	Brasileira
Teixeira & Cia	10:000\$	Brasileira
<b>1914</b>		
Francisco A. Pífano & Cia	10:000\$	Brasileira

NOME	CAPITAL	NACIONALIDADE
<b>1915</b>		
Ariston Andrade	10:000\$	Brasileira
Evaristo Faria & Cia	10:000\$	Brasileira
<b>1916</b>		
A. Fernandes & Cia	100:000\$	Luso-brasil.
Astolpho & Costa	20:000\$	Luso brasil.
Mario Ramos & Cia	17:594\$	Brasileira
<b>1917</b>		
Antonio Guimarães & Cia	25:000\$	Brasileira
Lopomo & Cia	40:000\$	Brasileira
Rodolpho Vieira & Cia	100:000\$	Luso-brasil.
<b>1918</b>		
Alberto Pinto & Filho	49:362\$	Brasileira
<b>1919</b>		
Behrmann, Giese Lussenhop & Cia	225:000\$	Alemã
Athayde Setubal & Cia	31:364\$	Brasileira
Julio Pinto & Irmão	50:000\$	Brasileira
Mariano & Silva	50:000\$	Brasileira
<b>1920</b>		
Adami & Cia	50:000\$	Brasileira
Augusto Argolo & Barreto	44:819\$	Brasileira
Halla & Irmão	150:000\$	Brasileira
Henrique Lucas	100:000\$	Brasileira
Fonseca & Viana	185:379\$	Brasileira
Fonseca & Cia	30:000\$	Brasileira
Alfredo & Chaouí	30:000\$	Desconhecida
Chicorel Loria & Soriano	55:000\$	Francesa
Nazal & Medauar	50:000\$	Brasileira
Magid Hage & Filho	100:000\$	Brasileira
<b>1922</b>		
Aziz Raimundo & Irmão	10:000\$	Desconhecida
G. Passos & Cia	30:000\$	Brasileira
Ferreira & Irmão	2:000\$	Brasileira
Isidro Monteiro & Cia	50:000\$	Portuguesa
Ribeiro & Cia	90:000\$	Brasileira

NOME	CAPITAL	NACIONALIDADE
<b>1923</b>		
Avelar Costa & Cia	40:000\$	Brasileira
Carvalho & Cia	45:000\$	Brasileira
F. Ribeiro dos Passos & Cia	30:000\$	Brasileira
Larocca & Irmão	65:886\$	Desconhecida
Menezes & Ribeiro	10:000\$	Brasileira
Mariano & Soares	30:000\$	Brasileira
<b>1924</b>		
Armando Peixoto & Cia	150:000\$	Brasileira
Barros & Irmão	15:000\$	Brasileira
Cordovil & Almeida	40:000\$	Brasileira
D. Lima & Cia	25:000\$	Brasileira
Nejm & Aquer	20:000\$	Brasileira
Penna Irmão & Cia	30:000\$	Brasileira
Silva & Vasconcellos	10:000\$	Brasileira
Vita & Cia	30:000\$	Italiana
<b>1925</b>		
S/A Salinas de Oiticica	150:000\$	Desconhecida
Antônio Elias & Cia	20:000\$	Brasileira
Lima & Oliveira	40:000\$	Brasileira
Nunes Ferreira & Cia	40:534\$	Brasileira
Riso & Silva	30:000\$	Portuguesa
<b>1926</b>		
Adonias Aguiar & Cia	125:000\$	Brasileira
Barra & Moreira	20:000\$	Brasileira
Daniel Vianna & Irmão	300:000\$	Brasileira
Sampaio & Magaldi	100:000\$	Brasileira
Leonel Marques & Cia	20:000\$	Brasileira
Valverde & Cia	60:000\$	Brasileira
<b>1927</b>		
Athayde & Barreto	50:000\$	Brasileira
Cecílio J. da Silva	20:000\$	Brasileira
J. G. Teixeira & Cia.	60:000\$	Brasileira
José Ganem & Cia	48:000\$	
Leite & Cia	30:000\$	Brasileira

NOME	CAPITAL	NACIONALIDADE
Silva & Anunciação	40:000\$	Brasileira
<b>1928</b>		
Afonso B. Mattos	50:000\$	Brasileira
A. Leite & Cia	50:000\$	Brasileira
Bastos Pedreira & Cia	60:000\$	Brasileira
Celerino Cappel & Cia	40:000\$	Brasileira
Da Rin. Gonçalves & Cia	750:000\$	Desconhecida
Daniel & Irmão	60:000\$	Brasileira
Daniel Vianna & Irmão	90:000\$	Brasileira
Freitas Santos & Cia	20:000\$	Brasileira
Gerino Passos & Cia	300:000\$	Brasileira
Lima & Oliveira	200:000\$	Brasileira
Oliveira & Lopes	40:000\$	Brasileira
Mario J. Garbogni	12:000\$	Brasileira
Salvador Dias	25:000\$	Brasileira
Victorino & Cia	100:000\$	Brasileira
<b>1929</b>		
Alonso Martins & Cia	50:000\$	Brasileira
Antonio Chalhoud	50:000\$	Brasileira
Barreto Irmão & Cia	100:000\$	Brasileira
Braúlio Ferreira & Cia	80:000\$	Brasileira
N. G. Mariano & Cia	80:000\$	Brasileira
Nascimento & Cia	200:000\$	Brasileira
Osório de Oliveira Rosa	5:000\$	Brasileira
<b>1930</b>		
Adalberto Pereira & Cia	10:000\$	Brasileira
Angelino de Almeida & Cia	50:000\$	Brasileira-outs.
Arnaldo Bunchaci	200:000\$	Desconhecida
Samuel Cohem	10:000\$	Desconhecida

FONTE: Livros de Contratos, Alterações e Distratos - Junta Comercial da Bahia - 1875/1930

QUADRO nº 6

Patrimônio da Cia. Agrícola Cacaueira da Bahia

Salvador-Bahia

1936

MUNICÍPIOS	Nº FA ZEN- DAS	ÁREA (em ha)	Nº PÉS DE CACAU	VALOR ESTIMADO (em Mil Réis)	
				MÓVEL	IMÓVEL
Ilhéus	09	1.908.00.06	910.000	162:000	3.385:000
Belmonte	78	8.020.39.86	957.228	229:000	3.837:000
Canavieiras	28	3.767.79.39	617.972	53:000	1.152:000
Una	02	376.37.70	39.678		
Itabuna	01	571.34.59	250.000	40:000	960:000
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>14,643.91.60</b>	<b>2.774.876</b>	<b>484:000</b>	<b>9.334:000</b>

FONTE: Atas das Primeira e Segunda sessões para incorporação da Companhia Agrícola da Bahia, Sociedade Anônima.

## QUADRO nº 7

Patrimônio de Wildberger &amp; Cia

Salvador-Bahia

1936

MUNICIPIOS	ÁREA/FAZENDAS	Nº PÉS DE CACAU	VALOR ESTIMADO (em mil réis)	
			MÓVEL	IMÓVEL
Itabuna	571.34.59	250.000	40.000\$	960.000\$
SUBTOTAL	571.34.59	250.000	40:000\$	960:000\$
Ilhéus	721.52.33	250.000		
	163.91.97	100.000		
	391.68.82	230.000		
	231.33.90	120.000		
	79.89.00	70.000		
	20.33.50			
	91.06.04	40.000		
	226.24.10	100.000		
SUBTOTAL	1,908.00.06	910.000	162:000\$	3.385:000\$
Belmonte	500.00.00	37.500		
	535.62.50	32.000		
	33.00.00	1.778		
	19.55.51	2.700		
	77.39.78	15.000		
	134.12.25	21.457		
	2.010.69.45	50.000		
	70.04.84	15.000		
	886.44.07	128.500		
	99.75.99	60.000		
	540.00.00	40.000		
	26,90.58	17.000		
	28.24.90	5.300		
	37.36.35	9.600		
SUBTOTAL	5.264.38.52	465.272	107:000\$	1.553:000\$

FONTE: Ata da Primeira Sessão para incorporação da Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, Sociedade Anônima.

QUADRO nº 8  
 Patrimônio de Rapold, Manz & Cia  
 Salvador-Bahia  
 1936

MUNICÍPIOS	ÁREA/FAZENDAS (em ha)	Nº DE PÉS DE CACAU	VALOR ESTIMADO (em mil réis)	
			MÓVEL	IMÓVEL
Belmonte	10.00.00	2.981		
	22.00.00	17.023		
	39.57.87	29.980		
	5.00.00	3.797		
	6.00.00	5.475		
	10.81.64	6.115		
	10.00.00	6.510		
	124.65.14	28.000		
	13.68.75	9.245		
	3.00.00	1.169		
	10.00.00	5.840		
	420.50.00	1.665		
	7.00.00	5.205		
	13.00.00	10.985		
	38.98.88	6.314		
	6.06.00	4.491		
	35.00.00	22.951		
	30.00.00	17.918		
	3.00.00	2.670		
	98.47.72	8.272		
	5.00.00	3.174		
	9.00.00	6.115		
	13.20.00	8.000		
	3.00.00	2.929		
	25.00.00	16.000		
	7.17.55	5.138		
8.71.13	7.625			
50.00.00	38.000			
100.00.00	17.900			
45.00.00	34.839			
12.00.00	7.522			

MUNICÍPIO	ÁREA/FAZENDAS (em ha)	Nº DE PÉS DE CACAU	VALOR ESTIMADO (em mil réis)	
			MÓVEL	IMÓVEL
	5.00.00	3.129		
	3.00.00	950		
	10.00.00	7.336		
	3.00.00	1.762		
	395.85.71	.....		
	101.25.38	736		
	32.23.67	8.797		
	73.10.00	22.137		
	7.46.93	4.290		
	5.00.00	4.077		
	30.20.00	14.180		
	55.54.85	1.809		
	20.00.00	9.252		
	10.00.00	1.547		
	24.00.00	7.055		
	32.40.58	9.222		
	23.77.02	2.131		
	12.00.00	1.714		
	27.73.45	13.028		
	47.85.00	9.129		
	300.00.00	2.026		
	96.04.33	11.810		
	3.00.00	.....		
	5.00.00	300		
	59.02.99	6.148		
	161.35.95	.....		
	3.00.00	300		
	20.00.00	4.473		
	2.00.00	800		
SUBTOTAL	2.756.01.34	491.956	122:000\$	2.284:000\$
Canavieiras	121.75.38	34.138		
	203.35.44	196.786		
	133.93.66	64.185		
	817.83.13	28.624		

MUNICÍPIO	ÁREA/FAZENDAS (em ha)	Nº DE PÉS DE CACAU	VALOR ESTIMADO (em mil réis)	
			MÓVEL	IMÓVEL
	153.18.66	.....		
	34.60.73	24.250		
	15.00.00	7.540		
	20.00.00	6.000		
	11.00.00	10.821		
	220.70.20	14.000		
	12.75.00	8.000		
	193.54.00	39.908		
	98.11.12	51.000		
	50.00.00	2.000		
	528.19.72	41.902		
	10.71.65	4.065		
	20.00.00	7.872		
	14.09.33	3.052		
	33.43.00	20.000		
	292.24.37	15.404		
	224.52.63	3.900		
	27.00.00	15.000		
	37.00.00	21.000		
	121.25.56	3.525		
	56.05.49	13.500		
	76.00.00	4.500		
	241.50.32	4.000		
SUBTOTAL	3,767.79.39	617.972		
Una	376.37.70	39.678		
SUBTOTAL	376.37.70	39.678	53:000\$ Una+Can.	1.152:000\$ Una+Can.

FONTE: Ata da Primeira sessão para incorporação da Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, Sociedade Anônima.

QUADRO nº 9  
 Principais Coronéis  
 Ilhéus-Bahia  
 1890-1930

NOMES	OCUPAÇÕES
Adalberto Alves Faria	Plantador
Adonias Aguiar	Plantador, comerciante
Albino Francisco Martins	Político, Plantador, comerciante
Alcino da Costa Dórea	Plantador, comerciante
Alfredo Navarro de Amorim	Plantador
Antônio Pessoa da Costa e Silva	Político, rábula, plantador
Antônio Rodrigues Portella	Plantador
Antônio Lavigne de Lemos	Plantador
Armando de Lemos Peixoto	Plantador, comerciante
Augusto Sá Bittencourt Câmara	Plantador
Aureliano Bradão	Plantador, comerciante, banqueiro
Basílio Francisco de Oliveira	Político, plantador
Cândido Garcia da Silva	Plantador
Carlos Pinto	Plantador
Cezário Falcão	Plantador
Cypriano de Oliveira Berbet	Plantador
Domingos Adami de Sá	Político, plantador, comerciante
Domingos Fernandes da Silva	Político, comerciante, plantador
Ernesto Sá Bittencourt Câmara	Político, plantador
Erothildes Mello	Plantador, comerciante
Eufrásio Cardoso e Silva	Plantador, comerciante
Eustáquio Fialho Costa	Plantador
Eustáquio de Souza Bastos	Político, plantador, comerciante
Francisco Magno Baptista	Plantador
Francisco Manoel de Andrade	Plantador
Geminiano Vasconcelos	Plantador, comerciante
Guilherme José Alves	Plantador
Henrique Alves dos Reis	Político, plantador, comerciante
Henrique Cardoso e Silva	Plantador, comerciante
Henrique Berbet	Político, plantador
Henrique Kruschewsky	Plantador, comerciante
João Baptista de Matos	Plantador

João Navarro de Amorim	Plantador
Jorge Heleno	Plantador
Joaquim Ferreira de Paiva	Político, militar
Justino Andrade	Comerciante, plantador
José das Neves Cêzar Brasil	Plantador, comerciante
José Gomes do Amaral Pacheco	Plantador, comerciante
José Caldas Filho	Plantador
José Francisco de Oliveira	Plantador
José Ribeiro Bonfim Sobrinho	Plantador
José Alves Costa	Plantador, comerciante
José Firmino Alves	Plantador, comerciante
José Victorino Filho	Plantador, comerciante
José Kruschewsky	Plantador
José Veríssimo da Silva	Plantador
Justiniano Rodrigues de Andrade	Plantador, comerciante
Laudelino Pimentel	Plantador
Luiz Felipe Vasconcelos	Plantador, comerciante, banqueiro
Luiz da Silva Pinto	Plantador
Manoel Misael da Silva Tavares	Político, plantador, comerciante
Manoel Rodrigues de Mello	Plantador
Manoel Pereira da Silva	Plantador
Manoel Pancrácio Pereira Pinto	Político, plantador
Manoel Nonato do Amaral	Político, plantador
Miguel José Alves Dias	Político, plantador, comerciante
Nicodemus Barreto	Plantador, comerciante
Nicolau Siuffo	Plantador
Pedro Levino Catalão	Político, plantador, comerciante
Pedro Augusto Cerqueira Lima	Plantador, comerciante
Perminio José de Oliveira	Plantador
Terêncio Nunes Bahiemse	Plantador
Pomphylío Espinheira	Plantador
Ramiro Idelfonso de Araújo Castro	Político, médico-prát.
Rodolfo Mello Vieira	Político, comerciante, plantador
Sabino Costa	Plantador
Salustino Amaral	Plantador
Tertuliano Guedes Pinho	Plantador
Tertuliano Lauro de Moura	Plantador
Temístocles Pimentel	Plantador

Virgílio Calazans do Amorim

Político, plantador, comerciante

---

QUADRO nº 10

Partidos, Chefes Políticos e Governadores

Bahia

1890-1930

---

**Primeira Fase: MULTIPARTIDARISMO (1890-1893)**

Partido Nacional - JOSÉ ANTONIO SARAIVA

Partido Nacional Democrata - ALMEIDA COUTO

Partido Republicano Federalista - JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

Partido Católico - D. ANTONIO DE MACEDO COSTA

Governadores: VIRGÍLIO CLÍMACO DAMÁSIO, MANOEL VICTORINO E HERMES  
DA FONSECA (1889-1890)

JOSÉ GONÇALVES DA SILVA, TUDE NEIVA E LEAL FERREIRA  
(1890-1892)

**Segunda Fase: BIPARTIDARISMO (1894-1900)**

Partido Republicano Federal - LUIZ VIANA

Partido Republicano Constitucional - JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

Governadores: JOAQUIM MANOEL RODRIGUES LIMA (1892-1896)

LUIZ VIANA (1896-1900)

**Terceira Fase: UNIPARTIDARISMO (1901-1906)**

Partido Republicano da Bahia - SEVERINO VIEIRA, JOSÉ MARCELINO

Governadores: SEVERINO VIEIRA (1900-1904)

JOSÉ MARCELINO DE SOUZA (1904-1908)

**Quarta Fase: BIPARTIDARISMO COM DISSIDÊNCIAS (1907-1911)**

Partido Republicano da Bahia - JOSÉ MERCELINO, SEVERINO VIEIRA

Partido Democrata - J.J. SEABRA

Governador: ARAÚJO PINHO (1908-1911)

**Quinta Fase: PARTIDO DOMINANTE (1912-1922)**

Partido Republicano Democrata - J.J. SEABRA

Partido Republicano Conservador - LUIZ VIANA, até 1915

Duas correntes do ex-PRB

Governadores: J.J. SEABRA (1912-1916)  
ANTONIO MONIZ (1916-1924)  
J.J. SEABRA (1920-1924)

**Sexta Fase:** RETORNO AO BIPARTIDARISMO COM DISSIDÊNCIAS (1923-1927)  
Partido Republicano Democrata - ANTONIO MONIZ, FEDERICO COSTA  
Concentração Republicana da Bahia - MIGUEL CALMÓN, OCTÁVIO MANGABEIRA  
Governador: GOÉS CALMÓN (1924-1928)

**Sétima Fase:** RESTAURAÇÃO DO UNIPARTIDARISMO (1927-1930)  
Partido Republicano da Bahia - GOÉS CALMÓN  
Governador: VITAL SOARES (1928-1930)

---

FONTES: SAMPAIO, Consuelo Novais, Op. cit. pg. 23

MELLO, Agenor Bandeira de. Cartilha Histórica da Bahia, Rio de Janeiro, Carlos Frensch Editora, 1969, pgs. 13 a 32

QUADRO nº 11  
Intendentes Municipais  
Ilhéus-Bahia  
1890-1930

---

INTENDENTES	GESTÃO
Joaquim Ferreira de Paiva	1887/1894 (1)
Manoel Hollenwerger Homem	1894/1896
Ernesto de Sá Bittencourt Câmara	1896/1904 (2)
Domingos Adami de Sá	1904/1908
João Cavalcanti Mangabeira	1908/1912
Antônio Pessoa da Costa e Silva	1912/1916 (3)
Manoel Misael da Silva Tavares	1916/1920
Eustáquio de Souza Bastos	1920/1924 (4)
Mário Pessoa da Costa e Silva	1924/1928 (5)
Durval Olivieri	1928/1930
Eusínio Gaston Lavigne	1930/1937 (6)

---

FONTE: Livros dos Registros de Portarias - Arquivo da Prefeitura Municipal de Ilhéus.

- (1) Interino: Sá e Oliveira, de 21/04/90 a 01/05/91
- (2) Empossado e destituído: Antonio Pessoa da Costa e Silva, de Janeiro a agosto de 1900.
- (3) Interinos: Manoel Misael da Silva Tavares, em 31/05 a 19/08/1913 e de 03/04 a 13/08 de 1914 e Virgílio Calazans de Amorim, de 14 a 01 de novembro de 1914.
- (4) Interinos: Antonio Pessoa da Costa e Silva, de 01 a 11/02 de 1920 e Domingos Fernandes da Silva de 16/02 a 14/09 de 1920.
- (5) Interinos: Virgílio Calazans de Amorim, de 17/02 a 27/03 de 1925
- (6) Respectivamente, intendente e prefeito.

ANEXO II



ESTATUTO  
da  
SOCIEDADE ANONIMA

*Carlo Hoffmann*  
*Waldmann*  
*12*

COMPANHIA AGRICOLA CACAUEIRA DA BAHIA

CAPITULO I.

*Bahia 17 de Abril 1936*  
*Emil Hoffmann*  
*Secret.*

SEDE, DURACÃO, CAPITAL E FINS DA SOCIEDADE

- Artigo 1) Com a denominação de "COMPANHIA AGRICOLA CACAUEIRA DA BAHIA" fica constituída uma sociedade anonyma, que se regerá pelos presentes Estatutos e pela Legislação em vigor.
- Artigo 2) A SEDE, ou domicilio, da sociedade é a Capital do Estado da Bahia, para todos os effectos.
- Artigo 3) O PRAZO DE DURACÃO da sociedade é illimitado e a sociedade somente poderá ser dissolvida e liquidada por deliberação da Assembléa Geral, tomada por accionistas que representem dois terços do capital social.
- Artigo 4) O CAPITAL SOCIAL é de Rs.10.000:000\$000 (dez mil contos de reis) dividido em 10.000 (dez mil) acções do valor nominal de Rs.1:000\$000 (um conto de reis) cada uma, podendo, entretanto, o capital ser elevado para Rs.12.000:000\$000 (Doze mil contos de reis), se assim convier aos interesses da sociedade.
  - § 1) O capital social é constituído por dinheiro e bens moveis e imoveis;
  - § 2) No caso de augmento do capital, os actuaes accionistas tem a preferéncia para as novas acções, proporcionalmente ao numero das que possuirem;
  - § 3) As acções são ao portador. A acção é indivisivel, de modo que a sociedade só reconhece um proprietario para cada acção.
- Artigo 5) O capital social é constituído do seguinte modo :
  - a) Dinheiro
  - b) bens moveis e immoveis pertencentes à firma Wildberger & Cia.
  - c) bens moveis e immoveis pertencentes à firma Rapold, Manz & Cia.
- Artigo 6) O capital social fica integralizado na data da constitução da sociedade .
- Artigo 7) SãO FINS DA SOCIEDADE :
  - a) a lavoura do cacau, em todas as suas modalidades, e o seu desenvolvimento e aperfeçoamento;
  - b) a aquisição de propriedades agricolas, alem das existentes, a locação de serviços agricolas, a construcção de immoveis rurales e urbanos, sendo estes para fins agricolas;
  - c) a exploração de outras culturas agricolas, de accordo com a natureza dos terrenos .

CAPITULO II.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

Artigo 8) A sociedade será administrada por uma Directoria composta de trez membros, sendo um Director-Presidente, um Director-Vice Presidente e um Director-Gerente, que serão eleitos pela Assembléa Geral, e escolhidos pelo systema de rotação annual por trez annos cada.

§ 1) Alem dos Directores serão eleitos dois Supplentes, pelo prazo de trez annos, que substituirão os Directores nos seus impedimentos. Os Directores e Supplentes podem ser reeleitos.

§ 2) Os Directores e Membros do Conselho Fiscal só poderão ser destituídos das suas funções per dois terços dos votos dos accionistas em Assembléa Geral.

Artigo 9) Os Directores se reunirão, pelos menos, trimestralmente, para examinares o andamento dos negocios da sociedade e a sua situação financeira, sendo lavrada uma acta de cada reunião, da qual serão enviadas copias aos Directores porventura ausentes.

Artigo 10) Cada Director, antes de entrar em funções, é obrigado a caucionar 50 (cincoenta) accções, suas ou de outrem, e os efeitos dessa caução sómente desaparecerão depois de approvadas pela Assembléa Geral as contas e balanços, não havendo reeleição de um ou mais Directores.

§ unico ) O termo da caução será lavrado em livro à esse fim destinado e será assignado pelos Directores e per dois membros do Conselho Fiscal.

Artigo 11) São ATTRIBUIÇÕES DA DIRECTORIA, em conjunto :

- a) administrar a sociedade, provendo sobre tudo que seja de seu interesse ;
- b) apresentar à Assembléa Geral, annualmente, um relatorio exacto dos negocios da sociedade, accompanhado de um balanço que demonstre fielmente o estado economico da sociedade ;
- c) propôr as medidas que sejam necessarias e que devam ser autorizadas pela Assembléa Geral, bem como o dividendo à ser distribuido aos accionistas ;
- d) no caso de augmento do capital previsto no artigo 4, fazer a chamada de não realizado ;
- e) ouvir o Conselho Fiscal sempre que seja necessario, ou quando se trate de assumpto importante que a Directoria não queira resolver sem a audiência do mesmo Conselho .

Artigo 12) Compete ao Director-Presidente :

- a) representar a sociedade perante os Poderes Publicos e perante os Tribunaes Judiciarios e Administrativos, activa e passivamente ;
- b) convocar e presidir as reuniões da Directoria, convocar as reuniões das Assembléas Geraes, ordinarias e extraordinarias, estas sempre que forem julgadas necessarias pela Directoria, Conselho Fiscal, ou accionistas representando, no minimo, um quarto do capital social ;
- c) presidir as reuniões das Assembléas Geraes, até que seja eleito quem deva, definitivamente, presidil-as .

1906  
O Secretario

Artigo 13 ) Compete ao Director-Vice Presidente

- a) alem das attribuições constantes do artigo 11, letras a à e, substituir o Director-Presidente nos seus impedimentos, e ausencias ;
- b) auxiliar o Director-Presidente em todos os actos da administração da sociedade .

Artigo 14) Compete ao Director-Gerente :

- a) prover sobre tudo que se refira ao movimento da lavoura, na sua parte economica, como quanto ao seu desenvolvimento;
- b) nomear e demittir empregados, administradores e fiscaes, e fixar-lhes os salarios ;
- c) celebrar contractos de locação de serviços agricolas e de construção de predios rusticos e urbanos para fins agricolas ;
- d) emittir chèques, fazer depositos de dinheiro, movimentar contas-correntes em bancos ou em casas commerciaes;
- e) contractar a abertura de creditos para a sociedade, de accordo com os demais Directores ;
- f) vender, nesta ou em outras praças, a produção das propriedades agricolas;
- g) preparar o balanço e contas que, annualmente, devem ser apresentados pela Directoria ao Conselho Fiscal e aos accionistas, em Assembléa Geral ;
- h) assignar essas contas e balanços com os demais Directores;
- i) prestar aos demais Directores esclarecimentos sobre o andamento dos negocios à seu cargo, sempre que isso lhe seja exigido .

§ unico : O Director-Gerente nos seus impedimentos será substituido pelo Director-Presidente, ou pelo Director-Vice Presidente .

Artigo 15) A Directoria deve sempre funcionar com trez membros. Assim, na falta de um Director, será chamado um supplente; na falta de dois Directores, serão chamados os dois Supplentes .

Artigo 16) Todos os contractos que importem em aquisição de bens, serão assignados por dois Directores, no minimo.

Artigo 17) No caso de morte, renuncia, destituição, ou incapacidade physica ou moral de um ou mais Directores, serão chamados os Supplentes, que funcionarão até a primeira reunião da Assembléa Geral.

Artigo 18) A remuneração dos serviços dos Directores será fixada pela Assembléa Geral .

### CAPITULO III.

#### DO CONSELHO FISCAL .

Artigo 19) O Conselho Fiscal é composto de trez membros effectivos e de tres Supplentes, eleitos annualmente pela Assembléa Geral ordinaria, podendo ser reeleitos .

19 de Maio 1936.  
R. P. P. P.  
2º Secretário.

Artigo 20) São ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

- a) dar parecer sobre o balanço e contas organizadas pela Directoria ;
- b) examinar os livros, verificar o estado da contabilidade e do caixa e a situação economica da sociedade ;
- c) convocar a Assembléa Geral, extraordinariamente, em casos urgentes .

CAPITULO IV .

DA ASSEMBLEA GERAL .

*17 de Maio 1936*  
*Emstolo Emamy*  
*Secretario*

Artigo 21) As Assembléas Geraes ordinarias, serão realizadas nesta Capital do Estado da Bahia, dentro de dois meses, depois de findo o anno administrativo, observadas, para o seu funcionamento as disposições da Legislação em vigor .

- § 1 As Assembléas Geraes ordinarias serão convocadas com antecedencia de trinta dias, por publicação inserta no Diario Official e em outro jornal de grande circulação
- § 2 A convocação das Assembléas Geraes extraordinarias, por deliberação da Directoria, do Conselho Fiscal, ou de accionistas, será feita do mesmo modo, com antecedencia de vinte dias .
- § 3 As Assembléas Geraes, quer ordinarias, quer extraordinarias, serão presididas pelo accionista que fôr eleito, ou acclamado no momento, o qual será auxiliado por dois secretarios de sua livre escolha .
- § 4 As actas das Assembléas Geraes, ordinarias e extraordinarias, serão assignadas sómente pelo Presidente e pelos dois Secretarios, para todos os efeitos .
- § 5 O querum para funcionamento das Assembléas Geraes, ordinarias e extraordinarias, será verificado pelo livro de presença. Sem ter assignado esse livro o accionista não poderá votar, nem tomar parte nos trabalhos da Assembléa .
- § 6 Cada acção representa um voto, não havendo limite de votos para cada accionista .

Artigo 22) A Assembléa Geral ordinaria fixará a remuneração à que tem direito os membros do Conselho Fiscal .

CAPITULO V .

DO BALANÇO, CONTAS e DIVISÃO DOS LUCROS .

Artigo 23) No fim de cada anno social, se procederá ao balanço dos haveres da sociedade, para a verificação do lucro liquido .

Artigo 24) Do lucro liquido verificado em cada anno serão deduzidos :

5% (cinco por cento) para depreciação de material e propriedades, e 10% (dez por cento) para o fundo de reserva .

Artigo 25) Os dividendes não poderão exceder de 15% (quinze por cento) ao anno. Feitas as deducções de que trata o artigo anterior e fixado o dividendo, se houver sobras, estas serão levadas à uma conta especial, para o fim de prover sobre a distribuição de dividendes nos annos em que não haja lucro sufficiente, ou serão applicadas essas sobras em bonificações aos accionistas, precedendo deliberação da Assembléa Geral .

Artigo 26) As acções de augmento de capital que não estiverem integralisadas, só darão direito à dividendo, proporcionalmente ao valor das entradas .

## CAPITULO VI .

### DISPOSIÇÕES GERAES .

Artigo 27) O anno social principia em 1º de Abril e termina em 31 de Março do anno seguinte .

§ unico : O primeiro anno social abrangerá o periodo à datar da constituição definitiva da sociedade, até 31 de Março do anno immediato .

Artigo 28) No caso de augmento do capital, o accionista que não integralisar o valor das acções subscriptas no prazo que lhe fôr assignado pela Directoria, perderá o direito as acções e a quota que já tiver pago. Neste caso, as acções não integralisadas serão vendidas por um Corretor designado pelo Presidente da Directoria, pelo melhor preço encontrado, e o producto levado à conta de Lucros e Perdas .

Artigo 29) A Assembléa Geral, per proposta da Directoria, pode deixar de autorisar a distribuição de dividendos, se assim julgar conveniente aos interesses da sociedade. Neste caso, os lucros verificados serão levados à conta de Lucros Suspenses .

Artigo 30) Os accionistas podem se fazer representar nas Assembléas Geraes, ordinarias e extraordinarias, por procuradores, com poderes especiais, mas só poderá ser procurador quem seja accionista .

Artigo 31) Todo accionista, mesmo aquelle que tornou-se tal per motivo de successão causa-mortis, não poderá vender suas acções à terceiros, sem que, primeiro tenha dado a preferencia aos actuaes accionistas, em igualdade de condições, pelo prazo de trinta dias.

§ unico : O accionista que pretender alienar suas acções, no todo ou em parte, fica obrigado à dar aviso à Directoria da sociedade no prazo de trinta dias, por intermedio do Presidente da Junta dos Correstores .

Artigo 32) Sendo as acções ao portador, todo accionista, para poder tomar parte nas Assembléas Geraes, fica obrigado à fazer o deposito de suas acções no escriptorio da sociedade, ou à provar que estão depositadas em um Banco de grande idoneidade por meio de certificado passado pelo dito Banco .

1936  
Secretary

- Amado*  
*Carlo*  
*Stamung*  
*17*  
*Abdia*
- Artigo 33) Esse deposito deve ser feito vinte dias antes da realização das Assembléas Geraes ordinarias, e dez dias antes da realização das Assembléas Geraes extraordinarias .
  - Artigo 34) Nenhuma acção pode ser transferida dentro dos prazos mencionados no artigo anterior .
  - Artigo 35) A primeira Directoria fica autorizada a fazer todas as despesas que forem necessarias para a installação da sociedade .
  - Artigo 36) Os impostos pessoases que recahirem sobre os Directores e Membros do Conselho Fiscal, por motivo das suas funcções na sociedade, serão pagos por esta .
  - Artigo 37) Os impostos sobre dividendos serão deduzidos da importancia destes .
  - Artigo 38) Os presentes Estatutos, uma vez approvados, entrarão em vigor logo que sejam preenchidas as formalidades exigidas pela Legislação em vigor, e não poderão ser reformados se não por autorização da Assembléa Geral, convocada especialmente para esse fim. A reforma somente poderá ser decretada por accionistas que representem, pelo menos, dois terços do capital social .
  - Artigo 39) Os accionistas que ainda não tiverem capacidade civil serão representados por seus representantes legais, ainda mesmo que estes não sejam accionistas .
  - Artigo 40) Os dividendos não reclamados dentro em cinco annos prescrevem em beneficio da sociedade .

Bahia 19 de Março 1936.

*W. J. ...*  
*Rupold ...*

*Enrico ...*

*Adelia ...*

*Ania ...*

*Joseph ...*

*Joseph Rupold*

*Demerval de Oliveira Lima*

*Ernesto Adolfo ...*  
*por procuração de Jacques ...*

*Robert Demand*

*Magalhães ...*  
*... ..*

*...*

foi feita admetta por se a  
 por procuração de ...  
 que ...

...  
 ...

18  
Abdias

LISTA

dos

Incorporadores e Subscriptores do capital da

Sociedade Anonyma

"COMPANHIA AGRICOLA CACAUEIRA DA BAHIA".

INCORPORADORES :

Wiedberg & Co.	seis mil duzentos e	6.207:000\$000
Raposo, Curvelo.	sete Contos de Reis	} 3.611:000\$000
	treze mil seiscentos e	
	oito Contos de Reis.	

SUBSCRIPTORES :

Emilio Wiedberg	sessenta e cinco Contos de Reis	65:000\$000
Livia Carneiro	dois Contos de Reis	2:000\$000
Adelia Virginia Wiedberger	vinte contos.	20:000\$000
Anna Brandli-Fuehrer	vinte Contos de Reis	20:000\$000
Arnold Wiedberg	um conto de reis	1:000\$000
Luiz de S. P. Bittencourt Carneiro		1:000\$000
Demerval de Oliveira Leizinger	um conto de reis	1:000\$000
Paulo de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de reis	1:000\$000
Benigno F. de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de reis	1:000\$000
Joseph Raposo	um Conto de Reis	1:000\$000
Yacopes F. de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de reis	1:000\$000
Emilio Adolpho F. de S. P. Bittencourt Carneiro	Um Conto de Reis.	1:000\$000
Carlos de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de reis	1:000\$000
Martinho Carneiro	um conto de reis	1:000\$000
João de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de Reis	1:000\$000
João de S. P. Bittencourt Carneiro	um conto de reis	1:000\$000

Rs. 10'000:000\$000

Bahia, 17 de Maio de 1936  
 Ernest Adolpho F. de S. P. Bittencourt Carneiro  
 Il. Bittencourt Carneiro

Pa.